

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd

DANIELE DOS SANTOS FRANCISCO

**Trans (bordando) trajetórias de vidas: Corpos invisíveis, Potencialidades e
Resistências de Pessoas Trans**

SOROCABA – SÃO PAULO

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd

DANIELE DOS SANTOS FRANCISCO

Trans (bordando) trajetórias de vidas: Corpos invisíveis, Potencialidades e Resistências de Pessoas Trans

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Campus Sorocaba, como parte das exigências para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de Concentração: Educação, Comunidades e Movimentos Sociais

Orientadora: Professora Doutora Viviane Melo de Mendonça

SOROCABA – SÃO PAULO

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO



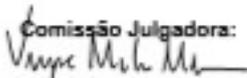
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

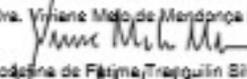
Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação

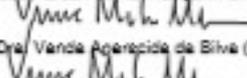
Folha de Aprovação

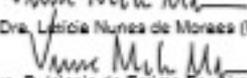
Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Deniele dos Santos Francisco, realizada em 10/07/2020.

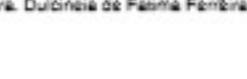
Comissão Julgadora:


Prof. Dra. Viviane Melo de Mendonça (UFSCar)


Prof. Dra. Jocelma de Fátima Trepoquin Silva (COMDHC)


Prof. Dra. Vanda Aparecida da Silva (UFSCar)


Prof. Dra. Lúcia Nunes de Moraes (UFSCar)


Prof. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos Francisco, Daniele dos

Trans (bordando) trajetórias de vidas:: Corpos invisíveis, Potencialidades e Resistências de Pessoas Trans /
Daniele dos Santos Francisco -- 2020.

132f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Viviane Melo de Mendonça

Banca Examinadora: Dulcinéia de Fátima Ferreira, Josefina de Fátima Tranquilin Silva, Vanda Aparecida da Silva

Bibliografia

1. Transexualidade. 2. Potencialidade. 3. História Oral. I. Santos Francisco, Daniele dos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

Dedico este trabalho a todas as pessoas transgêneras que são invisibilizadas e marginalizadas pela sociedade, determinando como seus corpos devem existir e a minha amada família que sempre me amaram e apoiaram incondicionalmente, especialmente meus pais e minha sobrinha Fernanda por todo apoio durante o mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, especialmente a minha Mãe Maria Cristina, meu pai José Fernando, meus irmãos Daniela e Douglas, meus sobrinhos Fernanda e Bruno e meus filhos felinos Willy e Raj, meus avós Maria de Lourdes e José, minha avós e madrinha Tereza (In memoriam), meu padrinho Paulo, meus tios Vera e Fried, tios e primos que sempre me amaram e contribuíram para a minha construção de vida e meus outros amores felinos, Belinha, Amy, Frajolinha, Rit e In memoriam todas aos meus filhos felinos e caninos, Florzinha, Tatona, Jane Fonda, Muriel, Tati, Tete, Titi, July, Svetlana, Monique, Peter, Frajola, Rabinho, Atinho, Anjico, Pikachu, Pinga, Max, Bibi, Tob e Jabulane que me deram tanto amor e preencheram meu coração.

Especialmente a minha amada sobrinha Fernanda que sempre me incentivou e ajudou muito durante o processo do mestrado, criou as belíssimas e significativas ilustrações deste trabalho, se não fosse por ela, não teria conseguido jamais.

A minha orientadora Professora Doutora Viviane pela paciência e incentivo.

As professoras Doutoradas Dulce, Vanda e Fina por todo carinho, sabedoria e ensinamentos que compartilharam comigo e por aceitarem fazer parte da banca que tanto contribuiu para este trabalho.

A todas e todos os professores e funcionários da UFSCar, campus Sorocaba por toda excelência em seus trabalhos.

As minhas novas amigadas que fiz ao longo do mestrado, especialmente a Cileide e Silmara que sempre me aconselharam carinhosamente, Letícia e as integrantes do coletivo Mulheres e Luta que tive a honra de participar por um tempo, a Sara com quem pude compartilhar as dores e as delícias do mestrado e todo o aprendizado que adquiri com estas queridas pessoas.

A Laerte e ao Thomas que gentilmente e prontamente aceitaram a participar deste trabalho e abrilhantaram-o com suas potentes trajetórias de vidas.

Fernanda SanFrancisco

Fernanda é minha sobrinha, bióloga formada pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar campus Sorocaba-SP, mestranda em Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP campus São Paulo, pesquisadora de crianças portadoras de HIV-AIDS e educação, desenhista e design gráfico autodidata, autora das expressivas e belas figuras que ilustram e significam esta pesquisa.

“As marcas são estados inéditos que se produzem em nosso corpo a partir de composições que vamos vivendo. Enquanto estamos vivos, continuam-se fazendo marcas em nosso corpo. Dá pra dizer que são as marcas que escrevem” (ROLNIK, 1993, p.2-9).

RESUMO

Apesar das conquistas perante uma sociedade pautada em uma constituição cisgênero a temática Trans enfrenta diversas barreiras culturais, sociais e econômicas silenciando seus corpos “inadequados” e ferindo seus direitos primordiais: existência e liberdade. O cenário atual brasileiro materializou essas barreiras demonstrando uma guerra entre classes, entre gêneros, entre cores entre espíritos e consciências através de uma gigantesca polarização: o tradicional, aceitável, bondoso, respeitável em favor das famílias venceu através (ironicamente) da violência o errado, depravado, criminoso existir pacífico do outro. A genuína violência divina desses manifestantes ousou calar através de ameaças, armas e do medo à existência do “diferente” com requintes da bondade cristã, um cenário curioso e sem sentido em que, através de seu sim e de seu voto era provada a sua masculinidade, heterossexualidade e devoção ao tradicional. Por fim, esses devotos oriundos da hipocrisia comemoraram com violência além de realizar os mesmos atos “depravados” do “inimigo”, porém de forma sigilosa. A existência Trans é cercada pela hipocrisia, o honesto e tradicional Brasil é o que mais mata e ironicamente o que mais usa sexualmente esses corpos, calando-os depois de seus atos sigilosos em uma fervorosa devoção armada que precisa ser problematizada. Uma forma de enfrentamento desse panorama estabelece o destaque das potencialidades de vida da comunidade trans, demonstrando inclusive suas contribuições para a construção, continuidade e melhorias da qualidade social, evidenciando que sua existência não consiste em um fardo social, diferente do preconceito enfrentado por ela. Assim é necessário, além de demonstrar a vulnerabilidade desse grupo, destacar suas lutas e vitórias para desconstruir os contra-argumentos de “vitimização”. Dessa forma, ser Trans poderia constituir não um problema para a sociedade, mas sim sua própria solução existencial para uma condição real. A metodologia para desenvolvimento da proposta de potências consistiu no emprego da história oral e o método da transcrição, evidenciando-se a trajetória de vida dos seres entrevistados, sendo pessoas trans. Essa metodologia possibilitou relacionar passagens de vida relevantes com a fundamentação teórica e conquistas legislativas, evidenciando através dessas falas a heteronormatividade e cisgeneridade compulsórias e suas imposições dolorosas e irrealis. Mesmo que ocorra um enfrentamento o conceito binário ainda molda a sociedade, incluindo-se a existência trans e sua tentativa constante de readequação ao “novo gênero”. Dessa forma esse trabalho buscou destacar as potencialidades e conquistas promovendo uma discussão para desmitificar a existência trans, partindo de quem realmente as vive diariamente. Após essas análises e discussões notou-se a necessidade de apoio promovida por grupos e coletivos pautados em direitos humanos, oportunidades no mercado de trabalho, além da receptividade social e familiar. Esse reconhecimento poderia oferecer subsídios para desmantelar argumentos rasos oriundos de preconceitos e equívocos típicos de nosso “achismo social”.

Palavras-chave: Transexualidade, Potencialidades e História oral.

ABSTRACT

Despite the achievements before a society based on a cisgender constitution, the Trans theme faces several cultural, social and economic barriers, silencing their “inadequate” bodies and hurting their primordial rights: existence and freedom. The current Brazilian scenario materialized these barriers, demonstrating a war between classes, between genders, between colors between spirits and consciences through a gigantic polarization: the traditional, acceptable, kind, respectable in favor of families won through (ironically) violence, the wrong, deprived, criminal other's peaceful existence. The genuine divine violence of these demonstrators dared to remain silent through threats, weapons and fear of the existence of the “different” with refinements of Christian goodness, a curious and meaningless scenario in which, through their yes and their vote, their masculinity was proved. , heterosexuality and devotion to the traditional. Finally, these devotees from the hypocrisia celebrated with violence in addition to performing the same "depraved" acts of the "enemy", but in a confidential manner. Trans existence is surrounded by hypocrisy, the honest and traditional Brazil is the one that kills the most and ironically the one that most uses these bodies sexually, shutting them up after their secret acts in a fervent armed devotion that needs to be questioned. A way of coping with this scenario highlights the potential of life of the trans community, demonstrating even its contributions to the construction, continuity and improvements in social quality, showing that its existence does not consist of a social burden, different from the prejudice faced by it. So it is necessary, in addition to demonstrating the vulnerability of this group, to highlight their struggles and victories to deconstruct the counter-arguments of “victimization”. Thus, being Trans could not be a problem for society, but its own existential solution to a real condition. The methodology for developing the powers proposal consisted of the use of oral history and the method of transcreation, showing the life trajectory of the beings interviewed, being trans people. This methodology made it possible to relate relevant life passages with the theoretical foundation and legislative achievements, evidencing through these statements the compulsory heteronormativity and cisgenerity and its painful and unreal impositions. Even if there is a confrontation, the binary concept still shapes society, including the trans existence and its constant

attempt to readjust to the “new genre”. Thus, this work sought to highlight the potential and achievements by promoting a discussion to demystify the trans existence, starting from those who actually live them daily. After these analyzes and discussions, there was a need for support promoted by groups and collectives based on human rights, opportunities in the labor market, in addition to social and family receptivity. This recognition could offer subsidies to dismantle shallow arguments arising from prejudices and misunderstandings typical of our "social guess".

Keywords: Transexuality, Potentialities and Oral History.

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1 Transformação – Autora - Fernanda SanFrancisco

FIGURA 2 Feminismos - Autora - Fernanda SanFrancisco

FIGURA 3 Morte LGBTQ+ - Autora - Fernanda SanFrancisco

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Marcadores Sociais: Identificação das (os) entrevistadas (os).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADI** Ação Direta de Inconstitucionalidade
- ANTRA** Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- Astral** Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
- BNCC** Base Nacional Comum Curricular
- CADS** Coordenadoria da Diversidade Sexual
- CDHM** Comissão de Direitos Humanos e Minorias
- CF** Constituição Federal
- CFESS** Conselho Federal de Serviço Social
- CFM** Conselho Federal de Medicina
- CFOAB** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- CFP** Conselho Federal de Psicologia
- CID** Código Internacional de Doenças
- CIT** Comissão Intergestores Tripartite
- CNS** Conselho Nacional de Saúde
- COFEN** Conselho Federal de Enfermagem
- DSM- 5** Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- DST** Doença Sexualmente Transmissível
- ENTLAIDS** Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e prevenção à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)
- FTM** Female to Male
- GLTB** Gays; Lésbicas; Travestis e Bissexuais
- GM/MS** Gabinete do Ministro/Ministério da Saúde
- LGBT+** Lésbicas; Gays; Bissexuais; Travestis; Transexuais; Transgêneros e mais
- MPOG** Ministério de Estado de Planejamento
- OIT** Organização Internacional do Trabalho
- OMS** Organização Mundial de Saúde
- ONG** Organização Não Governamental
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PGR** Procuradoria-Geral da República
- PLS** Projeto de Lei do Senado

RENATA Rede Nacional de Travestis

RENTAL Rede Nacional de Travestis e Liberados

SDH Secretaria dos Direitos Humanos

STF Supremo Tribunal Federal

SUS Sistema Único de Saúde

TGEU Transgender Europe

UFSCar Universidade Federal de São Carlos

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, para a Ciência e
Cultura

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| IN (TRANS) DUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO I: ENCARNANDO CONCEITOS | 18 |
| 1.1 Dissidência do gênero..... | 18 |
| CAPÍTULO II – SENTINDO NA PELE | 30 |
| 2.1 Socializando a transgeneridade | 30 |
| 2.2 Nas Teias das Trans (formações)..... | 36 |
| 2.3 Escarificando o corpo transgênero | 49 |
| 2.4 Ressurgindo das cinzas..... | 52 |
| CAPÍTULO III: COSTURANDO A METODOLOGIA | 53 |
| 3.1 Reconhecendo a História Oral..... | 53 |
| 3.2 Metodologizando..... | 56 |
| 3.3 Trans (criação)..... | 60 |
| CAPÍTULO IV – TRANS (JETÓRIAS) DE VIDA..... | 61 |
| 4.1 Trans (experiências) | 63 |
| CAPÍTULO V – TRANS (BORDANDO) | 100 |
| 5.1 Entrelaçando as narrativas e a teoria | 100 |
| TRANS (formações)..... | 115 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 119 |

IN (TRANS) DUÇÃO

O corpo é um dos primeiros elementos na construção da identidade humana e relaciona-se diretamente com a construção social das sujeitas¹ e sujeitos e esta indissolubilidade está em constante transformação nos processos sociais.

A incorrespondência entre o corpo e o gênero identificado é traduzido ao gênero trans e o acolhimento social destes corpos ainda é restrito na sociedade moderna e coloca em risco sua efetivação como seres humanos.

Segundo Butler (2003) a matriz cultural que apresenta o “gênero inteligível²” exige que outros gêneros não possam “existir” exprimindo uma impossibilidade lógica, pois fogem as normas de inteligibilidade, portanto denominados gêneros ininteligíveis.

A cisgeneridade³, binariedade⁴ e heteronormatividade⁵ contextualizadas na colonialidade do gênero⁶ culminam no silenciamento dos corpos trans. O medo de ser quem você é não pode culminar no silenciamento de seu corpo.

Nesta dissertação a sigla LGBT será utilizada em razão de sua maior difusão e conhecimento na sociedade, embora existam outras siglas utilizadas pelos movimentos sociais e de luta da causa.

Um dado de extrema relevância da Organização Não Governamental (ONG) International Transgender Europe (TGEU) para reflexão: Brasil lidera o “ranking” mundial com 52% dos assassinatos no mundo de pessoas trans (TGEU, 2017).

Este trabalho é resultado da interação com 02 pessoas trans brasileiras para trazer as narrativas de suas trajetórias de vida através do olhar da história oral, e posteriormente transcriadas de modo a evidenciar as potencialidades destas nas análises. Para Born (2001) trajetória de vida pode ser definida como uma estrutura social de eventos que fundamentam a vida.

¹ Feminino de sujeito, forma de feminizar o vocábulo.

² Gênero em conformidade com os padrões de inteligibilidade do gênero (BUTLER, 2003, p.37).

³ Identidade no qual as pessoas se reconhecem ao gênero atribuído compulsoriamente ao nascer (LEONARDO, ATHAYDE & POCAHY, 2017)

⁴ Sistema de gênero restrito e/ou refletido em apenas duas categorias relacionadas ao sexo (BUTLER, 2003, p.24).

⁵ É a matriz base para o estabelecimento do poder e da naturalização dos corpos, gêneros e desejos (BUTLER, 2003, p.8).

⁶ Normatização das relações de gênero e sociais nos processos colonizadores e seus efeitos (CONNEL, 2016).

A visibilização dos corpos silenciados propicia a vivência de autoavaliação, aflorando a autocrítica ultrapassando os limites do “dito” sobre eles e suas subjetividades.

A proposta desta pesquisa é um “ato político”, de direito e a legitimidade da existência transgênera cria oportunidades críticas, contributivas e de reconhecimento político, social e acadêmico.

A análise e captura das vivências sociais no processo de entrevistas traz à luz as trajetórias de vida buscando desmitificar a existência trans subsidiando o reconhecimento das estratégias na construção social e das potencialidades do ser nesta construção, contribuindo para a construção social de outras pessoas transgêneras, além de expor experiências, dificuldades e enfrentamentos para legitimar e garantir o direito natural à existência, permanência e acolhimento em sociedade.

As trajetórias de vida das pessoas trazem a luz suas construções sociais, tudo que as permeou e suas memórias clareiam seu passado como foi constituído e que está sendo percebido e experimentado novamente através das narrativas.

A relevância desta pesquisa está na evidenciação das trajetórias de vida e de potência do ser transgênero com vistas na contribuição da erradicação do preconceito, discriminação, mortalidade e no acolhimento e equidade para com as pessoas trans que frequentemente tem suas escolhas e vidas castradas pela sociedade.

O trabalho de campo com as entrevistas foi realizado entre abril de 2019 e janeiro de 2020, iniciando-se com a entrevista da Sra. Laerte Coutinho, mulher trans, autora de quadrinhos, cartunista e jornalista, residente do município de São Paulo-SP, após contato prévio por intermédio de uma amiga em comum; e posteriormente Sr. Thomas Cardoso, homem trans, Biólogo e mestrando em Estudos da Condição Humana, residente do município de Osasco-SP, após contato prévio em um evento do Projeto Cereus no qual participei e apresentado pela Fernanda, minha sobrinha, que cursou Biologia com ele na UFSCar, *campus* Sorocaba. A escolha dos entrevistados justifica o objetivo da pesquisa em lançar um olhar sobre trajetórias de vidas potentes, ambos trazem claramente estas potências nas construções de suas vidas e a contribuição para a construção de outras vidas trans.

Neste contexto foi possível engendrar o olhar cuidadoso para as narrativas com apoio teórico dos campos da educação, sociologia, antropologia e da psicologia, e tratá-

las pela metodologia da história oral e com o suporte da transcrição nas veredas da pesquisa.

Durante os encontros em locais escolhidos pelos entrevistados foram explicados os propósitos da pesquisa, relevância e objetivos e após concordância na participação, houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em acordo com os preceitos éticos e autorizações expressas, sendo garantidos os mesmos.

Há um delineamento imanente das categorias de gênero, condição sexual, etnia, classe, escolaridade, ocupação e estado civil que se apresentam na pesquisa e marcam as construções de vida dos entrevistados e presentes em suas narrativas.

O texto da dissertação apresenta-se dividida em capítulos para melhor compreensão dos objetivos propostos e de seu desenvolvimento da seguinte forma: **Capítulo I: Encarnando Conceitos**, neste capítulo são fundamentadas as teorias que permeiam as questões de gênero, sexualidade e diversidade.

No **Capítulo II: Sentindo na Pele**, são discutidas as questões das políticas públicas e legislações acerca da temática, redes de apoio como as familiares e sociais, educação, saúde, trabalho e ainda a discriminação sofrida as pessoas transgêneras, mortalidade e potência de vida.

Para contextualizar os aspectos metodológicos o **Capítulo III: Costurando a Metodologia** fundamenta a pesquisa sob o olhar da História Oral e da Transcrição para trazer à luz as memórias das trajetórias de vidas das fontes orais que serão transcritas no **Capítulo IV: Trans (jetória)s de Vidas**. No **Capítulo V** há análises das narrativas explicitando os elementos de construção social e potencialidades do ser a partir das categorias gênero, condição sexual, família, redes de apoio, saúde, escolaridade e transfobia sendo trans (bordadas) com elementos da fundamentação teórica dos capítulos I e II.

CAPÍTULO I: ENCARNANDO CONCEITOS

As histórias dos subjugados escovadas a contrapelos trazem as contranarrativas e resistências das histórias de vidas trans contribuindo para uma visão real da existência transgênera no Brasil. Neste capítulo são abordados questões fundamentais para o entendimento das questões de gênero.

1.1 Dissidência do gênero

A sexualidade é entendida em diferentes níveis de importância para cada sujeito. A construção social e o valor do papel da sexualidade em diversos segmentos da sociedade são os fatores que contribuem para a diferenciação entre mulheres e homens, para além de diferenças físicas e/ou psicológicas, transformando os corpos em sexuados e socializados, agregando uma rede de denominações de sexo/gênero e condição sexual, moldando as formas de viver as sexualidades. Há que se considerar que sexualidade não é sinônimo de atividade sexual.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2003, pág. 24).

A mulher foi a primeira personagem a ser sexualizada imprimindo novos valores, incluindo os de família com inúmeras obrigações conjugais e parentais (FOUCAULT, 1988).

No caso da ‘identidade de gênero’, desde a infância, os sujeitos são ensinados a se enquadrar em padrões normativos, demarcando fronteiras do que é esperado ou não de uma menina ou menino. Esses corpos são vigiados pela sociedade (família, escola, mídia), de forma a não apresentar ambiguidades e se ajustar a comportamentos percebidos como “normais”. (MISKOLCI, 2014, p. 60).

A “imitação prestigiosa⁷” prevê que os indivíduos construam culturalmente seus corpos e comportamentos em cada sociedade, destaca que a cultura também se refere ao

⁷ Para Mauss, o conjunto de hábitos, costumes, crenças e tradições que caracterizam uma cultura também se referem ao corpo (MAUSS, 1974 apud GOLDENBERG, 2011, 545).

corpo. Os hábitos e costumes dentre outros aspectos que definem uma cultura relacionam-se diretamente aos corpos, valorizando alguns comportamentos em detrimento de outros determinando assim um corpo definido, variando conforme o contexto histórico-cultural (MAUSS, 1974 apud GOLDENBERG, 2011).

De acordo com Scott (1995), as questões de gênero iniciaram-se em debates a partir das acadêmicas feministas americanas na década de 70, criticando o determinismo biológico relacionado ao sexo e diferenciação sexual, destacando seus atributos biológicos como justificativa para as diferenças entre homens e mulheres.

De um lado, o "gênero" foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, "gênero" é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; "gênero" e "sexo" são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, "gênero" tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos "femininos" de corpos "masculinos" (NICHOLSON, 2000).

Considero que devemos distinguir identidade de gênero de práticas afetivo-sexuais, porque a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade de gênero em concomitância com outras coisas, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução. Além de diferentes formas de interpretar a situação das mulheres em nossa cultura, categorias como sexo e gênero, identidade de gênero e sexualidade são tomadas muito seguidamente no Brasil como equivalentes entre si. De uma forma simplificada, diria que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais); que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos (GROSSI, 1995, p. 12).

A complexidade do cenário de opressão às mulheres desafiou diversos estudiosos ao longo dos anos buscando-se explicações plausíveis para as relações sociais e de poder. A opressão presente no "Sistema de sexo/gênero"⁸, pesquisado por Gayle Rubin em 1975 relaciona-se ao capitalismo e seu conceito de mais-valia, entretanto, esse sistema econômico de exploração simplesmente reforçou seus ideias por

⁸ Arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana (RUBIN, 1993).

meio de padrões de comportamento estabelecidos por sociedades e sistemas anteriores e as diferenças entre os papéis de cada gênero um “elemento histórico e moral” (RUBIN, 1993).

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (LOURO, 2000, p.1)

Assim, segundo Ribeiro (2003), uma sexualidade não pode ser legitimada apenas por aspectos genéticos.

Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja múltiplos gêneros, muitas maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo (BUTLER, 2003).

A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexuais, reprodutiva e médico-jurídica. Uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro, pressupondo e impondo a restrição do gênero dentro dessa binariedade (BUTLER, 2003).

O padrão com o qual todas as outras sexualidades devem ser comparadas e medidas. É essa qualidade normativa - e o ideal que ela encarna - que constitui uma forma específica de dominação chamada heterossexismo. Este pode ser definido como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade assume posição superior. Todas as outras formas são qualificadas, na melhor das hipóteses, como incompletas, acidentais e perversas, e na pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2009, p. 25).

Para a maioria dos médicos, a designação de um copo sexual como de "mulher" ou de "homem" é definida geneticamente, sendo pessoas nascidas com cromossomos XX, geneticamente feminina, enquanto as nascidas com cromossomos XY, geneticamente masculina (PRECIADO, 2014). No entanto, Foucault (1988) e Butler (2003) analisam e consonantemente afirmam que as concepções existentes para macho e fêmea e masculino e feminino são nada além de um efeito performático e regulatório, e trazem, assim, um outro modelo de análise em uma perspectiva não médica, mas social e política.

Segundo Laqueur (2001), a modernidade (Século XV) produziu o modelo binário, sendo a ciência a serviço da cultura, objetivando a fundamentação e organização da sociedade em homem/público - mulher/privado, inventando uma nova

forma de interpretação da diferença sexual: o modelo de dois sexos, estabelecendo uma distinção ontológica e horizontal entre o masculino e o feminino, fato iniciado apenas no século XVIII, onde até então acreditava-se em monismo sexual contínuo e hierárquico.

Inicialmente teorias relacionadas à colonialidade desconsideravam a problemática do gênero no desenvolvimento das dicotomias de poder, fato observado em obras como a de Quijano, baseada em conceitos eurocêntricos e heteronormativos relativos a gênero e ao sexo biológicos, não correspondentes à realidade colonial (DIAS, 2014). Os colonizados, ou seja, os indígenas, por exemplo, não eram considerados humanos e sim selvagens sexualmente incontrolláveis e que deveriam ser adestrados pelos colonizadores.

A colonialidade se estabelece como resultado do colonialismo, mantendo-se no saber, na cultura, no senso-comum, na auto-imagem e no cotidiano. A colonialidade não constitui uma relação colonial entre duas nações, mas cria padrões de comportamento, crenças, formas de relacionar o trabalho e a intersubjetividade decorrentes de um contexto colonial pré-existente. A mesma permaneceu ainda com o fim do colonialismo e a abertura da modernidade, ditando regras e normas de comportamentos (TORRES, 2007 apud DIAS, 2014).

O sistema colonial/moderno de gênero estabelece apenas os gêneros homem e mulher, categorias extremamente limitadas. Assim, mulheres negras e transgêneros são desconsideradas. Dessa forma, é essencial incluir o gênero como categoria de dominação, categoria fundamental na instituição e fundação da Modernidade/Colonialidade (DIAS, 2014).

A colonização causou um epistemicídio anulando a cultura local, reconfigurando-a a partir da metrópole, incluindo a ideologia do marianismo e o patriarcado, a diversidade emerge como resistência, reapropriação identitária (CONNELL, 2016).

A colonialidade do gênero expressa-se inclusive nos dados das pesquisas sobre o tema, reforçando aspectos das conquistas coloniais e na dependência pós-colonial da Europa imprimindo falsas visões do sul global, desconsiderando-se as dinâmicas de gênero e formas específicas nestes contextos, configurando um ato generificado de colonização (CONNEL, 2016).

Entende-se que a heteronormatividade configura um padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade organiza-se e funciona. Esse padrão objetiva regular e normatizar os modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. Segundo o socialmente estabelecido, por meio de uma perspectiva biologicista e determinista, há apenas duas possibilidades de divisão das pessoas em relação à anatomia sexual humana: feminino/fêmea ou masculino/macho. Dessa forma, há uma lógica na representação hegemônica do gênero e da sexualidade definindo uma coerência “natural” e “inerente” entre sexo-gênero e sexualidade, ou seja, cada sexo só poderia interessar-se pelo sexo oposto (sexualidade heterossexual) e este interesse seria ratificado pela possibilidade procriativa, estabelecendo a heterossexualidade compulsória (PETRY & MEYER, 2011).

Entretanto, apesar da força dessa regulação há exceções, como os transgêneros, rompendo com a norma heterossexual reconstruindo seus corpos através da cirurgia de redesignação sexual. Ainda que esses indivíduos não se identifiquem com o padrão socialmente designado para os seus corpos, há uma busca pela adequação a norma heterossexual, redefinindo seus corpos e seus comportamentos. Esse paradoxo estabelece uma grandiosa temática de pesquisa (PETRY & MEYER, 2011).

Para Wittig (1992) a categorização funciona como primitivos conceitos numa teorização corrente, denominado pensamento hétero, que diz respeito ao gênero, sexo, diversidade e outros que são influenciados por este pensamento, incluindo história, cultura e realidade.

No pensamento hétero a relação heterossexual é entendida como social obrigatória, destacando o caráter opressivo desse pensamento em sua tendência de universalização da produção de conceitos em leis gerais aplicadas a todas as sociedades e épocas, com significância absoluta a estes conceitos fundados na heterossexualidade, produzindo diferenças entre os gêneros como um dogma político e filosófico, inviabilizando culturas contrárias, ordenando, portanto, as relações humanas, sua própria produção de conceitos e processos inconscientes, corroborando para a mitificação, linguagens metafóricas e enigmáticas poetizando o caráter compulsório da heterossexualidade (WITIG, 1992).

Para Rich (1993), a heterossexualidade compulsória está intimamente ligada à dominação masculina e o casamento heterossexual como instituição.

Em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas. [...] No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem ou outros corpos como falantes (PRECIADO, 2014, p.21).

A heteronormatividade dita às regras dos corpos há séculos no mundo e quem as rompe erigi um novo olhar para a questão, no entanto são alvos de opressão e exclusão por este pensamento opressor da dominação normativa cis/heterossexual. Apresento no próximo subtítulo esse rompimento e construção de um novo corpo, alinhado a sua essência e conceituado.

TRANSFORMAÇÃO



Figura 1 – Transformação. Utilizou-se como referência um fenômeno natural e animalesco de mudança de uma conformação física e fisiológica. Devem-se compreender as mudanças humanas como algo natural, ainda que atualmente subversivo. Demonstra-se com a lagarta o período espera e preparação para o alcance da figura posterior desejada, tendo, conseqüentemente, o vôo da borboleta como expressão de liberdade. A palavra formação também faz alusão sobre a necessidade de alcance de educação e oportunidades por esse grupo. (Autora: Fernanda SanFrancisco, 2018).

1.2 Trans (portando) o corpo transgênero

Quando rompemos o equilíbrio da nossa figura atual, nosso corpo atual é violentado pelas novas conexões e exige-se dele a criação de um novo corpo, encarnando este novo estado que se fez em nós, tornando-nos outro (ROLNIK, 1993)

A transgeneridade é considerada um fenômeno complexo, caracteriza-se pelo sentimento intenso de não pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e bases orgânicas (CASTEL, 2001).

A primeira abordagem cirúrgica de redesignação sexual foi realizada em 1921 em Berlim por Felix Abraham em “Rudolf”, logo em seguida, em 1923 foi o pintor Einar Wegener aos 40 anos, conhecida como Lili Elbe (CASTEL, 2001).

O nascimento do fenômeno transgênero ocorre com intervenção praticada pelo médico Christian Hamburger, na Dinamarca, em 1952, em George Jorgensen, ex-soldado do exército norte-americano (ARÁN, ZAIHHAFT e MURTA, 2008).

Em 1966 o endocrinologista alemão Harry Benjamin criou bases diagnósticas a partir de alguns indicadores que definiriam o chamado “verdadeiro transexual” e defendia a cirurgia de transgenitalização como única alternativa terapêutica possível (FERRARI E CAPELARI, 2014).

Benjamin realizava o diagnóstico da transgeneridade através da Escala de Orientação Sexual e Norman Fisk, em 1973, que fundamenta um tratado de psiquiatria para o *transsexualismo*, ancorado fundamentalmente no autodiagnóstico (ARÁN, ZAIHHAFT e MURTA, 2008). Ainda em 1973, a transgeneridade passou a ser considerada uma “disforia de gênero⁹”, termo cunhado por John Money¹⁰ (BENTO e PELÚCIO, 2012).

John Money contribui para o aprimoramento do raciocínio sobre a transgeneridade passando a preconizar uma separação entre o “sexo real” ancorado na biologia e o registro subjetivo do gênero, estabelecido através da educação e cultura (CASTEL, 2003).

Money (1965) fez então a distinção entre identidade de gênero e função de gênero, destacando que a primeira é a experiência privada da função de gênero e a segunda é a expressão pública da identidade de gênero (PERSON & OVESEY, 1999).

⁹ Insatisfação decorrente da discordância entre o sexo biológico e a identidade sexual de um indivíduo (MURTA, 2007).

¹⁰ Psicólogo, sexólogo e autor Neozelandês (Universidade de Minnesota, 2015).

Posteriormente, Robert Stoller (1982) teorizou com base nos seus estudos, entre as décadas de 60 e 70, a experiência transgênera baseada principalmente em três aspectos: sentimento de identidade permanente; crença numa essência (feminina ou masculina); relação vivida de “horror” com o pênis, sem investimento libidinal e simbiose com a mãe e ressalta ainda que esta relação não pode ser considerada psicotizante, especialmente porque a capacidade de integração social permanece intacta (STOLLER, 1982 apud ARÁN, ZAIDHAFT E MURTA, 2008).

O gênero trans é mais provocador que as práticas sexuais ditas ilegíveis por abalarem de modo mais intenso as bases da binariedade (CRUZ & SANTOS, 2016).

A transgenerificação, incluindo redesignação sexual, está inserida em contextos de processos terapêuticos formais e normatizadores, fato relacionado às duas linhas de teóricas do século XX: endocrinológica e a psicossocial (AMARAL, 2007).

Parece haver um consenso nas teorias que abordam a questão da transgeneridade de que haveria uma incoerência entre sexo e gênero e atualmente o discurso na sexologia, psiquiatria e em parte na psicanálise faz desta experiência uma patologia, um “transtorno de identidade”. Estas teorias são fundamentadas na heteronormatividade convertendo-se em um sistema regulador da sexualidade e da subjetividade (ARÁN, 2006).

A transgeneridade está contida na conceituação de Disforia de Gênero do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) da Associação Americana de Psiquiatria:

Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso. Essa discrepância é o componente central do diagnóstico. Deve haver também evidências de sofrimento causado por essa incongruência. O gênero experimentado pode incluir identidades de gêneros alternativas além dos estereótipos binários. Em consequência, o sofrimento não se limita ao desejo de simplesmente pertencer ao outro gênero, podendo incluir também o desejo de ser de um gênero alternativo, desde que diferente do designado. A disforia de gênero manifesta-se de formas diferentes em grupos etários distintos (DSM-5, 2014).

A definição de transgeneridade e do processo transexualizador para o Conselho Federal de Medicina está contida na Resolução CFM nº 1.955/2010 que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. A cirurgia de redesignação sexual é oferecida pelo Sistema Único de Saúde nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Pernambuco, no entanto, a morosidade,

burocracias e deficiência no número de especialistas e centros especializados tornam o sistema de saúde ineficiente para o atendimento integral às pessoas trans e geram demanda reprimida.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em junho de 2018 passa a considerar a transgeneridade como “incongruência de gênero” retirando-a do capítulo das doenças mentais no Código Internacional de Doenças 11 (CID -11).

Para Jesus (2013), no Brasil ainda é atribuído o sexo um estatuto legal, em registros civis de forma geral, além do sexo biológico e um nome atribuído a ele que constam, configurando a inutilização do gênero ou o confundindo com a conceituação de sexo, o que para mulheres e homens transgêneros e travestis incorre em sofrimento e privação de direitos.

29 de janeiro é o Dia Nacional da Visibilidade de Transexuais e Travestis, a data foi criada em 2004 devida à participação de um grupo de ativistas trans no Congresso Nacional no lançamento da primeira campanha contra transfobia no Brasil (BRASIL, 2017).

A Portaria 04 de 23 de Janeiro de 2020 estabelece direitos à população LGBT atendidos no sistema socioeducativo do Distrito Federal (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, 2020).



Figura 2 – Feminismos. Há como referência a Deusa Durga (Hindu). Raramente mulheres em nossa sociedade são representadas como algo divino ou supremo. Durga é descrita ainda como um aspecto guerreiro. Na imagem apresenta-se certa dualidade na figura da mulher, delicadeza com a flor e a força na lança. A lança igualmente detém uma simbologia da mulher trans e sua luta. Os seios demonstram a temática de enlace de dois símbolos femininos representando a visibilidade lésbica constantemente ameaçada pela heteronormatividade. Ainda nos seios há a representação do toque feminino em alusão à manutenção da saúde e atos de prevenção. A região do crânio demonstra a sabedoria feminina sempre colocada em questão e ofuscada pelo machismo, assim, a mulher necessita constantemente realizar muito mais feitos que um homem para ser creditada. Por último há um grande destaque para a região uterina, uma vez que mulheres são consideradas apenas como "úteros ambulantes" em confronto com o discurso hipócrita de que mulheres são especiais devido ao dom da vida e nascimento. Há igualmente uma crítica ao desencontro paradoxal em "necessidade da maternidade" na vida feminina e sua desvalorização salarial frente a essa conquista, lembrando-se sempre que nem todas as mulheres possuem útero, a mão ensanguentada em forma de negação faz alusão à luta pelo fim da violência contra as mulheres. (Autora: Fernanda SanFrancisco, 2018).

1.3 Trans (Feminismos)

As expressões sociais na vida das pessoas trans perpassam pelas definições de gênero binário e a heterossexualidade compulsória na tentativa de se encaixarem num novo gênero apesar do desprendimento ao gênero social atribuído ao nascimento.

Os usos físicos do homem dependem de um conjunto de sistemas simbólicos. Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade. (LE BRETON, 2007, p. 07).

A construção social e o valor do papel da sexualidade em diversos segmentos da sociedade são os fatores que contribuem para a diferenciação entre mulheres e homens, para além de diferenças físicas e/ou psicológicas, transformando os corpos em sexuados e socializados. Mas vale ressaltar que a identidade de gênero deve ser separada da sexualidade, pois esta última é apenas uma das variáveis dessa identidade. A sexualidade é entendida em diferentes níveis de importância para cada pessoa.

Em nossa sociedade o gênero é um conceito que apresenta a construção social coletiva das singularidades da feminilidade e masculinidade como “papéis sexuais”, sendo apenas performatividade e regulação. A regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica.

A conceituação de gênero aplicado ao feminismo contribuiu para a desconstrução da crença de que há um modelo universal de mulher, tornando possível a construção das identidades de gênero (BENTO, 2006).

O feminismo mudou a percepção sobre quem são as mulheres, ampliando a definição que antes contemplava apenas as mulheres brancas, abastadas, casadas e com filhos, congregando a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, portadoras de necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e, os transgêneros (JESUS, 2013).

O transfeminismo é definido primordialmente como um movimento feito por e para mulheres trans (KOYAMA, 2001 apud JESUS, 2013).

As transmasculinidades caracterizam-se por expressões de gênero masculinas, que não se encerram em um modelo hegemônico, são múltiplas, rompendo e

desconstruindo as verdades naturalizadas e essencializadas dos sexos e gêneros binários (PAMPLONA, 2016).

É a sua rápida capacidade de passing, estreitamente vinculada ao desconhecimento social da condição FTM, mas também relacionada à bem elaborada construção de “corpos sociais masculinos”, que se torna especialmente eficaz após a realização da mastectomia e do uso prolongado de testosterona. Em outras palavras, o uso da testosterona no caso dos homens trans, ao contrário do que ocorre com as mulheres transexuais, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, o que contribui para invisibilizá-los. Essa invisibilidade adquirida com frequência à duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero (ALMEIDA, 2012, p.519).

O drama vivenciado pelos homens trans durante a transição entre a comunidade lésbica e a masculina para inserção em uma delas é bastante complexo (BEIRUTTI, 2002 apud UCHÔA, 2017).

As expressões de feminilidade e masculinidade trans têm sido reforçadas como exigência social da binariedade e heteronormatividade em que as pessoas devem expressar as “essências” do “novo gênero”, embora a transmasculinidade esteja buscando desatrelar à binariedade.

CAPÍTULO II – SENTINDO NA PELE

A socialização dos corpos perpassam pelo corpos transgêneros e sua construção social, engendrando questões basilares como família, redes de apoio, educação, políticas públicas sociais, saúde e trabalho, porém são tocados pela *cisheteronormatividade* que produzem marcas profundas nestes corpos e nestas construções sociais de vida. Neste capítulo verso sobre as bases para esta construção social de vida.

2.1 Socializando a transgeneridade

A noção de família nas sociedades ocidentais tem como concepção a necessidade política de consolidação do privado com finalidade de possibilitar por intermédio da afetividade e, a formação do indivíduo e garantia da ordem social (ARÁN, 2003).

O apoio social e sua rede é um importante fator protetivo ao longo da vida. Pode ser composto pela família, amigos, colegas de trabalho/escola/universidade, pares e comunidade, contribuindo para gerenciamento de situações adversas, adaptações e a

família tem papel fundamental quando há existência de coesão e amor parental, pois nela são formados os primeiros vínculos e laços afetivos (COSTA, 2009).

As famílias são as maiores fontes de apoio social e segundo os estudos de Winck e Petersen (2005), Soares e colaboradores (2011) destacam níveis de maior apoio e suporte em grupos familiares, porém, vale ressaltar que para se alcançar essa aceitação deve-se considerar aspectos pessoais e ambientais familiares (SILVA e CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

O núcleo familiar, os lares e a sexualidade são produtos da mudança dos modos de produção e que podem se alterar ou se desenvolver em função das relações de produção (SCOTT, 1995).

Raramente as relações familiares são associadas e retratadas quando se fala em transgeneridade e as pessoas LGBT em geral, sendo considerado por alguns até como um grupo de pessoas “anti-família” (PACHANKIS e GOLDFRIED, 2004 apud FRAZÃO e ROSÁRIO, 2008).

Frazão e Rosário (2008) ressaltam que a comunidade científica da área de terapia familiar se manteve distante da temática das relações familiares de pessoas LGBT e que o fato desta possuir pouca formação sobre as especificidades contribuiu para este afastamento e baixo envolvimento científico através de pesquisas na área tendo a imagem e cultura popular estereotipada como base para tanto, sendo apenas nos anos 2000 que essa realidade começou a mudar com um número maior de pesquisas.

A revelação da identidade sexual a família é algo complexo e envolvem os aspectos culturais e estigmas que as pessoas LGBT carregam.

Em pesquisas foi identificado que há um padrão na revelação da identidade sexual e inicialmente revela-se aos irmãos, após a mãe e por último ao pai (CIANCIO & CAHILL, 2003; LASALA, 2000; SAVINWILLIAMS & REAM, 2003 apud FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008).

Segundo Myers (1982 apud FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008) existem seis grandes motivações para a revelação da identidade sexual aos familiares, sendo a importância dos movimentos sociais da causa LGBT, tormento emocional vivido, auto-aceitação e formação de uma nova identidade enquanto pessoa LGBT, processo psicoterapêutico, amorosidade e ainda motivos destrutivos como culpabilização, dentre outros.

A revelação da identidade sexual tipicamente traz consigo reações negativas, como rejeição emocional, violência verbal e até física, expulsão de casa em boa parte

dos casos, gerando uma situação de extrema importância nas populações de adolescentes que se encontrarão em grande dificuldade social, desproteção e vulnerabilidade (FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008).

As reações iniciais da família no processo de revelação da identidade sexual primeiramente perpassam pelas indagações dos motivos pelos quais seus filhos são LGBT, procurando culpas e culpados, sensações de fracassos, questões étnicas, sociais, religiosas, sensações de perda, frustrações, medo com o futuro idealizado e a permanência social, envergonhando-se perante a sociedade tendo até sentimentos semelhantes ao luto, isolando a família socialmente e ocasionando ainda um afastamento emocional conflituante entre o amor e os ecos dos estigmas sociais (FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008).

Segundo Herdt e Koff (2002 apud FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008) existem tipos diferentes de famílias, sendo: Desintegradas: com manifestações de culpa, fracasso, vergonha, comunicação da identidade sexual dos filhos é limitada, conflitos igual ou maiores após a revelação, pouco ou ausência completa de contato com a comunidade LGBT e com os parceiros dos filhos e raramente há projeção para a vida de seus filhos. Depois há as Ambivalentes: com vergonha baseada no que é socialmente visível, ambivalência entre a comunicação da identidade sexual de seus filhos para as pessoas, melhoria das relações familiares, porém sem resolução, maior sensibilidade em relação à identidade sexual de seus filhos, convívio com pais de pessoas LGBT, entretanto, não com as pessoas LGBT e às vezes com seus parceiros, pois normalmente são geradores de conflitos e maior capacidade de projeção do futuro para seus filhos, embora com receios. Por último as famílias Integradas: com pouca ou nenhuma vergonha, congruência entre o apreço público e as reações internas, maior comunicação sobre a identidade sexual de seus filhos, pois é encarado como um fardo o segredo, melhoria das relações familiares, gerando proximidade com os conflitos e não afastamento, capacidade de busca de contribuição positiva de seus filhos, envolvimento com a comunidade LGBT e convívio com os parceiros de seus filhos e projeções positivas para o futuro dos mesmos.

A criança transgênera é muitas vezes colocada à margem em sua família, escola, e demais instituições sociais. O peso da exclusão e inferioridade muito cedo é imputado por não compreenderem o porquê de não serem aceitas no gênero de identificação interiorizando o sentimento de culpa (PAMPLONA, 2016).

Estima-se que 13 anos de idade é a média em que travestis e transgêneros são expulsos de casa pelos pais (ALVES, OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR, 2018).

Segundo alguns autores (e.g., SALTZBURG, 2004 apud FRAZÃO & ROSÁRIO, 2008) a conciliação e reorganização da estrutura familiar passam por três níveis: adaptação à identidade sexual dos filhos; adaptação à identidade como pai de um filho LGBT e adaptação ao contexto social incluindo outras pessoas LGBT nas relações sociais dos filhos.

Ainda segundo outros autores (e.g., Herdt e Koff, 2002 apud FRAZÃO e ROSÁRIO, 2008) existem outros fatores facilitadores para as relações familiares de sucesso como a existência de uma relação positiva entre pais e filhos prévia à revelação da identidade sexual, conhecimento das potências das comunidades LGBT, participação em reuniões de associações de pais LGBT e educação sexual.

Qual o lugar da educação neste processo? Partiremos de Hooks (2013), para quem a educação como prática de liberdade é uma forma engajada de buscar mudanças significativas e de ensinar que todos tem o direito de aprender, transgredindo o modelo educacional vigente.

Segundo Freire (1987) é a violência dos opressores que desumaniza os oprimidos, que o faz menos, sua linguagem não o considera e sim o domina.

O sistema de dominação determina a sua voz e a língua, dificultando a comunicação e fala dos grupos invisibilizados uma vez que a educação e a construção social ocorrem pela “língua do opressor”, durante muito tempo a única língua falada e ouvida, a língua do colonizador, do professor, do marido, do pai em acordo com as definições de Paulo Freire (RICH, 2010; HOOKS, 2013).

O processo de escolarização da pessoa trans é marcado pelo preconceito de educadores e educandos que transbordam além das questões do despreparo até as convicções e conceitos pessoais que extrapolam a essência da profissão de educador e da função da escola, tornando a vida escolar da pessoa LGBT extremamente difícil, colocando à prova a resistência a esse movimento.

O silenciamento deve ser rompido e as barreiras transgredidas para a promoção de uma discussão acerca de problemáticas “ocultas” pelos sistemas opressores e LGBTfóbicos, uma vez que a igualdade de direitos não deveria se tratar de uma polêmica (HOOKS, 2013).

Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tornamos parte. (FREIRE p.40, 2001). Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar! (FREIRE p.19, 2001).

Não é a cultura discriminada a que gera a ideologia discriminatória, mas a cultura hegemônica a que o faz. A cultura discriminada gesta a ideologia de resistência que, em função de sua experiência de luta, ora explica formas de comportamento mais ou menos pacíficos, ora rebeldes, mais ou menos indiscriminadamente violentos, ora criticamente voltados à recriação do mundo. Um ponto importante a ser sublinhado: na medida em que as relações entre estas ideologias são dialéticas, elas se interpenetram. Não se dão em estado puro e podem mudar de pessoa a pessoa (FREIRE p.18, 2001).

Para os dominadores, a dominação está na repetição do presente, na reprodução deste presente com alterações adverbiais, não havendo possibilidade de superação da discriminação múltipla (FREIRE, 2001).

Para Freire (2001) a história é tempo de possibilidades, liberdades e não de determinações, inserindo-nos nela nos faz possíveis, portanto apenas quando numa perspectiva histórica em que homens e mulheres assumam-se como sujeitos da história, reinventando o mundo numa direção ética e estética além dos padrões, reconhecendo a natureza política desta luta, a liberdade e transformação são possíveis.

Entende-se o estudo como uma análise e reflexão, em que as leituras aprofundadas e críticas são desafios complexos exigindo um processo sistemático aprimorado através da prática e superação da educação bancária que prevê a aceitação aos dogmas e silenciamento dos temas polêmicos (FREIRE, 1987).

A escola baseia-se no padrão heteronormativo social como único e esperado, caracterizando-se assim esse espaço como limitante e gerador de invisibilidade a qualquer comportamento considerado inadequado ao padrão geral (BALIEIRO, 2014).

A sexualidade está limitada ao currículo escolar e seus conceitos biológicos de reprodução, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada, em cunho binário e sem reconhecimento da diversidade sexual, gerando intolerância e violência (BALIEIRO, 2014).

A escola reprodutora promove a permanência da vulnerabilidade social, física e psicológica dos grupos invisibilizados nas hierarquias sociais através de expressões de racismo, machismo, e LGBTfobia. Essas intolerâncias exprimem resultados como evasão escolar e baixo rendimento dos estudantes vítimas de *bullying* (BALIEIRO, 2014).

Para Garcia, Mendonça e Leite (2015), o cotidiano escolar pode ser compreendido como um espaço de transição e de conflito, com produção de discursos e práticas que enraízam desigualdades e hierarquias e, conseqüentemente, exclusão e marginalização de desejos, gêneros e sexualidades que não correspondem à norma heteronormativa, negando as diferenças na escola e fundamentando práticas homofóbicas neste cotidiano.

Em contraponto a essa problemática escolar, muitas instituições educacionais, especialmente públicas tem criado e mantido espaços acolhedores e direcionados as questões de gênero e diversidade, exemplificando aqui um núcleo constituído e de extrema importância para a sociedade é o Núcleo de Estudos de Gênero e Diferenças e Sexualidades – NEGDS da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar campus Sorocaba-SP (NEGDS, 2020).

Cerca de 0,02% da população trans e travesti estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (ALVES, OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR, 2018). Estes dados têm implicação para a relação entre trabalho e experiência de vida das pessoas trans.

No Dossiê 2019 da ANTRA é estimado que aproximadamente 80% dos homens trans tenham concluído o ensino médio e tenham índices superiores a 70% de empregos formais, embora a invisibilidade dificulte a estatística real (ANTRA, 2019).

O trabalho para Marx (1844-1993) é o responsável pela transformação dialética do homem e a natureza, sendo o homem um ser voltado ao trabalho que encontra nele uma fonte de sobrevivência, socialização e sentido para a existência, favorecendo o pertencimento e aceitação em sociedade (MARX, apud SOUZA, 2012).

Portanto, para Souza (2012) somam-se as dificuldades comuns aos indivíduos para as pessoas trans o não enquadramento as normas de gênero vigentes em nossa sociedade que culminam no preconceito e exclusão do mercado de trabalho.

Basta uma rápida olhada nos anúncios de emprego para deixar claro que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero-definido pela dicotomia convencional homem/mulher. Muitos valores subjetivos e avaliações estão embutidos nesta divisão sobre aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Pessoas com uma ambigüidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho. A mesma ambigüidade pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem (ADELMAN, 2003, p. 83-84).

Segundo Dias e Bernardineli (2016), a pessoa transgênera vive um sofrimento social no qual habitualmente ocupam posições subalternas, estando destinadas à margem social pela discriminação e exclusão, e que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho não advém somente da escassez de profissionalização e qualificação, mas principalmente pela condição de transgeneridade, embora sabidamente o acesso à educação ceifado pela discriminação inegavelmente diminui as chances de empregabilidade.

O mercado de trabalho se apresenta cada vez concorrente para os que nele pretendem ingressar e neste esteio minorias e grupos vulneráveis possuem ainda mais dificuldade em serem inseridos, necessitando rotineiramente submeter-se a qualquer trabalho somente para não serem angariados ao rol de desempregados (DIAS e BERNARDINELI, 2016).

Outra questão importante para a permanência da pessoa transgênera no mercado de trabalho é o seu nome, pois no registro civil consta o nome de batismo, e que, via de regra, em empresas privadas, diferentemente das instituições públicas, são os únicos documentos válidos conflitando-se a identificação de gênero e performatividade, gerando preconceito (DIAS E BERNARDINELI, 2016).

Constrangedor ter a aparência característica de um sexo e ser identificado, através da análise de seus documentos, como pertencente ao sexo contrário (SZANIAWSKI, 1998 apud DIAS e BERNARDINELI, 2016).

2.2 Nas Teias das Trans (formações)

As pessoas trans apresentam inúmeras dificuldades de acesso em relação à vários serviços como educação, lazer, cultura, trabalho e saúde devido a sua não conformidade heteronormativa e binariedade de sexo, gênero e historicamente as inúmeras lutas sociais desde a década de 80 tem garantido a elaboração de políticas públicas para o atendimento as demandas das pessoas trans.

A Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos declara “ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão” (ONU, 1948).

No Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normatizador que define o conjunto fundamental e gradual de aprendizagens basilares que devem ser desenvolvidos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, sendo assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), aplicado conforme o Artigo 1º da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), “orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”, fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL p.7, 2017).

BNCC deve assumir uma visão plural, singular e integral da criança, adolescente, jovem e do adulto considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2017, p.14).

A partir da década de 60 sob o olhar da moralidade, da política e da ciência que os movimentos sociais iniciaram um processo de conscientização e sensibilização da sociedade sobre a relevância e necessidade do combate à segregação e à marginalização dos indivíduos lidos como “diferentes” (MENDES, 2006).

Assim como na década de 90 a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e a Organização das Nações Unidas – ONU implementam políticas sociais favoráveis à inclusão (RODRIGES, 2017).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), incluem os temas de gênero e sexualidade na educação (1997).

A diversidade no contexto escolar tem-se aplicado através de programas de educação com base nos Direitos Humanos, havendo um compromisso do país com a educação fundamental, sobretudo após a assinatura da Declaração Mundial sobre Educação para Todos na década de 90 e mais expressivamente nos anos 2000 com a chamada Educação Inclusiva (KASSAR, 2016).

O Ministério da Educação através da Resolução Nº 1 de 19 de Janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transgêneros nos registros escolares visa à diminuição da discriminação, assédio, violência e permanência destas pessoas no espaço escolar, garantindo o direito à educação (BRASIL, 2018).

Na legislação Estadual de São Paulo, no início dos anos 2000, houve um importante ganho para a população LGBT+ com a promulgação da Lei nº 10.948 de 2001, definindo as penalidades atribuídas às práticas discriminatórias em razão de *orientação sexual* (SÃO PAULO, 2001).

A Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos realizaram um projeto para elaborar um conjunto de princípios jurídicos

internacionais com vistas a dar coerência e clareza sobre as obrigações do Estado e as violações dos direitos humanos relacionados a identidade de gênero. Vinte e nove especialistas em direitos humanos de 25 países elaboraram documento contendo 29 princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero, com vistas a clarificar e dar coerência às obrigações de direitos humanos dos Estados e que foram discutidos amplamente na Universidade Gadjah Mada em Yogyakarta, Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006. Estes especialistas contavam com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos e adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais resultado da 1ª Conferência Nacional LGBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008, traz as diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas a população LGBT visando a garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania. Os objetivos desse plano perpassam pelas orientações, construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, prevalecendo a intersetorialidade e transversalidade na proposição e efetivação dessas políticas; promoção dos direitos fundamentais da população LGBT brasileira; inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal; promoção dos direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência; Combate ao estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2009).

No estado de São Paulo em 2010 foi sancionado o Decreto nº 55.588, de 17 de Março de 2010, garantindo o direito ao tratamento de pessoas trans e travestis pelo nome social nos órgãos públicos do estado (SÃO PAULO, 2010).

O direito ao nome social está garantido nos serviços públicos no município de São Paulo através do Decreto nº 51.180 de 14 de Janeiro de 2010 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2010).

No Brasil a Portaria nº 233 de 2010 do Ministério de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) autoriza o uso do nome social ao servidores públicos (MPOG, 2010).

No Brasil no final da década de 70 surgiram diversos movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdades sexuais, o “Grupo Somos” é precursor das questões da homossexualidade e hoje agrega a luta LGBT como tema político, construindo o movimento LGBT. Com a epidemia HIV/AIDS, no início da década de 80, neste momento histórico relacionado aos gays, o governo brasileiro apoiou mobilizações da população homossexual masculina na prevenção da infecção, surtindo grande efeito e após agregando grupos com outras identidades sexuais e de gênero ampliando as discussões (BRASIL, 2013).

No Brasil movimentos sociais como o “Grupo Somos”, são reconhecidos como precursores do movimento LGBT+ na década de 80, majoritariamente sobre as questões dos homens gays e posteriormente ocorreu na década de 90 o movimento de travestis com o coletivo da Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (Astral), e, nesta mesma década a inclusão dos transgêneros. Embora no “Grupo Somos” a lesbianidade e a bissexualidade tenham sido debatidas, esta foi em menor escala devido a impotência para modificar as relações de poder no interior do movimento, a invisibilidade se manteve por bastante tempo e ganhou certa notoriedade junto de movimentos feministas (BRASIL, 2013).

O Movimento da Reforma Sanitária culminou na construção de uma nova política de saúde pública garantida na Constituição Federal de 1988 com uma visão amplificada, sendo entendida a saúde decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais. A Saúde, Previdência e a Assistência Social integram o Sistema de Seguridade Social, responsabilizando o Estado com o bem-estar da população (BRASIL, 1988, art. 194).

Na década de 1990, o movimento de travestis criou coletivos, a exemplo a Associação das Travestis e Liberados do RJ (Astral), apontando ao governo federal suas demandas específicas, atuação na prevenção da HIV/AIDS e ainda a inclusão das questões das pessoas trans. As discussões sobre a homossexualidade feminina surgidas na década de 80 no contexto do “Grupo Somos” não tiveram potência para modificar as relações de poder no interior do movimento, mantendo a invisibilidade política de lésbicas e mulheres bissexuais e nas ações de prevenção ao HIV/AIDS (BRASIL, 2013).

Os direitos LGBT+ foram inicialmente discutidos na 12ª Conferência Nacional de Saúde realizada em 2003 e, posteriormente, na 13ª em 2007 a orientação sexual e

identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde (BRASIL, 2013).

O programa ‘Brasil sem Homofobia’ criado no governo federal na gestão do Presidente Luiz Inácio da Silva (Lula), prevê ações para garantir o conhecimento sobre à saúde da população LGBT+ através de algumas estratégias:

Desenvolvimento de estratégias para a elaboração e execução de estudos que permitam obter indicadores das condições sociais e de saúde da população GLTB; Implementação de Centros de Informação (observatórios) que possam gerenciar estudos de saúde sobre e para a população GLTB com capacidade de processamento, análise e divulgação de informações desta natureza; Estabelecimento de canais de divulgação das informações científicas de saúde existentes e produzidas; Estabelecimento de um canal com função de Ouvidoria, por meio do Disque-Saúde do MS, para recebimento e encaminhamento de denúncias sobre situações de discriminação ocorridas na rede de saúde. Apoiar os investimentos na formação, capacitação, sensibilização e promoção de mudanças de atitudes de profissionais de saúde no atendimento à população GLTB, procurando garantir acesso igualitário pelo respeito à diferença da orientação sexual e do entendimento e acolhimento das especificidades de saúde desta população (BRASIL, 2004, p. 23-24).

O Ministério da Saúde em 2004 constituiu o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT com vistas à construção de uma política específica para o SUS, ganhando representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2006 (BRASIL, 2013).

Desde a 12ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2004), realizada em 2003, o tema dos direitos LGBT vinha sendo pautado pelo SUS e, em 2007, na 13ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2008), a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde. As seguintes recomendações emanam dessa conferência: • O desenvolvimento de ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade, efetivando campanhas e currículos escolares que abordem os direitos sociais. • A sensibilização dos profissionais a respeito dos direitos de LGBT, com inclusão do tema da livre expressão sexual na política de educação permanente no SUS. • A inclusão dos quesitos de identidade de gênero e de orientação sexual nos formulários, prontuários e sistemas de informação em saúde. • A ampliação da participação dos movimentos sociais LGBT nos conselhos de saúde. • O incentivo à produção de pesquisas científicas, inovações tecnológicas e compartilhamento dos avanços terapêuticos. • A garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e o respeito ao direito à intimidade e à individualidade. • O estabelecimento de normas e protocolos de atendimento específicos para as lésbicas e travestis. • A manutenção e o fortalecimento de ações da prevenção das DST/AIDS, com especial foco nas populações LGBT. • O aprimoramento do Processo Transexualizador. • A implementação do protocolo de atenção contra a violência, considerando a identidade de gênero e a orientação sexual (BRASIL p.11-12, 2013).

O Comitê Técnico de Saúde da População LGBT+ estabelece no contexto do reconhecimento das famílias homoparentais, união civil e direitos sexuais e reprodutivos.

Em 2006, a representatividade LGBT+ no Conselho Nacional de Saúde (CNS), confere um novo sentido de atuação do movimento nos processos de participação democrática no SUS (BRASIL, 2013).

Os direitos LGBT+ foram inicialmente discutidos na 12ª Conferência Nacional de Saúde realizada em 2003 e na 13ª em 2007 a orientação sexual e identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde (BRASIL, 2013).

O Ministério da Saúde publicou a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que explicita os direitos e deveres dos usuários contidos na legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2011).

A Política LGBT é uma iniciativa para a construção de mais equidade no SUS. O compromisso do Ministério da Saúde com a redução das desigualdades constitui uma das bases do Programa Mais Saúde – Direito de Todos – (BRASIL, 2008), lançado em 2008 e que visa à reorientação das políticas de saúde com o objetivo de ampliar o acesso a ações e serviços de qualidade. Esse Programa, espelhando essa política, apresenta metas específicas para promover ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com destaques para grupos populacionais de negros, quilombolas, LGBT, ciganos, prostitutas, população em situação de rua, entre outros. A Política LGBT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais. Esta Política reafirma o compromisso do SUS com a universalidade, a integralidade e com a efetiva participação da comunidade. Por isso, ela contempla ações voltadas para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, além do incentivo à produção de conhecimentos e o fortalecimento da representação do segmento nas instâncias de participação popular (BRASIL p.8, 2013).

O SUS realiza desde 2008 cirurgias de redesignação sexual, fundamentado através da Portaria GM/MS nº 2803 de 19 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013).

O Ministério da Saúde criou a Portaria nº 1.820, de 13 de Agosto de 2009 e nesta portaria está contemplado o direito ao nome social no atendimento à saúde (BRASIL, 2009).

O amadurecimento das diretrizes para acesso à saúde ocorreu durante a 13ª Conferência Nacional de Saúde, visando qualificar e adequar o atendimento aos homossexuais e transgêneros (CARDOSO e LUZ, 2017).

O Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais através da Portaria Nº 2.836 de 01 de Dezembro de 2011 e pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), através da Resolução Nº 02 de 06 de Dezembro de 2011, dando visibilidade às questões de saúde desta população, compreendendo os efeitos para a saúde, a discriminação e

exclusão social, bem como garantia dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2013).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Portaria nº 2.836 de 01 de dezembro de 2011, está embasada nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que garantem a cidadania e dignidade da pessoa humana, na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação conforme o Art. 1.º e ainda no Art. 196 há a garantia de que a saúde é direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988).

O atendimento a transgêneros e travestis no SUS vem crescendo ao longo dos anos devido à maior oferta em sua rede e elaboração das políticas públicas direcionadas. Entre 2015 e 2016, foi registrado aumento de 32% nos atendimentos ambulatoriais, passando de 3.388 em 2015 para 4.467 em 2016. O número de cirurgias de transgenitalização de masculino para o feminino cresceu 48% de 23, em 2015, para 34 em 2016. A terapia hormonal no processo transexualizador também subiu de 52 para 149 procedimentos, aumento de 187% (BRASIL, 2017).

Para a efetivação da Política LGBT há articulação em todas as esferas de gestão do SUS e acompanhamento cotidiano das ações pelos conselhos de saúde e pela sociedade civil com vistas à promoção da democracia social, laicidade do Estado, consciência sanitária e garantia dos direitos à saúde e sexuais como fundamentais a saúde (BRASIL, 2013).

Conselhos de Classes tem determinado o uso de nome social em carteiras de identificação profissional com vistas a garantir o direito de serem reconhecidas as identidades sociais destes profissionais através de legislação a exemplo dos Conselhos Federal de Serviço Social (CFESS) (Resolução CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011), Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Resolução nº 14 de 20 de Junho de 2011), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) (Resoluções nº 5 e 6 de 07 de Junho de 2016) e recentemente o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) também garantiu este direito através da Resolução Nº 537/2017 que dispõe sobre o uso do nome social pelos profissionais de enfermagem travestis e transgêneros. Estas legislações são um avanço nos direitos à identidade de gênero e acesso ao trabalho, bem como a visibilidade LGBT+ perante a classe da enfermagem (CFESS, 2011), (CFP, 2011), (CFOAB, 2016), (COFEN, 2017).

De acordo com dados levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escola (ANTRA, 2017).

O Projeto Reinserção Social Transcidadania do município de São Paulo criado em 2008 tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS), destinado a promover os direitos humanos e a cidadania e oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e trans em situação de vulnerabilidade social. O programa ainda ativo possui como dimensão estruturante a oferta de condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas à conclusão da escolaridade básica, preparação para o mundo do trabalho e formação profissional e formação cidadã. A parceria se dá através da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo. Inicialmente denominado Programa Operação Trabalho LGBTQ+ em 2008 e em 2017 foi descentralizado para os quatro centros de cidadania (SÃO PAULO, 2018).

A autonomia pode ser lida como competência e/ou conjunto de competências, subjetiva e interior, uma relação complexa que dispõe de construção da autonomia, conquista de liberdade e aquisição de independência, confluindo numa tríade interdependente (PAPPÁMIKAIL, 2010).

Em 2009, na capital do Paraná, Curitiba, um evento de militância organizado por Maite Schneider e Grupo Esperança, contaram ainda com a participação da cartunista Laerte Coutinho, a advogada travesti Dra. Márcia Rocha e a psicanalista transgênera Dra. Leticia Lanz. Neste evento ficou clara a dificuldade de entendimento das especificidades das pessoas trans, seus estigmas e preconceitos enfrentados culminaram na fundação da Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT). A ABRAT inicialmente tinha o enfoque em educação e informação para os meios acadêmicos, midiáticos e sociedade civil, no entanto, rapidamente foi detectado que a empregabilidade era outro nó na vida das pessoas trans e em 2013 foi criado o TRANSEMPREGOS. Este projeto visa formar a ponte para inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal. Inicialmente o projeto apresentava o currículo das pessoas

interessadas às empresas e que, devido ao preconceito e discriminação, eram excluídas do processo seletivo. No entanto com o tempo e experiência o projeto se transformou, pois foi percebido que o ambiente nas empresas não era acolhedor o suficiente, passando a capacitar os empresários e contribuir na construção de um ambiente de trabalho mais humanizado e inclusivo para as diversidades (TRANSEMPREGOS, 2013).

O Dossiê 2019 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais aponta que apenas 4% da população trans mantém empregos formais, 6% informais e 90% trabalham com prostituição (ANTRA, 2019).

Em 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República realizou a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais promovendo intensa mobilização de governo e da sociedade civil, tanto nas 27 conferências estaduais, como na etapa nacional que reuniu mais de 600 delegados, sendo debatidos temas relevantes e relacionados à 18 ministérios e em 2009 a Política LGBT+ foi aprovada pelo CNS (BRASIL, 2013).

Em 2016, a Ideia Legislativa nº 48.820 “Criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero” equiparando ao racismo obteve mais de 20.000 manifestações individuais de apoio e foi encaminhada ao senado e transformada em SUGESTÃO nº 5 de 2016 e encontra-se em consulta pública (BRASIL, 2016).

O risco dessa Sugestão nº 5 não ser aprovada em consulta pública e ser encaminhada para ser transformada em Lei é a manutenção da discriminação letal dos corpos LGBT.

O Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transgêneros no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional é outro dispositivo legal para garantia do direito ao uso do nome social (Presidência da República, 2016), e, recentemente em 2018 para processo eleitoral, através da Portaria Conjunta TSE nº 1, de 17 de abril de 2018.

Segundo Jesus (2013), o transfeminismo no Brasil vem se consolidando através de grupos de pessoas com objetivos comuns e consciência política desde a primeira década do século XXI, sendo o meio virtual bastante utilizado para alcançar a chamada “mulheridade” e inserção nos movimentos feministas como empoderamento, visibilização e emancipação, porém, é patente que em nossa sociedade as mulheres trans

não recebam o mesmo tratamento e oportunidades, ou garantia de direitos dado às mulheres cisgênero equivocadamente chamadas no popular “mulheres de verdade”, além de vitimização pelo machismo, sexismo de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade.

A categoria em língua inglesa, nomenclatura original de empoderamento, “empowerment” não é uma categoria universal, pois seu significado tanto poder-se-à ser utilizado como mola propulsora de crescimento e autonomia de grupos específicos com melhora nos padrões de suas vidas, como poder-se-à referir-se a integração de excluídos em sistemas precários de forma individual numa frenética de projetos e ações assistenciais (GOHN, 2004).

O transfeminismo surge como uma crítica ao cissexismo¹¹ e a falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da categoria de sexo e das relações entre homens e mulheres, reconhecendo a intersecção entre as variadas identidades e o caráter opressivo sobre corpos não conformes com os ideais racistas e sexistas da sociedade, empoderando os corpos das pessoas como eles são (JESUS e ALVES, 2012).

As principais pautas do transfeminismo são (ALVES, 2012):

- 1) As questões da feminilidade;
- 2) A despatologização das identidades trans;
- 3) Cissexismo;
- 4) A separação da ideia de identidade de gênero como sendo sinônimo de sexualidade, e a visibilidade das pessoas trans não heterossexuais;
- 5) Direitos Reprodutivos e política, estes enumerados em sete pontos:
 - 5.1) combate à violência cissexista/transfóbica;
 - 5.2) direitos reprodutivos para todas/os;
 - 5.3) princípio da agência;
 - 5.4) desconstrução das identidades binárias;
 - 5.5) corpo-positividade e/ou empoderamento;
 - 5.6) livre sexualidade; e
 - 5.7) terminologia não essencialista.

¹¹ O cissexismo pode ser definido como uma ideologia “que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero” (JESUS, 2012a, p. 28).

O direito de mulheres trans em relação aos dispostos na Lei nº 11.340 de 2006 popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, está no projeto de Lei do Senado (PLS) 191/2017, que visa salvaguardar e equiparar o direito das pessoas transgêneros e que estas possam ser protegidas da violência doméstica e familiar (BRASIL, 2017).

O Projeto de Lei nº 5002/2013 “Lei João W. Nery – Lei da Identidade de Gênero” e Projeto de Lei nº 7582/2014 que “Define crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los” ainda aguardam pareceres de relatores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) (BRASIL, 2018).

A transmasculinidade é uma forma diferente de se pensar masculinidade, fato relacionado à existência de pessoas que nascidas em uma identidade de gênero oposta reivindicam um tipo de masculinidade distinta ao padrão heteronormativo cisgênero que atrela a hombridade a genitálias e características físicas (UCHÔA, 2017).

O Supremo Tribunal Federal – STF, incluiu em junho de 2019 a homofobia e a transfobia na Lei nº 7.716/1989 que define crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor até que se julguem ações que tratam da matéria (STF, 2019)

O Supremo Tribunal Federal (STF) acatou a solicitação da Procuradoria-Geral da República (PGR) para a realização de alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. A decisão ocorreu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, ação competente para que fosse dada interpretação conforme a Constituição Federal (CF) ao artigo 58 da Lei 6.015/1973 que dispõe sobre os registros públicos (BRASIL, 2018).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede articuladora no Brasil, são mais de 200 instituições conveniadas, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos e o resgate da cidadania da população de travestis e transgêneros, sendo de extrema importância para a dignidade desta população. A missão da ANTRA é: Identificar, Mobilizar, Organizar, Aproximar, Empoderar e Formar Travestis e Trans das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar essa população na busca da cidadania plena e isonomia de direitos (ANTRA, 2017).

No ano de 1993, com a realização do primeiro Encontro Nacional de Travestis - ENTLAIDS, na cidade do Rio de Janeiro começamos a discutir a importância da criação de uma rede nacional que agregasse essas pessoas. Inicialmente, foi fundada a Rede Nacional de Travestis - RENATA, mas para se tornar ainda mais inclusiva, houve uma nova mudança, desta vez para

Rede Nacional de Travestis e Liberados - RENTRAL. Até que no ano 2000, na cidade de Porto Alegre, é instituída a Articulação Nacional de Transgêneros ANTRA. E anos depois, renomeamos a sigla ANTRA, utilizada até hoje (ANTRA, 2017).

Embora tenhamos muitas políticas sociais advindas de inúmeras lutas sociais desde as décadas de 80, estamos num momento difícil chamada de *Onda Conservadora* que coloca em cheque os direitos constitucionais e democráticos, podendo ceifar direitos de participação na elaboração de novas políticas e/ou mesmo na manutenção e aplicação das já existentes.

O pensamento conservador tem ganhado espaço e força, as sociedades têm caminhado a chamada extrema direita ou (neo) conservadorismo e associa-se aos ciclos das crises do capitalismo (NETTO, 2011).

Segundo Löwy (2015), a extrema direita têm se “modernizado”, principalmente seu discurso apoiado no “aprimoramento” do desenvolvimento econômico, mantendo-se pautas políticas com vistas ao combate ideológico, das reformas populares e das lutas sociais, com o “propósito de defender a “tradicional família brasileira”



Figura 3 – Morte LGBTQ+. Observa-se um indivíduo sem rosto com um sangue incomum. Essas colocações são propositais, uma vez que vítimas LGBTQ+ representam apenas números em uma estatística e não faces e/ou nomes. (Autora; Fernanda SanFrancisco, 2018).

2.3 Escarificando o corpo transgênero

A discriminação cerceia a experiência, mobilidade, vontade e impõe diferentes formas de humilhação, sendo a depauperação permanente, a produtora de intenso sofrimento crônico no cotidiano que se reproduz de geração em geração (MOURA e LOPES, 2014). Já para Goffman (2008) a discriminação é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”.

Os gregos utilizavam o termo estigma para designar sinais corporais que evidenciavam alguma extraordinariedade ou ainda mau sobre o status moral de quem os apresentava. Na era cristã estes sinais eram vistos como graça divina. Para a ciência médica o estigma é um sinal de deficiência física. Atualmente o estigma está mais relacionado ao sentido depreciativo do que corporal. Alguns atributos e categorias definem a identidade social e as exigências em potencial denominam a identidade social virtual e ainda as efetivamente comprovadas, definem a identidade social real. O estigma de um indivíduo pode anuir à naturalidade de outrem (GOFFMAN, 2008).

Um indivíduo reconhecido como pertencente a um grupo minoritário já se encontra em posição de desvantagem em relação aos demais indivíduos da sociedade em questão, estes pertencentes a grupos majoritários (FLEURY E TORRES, 2010 apud MOURA E LOPES, 2014).

Para Picazio (1999, p.99) o “preconceito é um pré-julgamento, um sentimento ou resposta antecipado a coisas ou pessoas, portanto não se baseia em experiências reais”. É assim com a transfobia. A transfobia é, portanto, um medo e/ou ódio às pessoas trans (LEITE, 2011), fundada no pré-julgamento sem base nas experiências reais.

A expectativa de vida da população trans é de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral é de 74,9 anos (ANTUNES, 2013). Assim, em 2016, a ANTRA discutiu a necessidade de realizar o levantamento dos assassinatos de travestis e transgêneros no país, realizada pela primeira vez no ano de 2017, gerando posteriormente o Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, o país que mais mata transgêneros no mundo (ANTRA, 2017).

O risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior que um homem gay cis; e se compararmos com os Estados Unidos, as 144 travestis brasileiras assassinadas em 2016 face às 21 trans americanas, as brasileiras

têm 9 vezes mais chance de morte violenta do que as trans norte-americanas (TGEU, 2017).

O Brasil assegura o primeiro lugar no ranking de mortes de pessoas transgêneras no mundo nos últimos dez anos e somente no ano de 2019 foram 127 registros lançados no Mapa de Assassinatos e 124 confirmados na pesquisa para o Dossiê 2019 da ANTRA, sendo 121 travestis e mulheres trans e 3 homens trans, destes assassinatos apenas 11 casos tiveram suspeitos identificados (8%) e apenas 7% estão presos. A aparente diminuição do número de assassinatos pode ser vista também devida a subnotificação, muitas vezes motivadas pelo não cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no que tange LGBTfobia como crime de racismo. Este dossiê ainda relata que 99% das pessoas participantes de sua pesquisa não se sentem seguras no Brasil e conclui que a violência direta no dia-a-dia das pessoas trans aumentou em 2019, destacando o levantamento realizado pela Revista Gênero e Número que apontou aumento de 800% das notificações de agressões e o quantitativo de 11 pessoas ao dia (ANTRA, 2019).

Em números absolutos, São Paulo foi o estado que mais matou a população trans em 2019, com 21 assassinatos, contando com aumento de 50% dos casos em relação a 2018; seguido do Ceará; com 11 casos; Bahia e Pernambuco, com 8; Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com 7 casos cada; e Goiás com 6 casos. Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraíba aparecem com 5 casos cada; Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Norte com 4; Alagoas, Rondônia e Tocantins com 2; e 1 caso em Mato Grosso do Sul, Roraima, Sergipe e Piauí. Não foram encontrados casos reportados na mídia no Acre, Amapá, Santa Catarina e no Distrito Federal. Em 2019, os estados apresentaram aumento nos assassinatos: São Paulo, Pernambuco, Rondônia e Tocantins. Entre 2017, 2018 e 2019, tivemos 466 assassinatos de pessoas trans no Brasil. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 51 casos, aparece em 1º; E em 2º, estão a Bahia e o Ceará, com 40 casos. O Rio de Janeiro, com 37, está na 3ª posição; Minas Gerais, em 4º, com 34 e, em 5º, está o estado de PE, com 28 assassinatos, sendo estes os estados que mais assassinaram pessoas trans no Brasil nos últimos três anos e que, somados, correspondem a 49,5% dos casos. (ANTRA, 2019).

A região Nordeste lidera o ranking com 37% dos casos, seguido da região Sudeste com 30%, Sul com 11%, Norte com 11% e Centro-Oeste com 10%. Sendo a região Sudeste com 10,8% de aumento dos casos em 2019 (ANTRA, 2019).

No dossiê 2019 da ANTRA há ainda a menção sobre o pedido de inclusão de dados sobre as pessoas trans no CENSO 2020 protocolado pela associação a Defensoria

Pública da União que ajuizou a ação, no entanto não há nenhuma orientação para o CENSO supracitado (ANTRA, 2019).

O dossiê traz ainda o perfil das vítimas, a menor idade foi a de 15 anos, com 59,2% dos assassinatos entre pessoas de 15-29 anos, 22,4% entre 30-39 anos, 13,2% entre 40-49 anos, 3,9% entre 50-59 anos e 1,3% entre pessoas com 60-69 anos, sendo a maior chance de pessoas trans serem assassinadas nas idades entre 15 a 45 anos. O perfil étnico destaca que 82% das vítimas eram pretas ou pardas, 17% brancas e 1% sem informações, em relação ao gênero expressa 97,7% ao feminino e 2,3% ao masculino (ANTRA, 2019).

Nos dados supracitados destaco o alarmante índice de vítimas de transfobia da etnia negra, demonstrando claramente que além da transfobia estas vítimas sofreram o racismo, algo estrutural em nossa sociedade que infelizmente ainda persiste, requer atenção urgente.

“É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018: 25).

Segundo Almeida (2018), o racismo apresenta as dimensões individualista ou seja o próprio preconceito; institucional que confere privilégios e desvantagens em razão da etnia, normalizado através do poder e da dominação e estrutural presente nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas com *certa normalização* mantendo a reprodução da desigualdade racial.

O Disque 100 recebeu em 2017 um total de 1.720 denúncias de violações de direitos humanos de pessoas LGBT. Entre estas denúncias, 193 são homicídios. O número é 127% maior que o registrado em 2016 (85 denúncias) (MDH, 2018).

O Pacto Nacional de Enfretamento à Violência LGBTfóbica instituída pela Portaria nº 202 de 2018 durante o governo federal do Presidente Michel Temer é uma proposta para articular ações que vislumbrem o enfrentamento da violência desferida contra a população LGBT+, este pacto é firmado pelo governo federal e governos estaduais/distrital, por meio de Termo de Adesão, para elaboração de ações de maneira integrada e considerando a necessidade do esforço político de cada ente federado para mudança do panorama atual. Até o presente, 13 estados brasileiros dos 27 fazem parte do Pacto: Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará,

Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins (MDH, 2018).

2.4 Ressurgindo das cinzas

A potência de viver é uma guisa singular que intenta conceber repercussões criadas pelos objetos estéticos dos quais efeitos se espelham em novos modelos de subjetividades que não findam em gerar linhas de subterfúgio responsáveis por esgueirar-se da normatividade dos dispositivos (VIVAR e KAWAHALA, 2017).

Para Spinoza (2009) a potência humana é definida pela essência no esforço de perseverança do seu ser e a potência de agir quando a mente ao ser envolta de afeto, concomitantemente o corpo o é, e sua potência de agir poderá ser aumentada e/ou diminuída segundo a afecção, ou ainda nula, recebendo de sua causalidade a força e estímulo para sua manutenção, não podendo ser refreada e/ou anulada a não ser por afecção contrária e mais forte que a primeira. Ainda chama de “Bem e Mal” aquilo que estimula, aumenta ou freia, diminui a potência de agir, como alegria e tristeza respectivamente, definidas, portanto, como potência de causas exteriores e desejos. Ressalta também que apenas aquilo que faz comunhão com nosso ser, pode nos afetar e que a maior potência de agir é a razão.

Os poderes agem de forma imanente e a potência é o contrário, mais coextensivo do próprio poder, ou seja, na vitalidade social aquilo que está dominado pelos poderes “vampirizadores” surge como potência, potência primeira na qual o poder se constrói e se mantém. A vida desta forma é lida como capital, valorada (vetor de valorização, autovalorada) e que sobrepuja as estruturas de poder e dominação. Ainda a produção do novo é uma potência psíquica e política disseminada de cada um, construindo uma releitura da vitalidade social, onde todos podem inventar e construir na densidade social (potência de variação e força-invenção) (PELBART, 2015).

Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT p.241, 1986).

Para Foucault (1986) essa resistência é exatamente como o poder, “tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”.

Os corpos transgêneros são intensamente estigmatizados e as relações de dominação e opressão acabam por enfraquecê-los, no entanto o choque entre o poder e a resistência, que são coexistentes, apresenta fissuras nestes estigmas e novas possibilidades de existencialização, ressaltando-se que as relações positivas nas vidas das pessoas trans as fortalecem e as empoderam. A resistência é imanente e apresenta potencial transformador.

CAPÍTULO III: COSTURANDO A METODOLOGIA

A História Oral é a ciência da memória, do vivido e nesta pesquisa as memórias das estratégias de construção social de vida e suas potencialidades são o foco, portanto esta metodologia entrelaçasse fielmente aos objetivos propostos, bem como a torna viva, especialmente com a contribuição do método da Transcrição, possibilitando a ordenação e teatralização destas memórias.

3.1 Reconhecendo a História Oral

Os objetivos desta pesquisa estão pautados nas análises das trajetórias de vida de pessoas trans, das estratégias para a construção social e as potencialidades nestas trajetórias, tendo como referencial teórico-metodológico a história oral.

A história oral é a ciência do indivíduo e suas memórias, de suas experiências, histórias e trajetórias de vida, identificando identidades sociais por meio de contação destas histórias. Decorre de uma apresentação com relação à história e às configurações sócio-culturais, privilegiando o restabelecimento do vivido conforme entendido por quem viveu (ALBERTI, 1990).

A história oral é uma ciência e arte do indivíduo, que visa aprofundar a essencialidade da memória por meio de conversas sobre as experiências vividas, suas memórias e o impacto sofrido na vida de cada um. Portanto uma pesquisa que se apoie na história oral é inviável sem o trabalho de campo e a ética permeia este trabalho (PORTELLI, 1997).

A história oral muda a forma de escrever a história, não tem sujeito unificado, é contada de multiplicidades de pontos de vista, e a imparcialidade tradicional reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador. E não importa o que

suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo “lado”. A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como “conflito” e confrontação como “busca pela unidade” – é uma das coisas que faz a história oral interessante (PORTELLI, 1997 p.38-39).

Como uma forma específica de discurso, a história oral conjura uma narrativa do passado e o oral o meio de expressão, a forma de expressão, que deve ser dialógica, pois não se atem apenas ao discurso do entrevistado, mas também ao que os historiadores fazem, ao que ambos fazem juntos (PORTELLI, 2001).

Para Selau (2004) a denominação da história oral define-se melhor como fontes orais, não crendo na existência de uma história oral por excelência, considerando que a entrevista não se constitui na história em si, e sim uma construção que o entrevistado faz de seu passado com base nas experiências e suas memórias. Assim, pode-se dizer que história oral tem a capacidade de apresentar relatos e suas subjetividades, bem como favorece o estudo das representações e atribui um papel central nas relações entre memória e história, propiciando discussões mais apuradas dos usos políticos das memórias.

A principal crítica à expressão "história oral" relaciona-se à concepção de que nas sociedades modernas não existem discursos orais puros, e à interpretação de que um depoimento oral só ganha sua plena significação em defrontação ao documento escrito (FERREIRA, 1998).

Pollak (1989) afirma e destaca que a memória é “seletiva”, ou seja, nem tudo fica gravado e registrado, fato corroborado pela ideia de pertencimento.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (POLLAK, 1989 p. 9).

Halbwachs defende o caráter social da memória, com participação determinante do grupo social de pertencimento na reconstrução das lembranças, definindo a memória com o fenômeno social (HALBWACHS, 1976 apud BARROS, 1989).

Para Le Goff (1990) “estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

No artigo "Sonhos Ucrônicos Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores" (PORTELLI, 1993), discorre sobre o conceito de Ucronia – emprestado da ficção científica. Ucronia é um presente alternativo, aquilo que poderia ter acontecido, um desdobramento histórico que não ocorreu, contrastando com o mundo desejável e o existente, transcendendo a realidade, recusando a identificação e satisfação com a ordem existente. Deste modo, Portelli (1993) explicita a necessidade de se considerar a ucronia dentro das histórias de cada um, e que há uma coincidência da ucronia e o ápice da vida.

Como explica também Bosi (1994), antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança “vive” em estado latente, potencial, e a lembrança é a sobrevivência do passado, ativadas pelo presente e suas interações, trazendo novas percepções e valores para as experiências do passado, sendo a memória dependente das relações sociais. Por esta razão que a autora afirma que “[a] memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade em que se insere” (BOSI, 1994).

Para Alberti (1996) a “história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram”.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no indeditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do “vivido” conforme “concebido” por quem viveu (ALBERTI, 1990, p.5 apud ALBERTI, 1996).

A memória não deve ser apenas detentora de apática de eventos, mas uma fonte de criações, de significações e ressignificações, dando sentido ao passado e forma a vida contextualizando historicamente, fato útil ao pesquisador, pois as mudanças na vida que tomem consciência subjetiva podem afetar o relato e/ou a percepção do evento. Alguns narradores ocultam fatos de que após suas ressignificações, eles os percebem de outra forma e a informação mais interessante pode estar no que se esconde e no que os

levaram a esconder do que no que contaram, embora sejam capazes de reconstruir suas ações mesmo que sejam destoantes das atuais (PORTELLI, 1997).

A história oral foi escolhida para esta pesquisa por possibilitar o resgate das histórias de vidas através das narrativas rememoradas com seus elementos significativos num dado momento histórico e ressignificadas durante estas narrativas, denotando a continuidade histórica e que este processo não está acabado.

3.2 Metodologizando

Para Selau (2004) a história oral pode ser lida como uma metodologia contributiva para análise de memórias através de entrevistas destinadas a pessoas de um grupo específico e um tema de interesse do pesquisador.

O historiador/pesquisador co-protagoniza o discurso histórico, cabendo a ele a escolha dos entrevistados e a validação dos discursos, organizando-os e se colocando como companheiro do diálogo, afinal, sem ele não haveria entrevista. No entanto, os narradores são de certa forma historiadores e historiadoras em algumas vezes, visto que são parte da fonte (PORTELLI, 1997).

Sobre o método de abordagem, Bosi (1994), destaca a formação de vínculo de amizade e confiança com os recordadores, traduzindo não apenas uma relação empática espontânea durante o processo de pesquisa, mas sim do amadurecimento do pesquisador durante este processo, e, da compreensão da vida revelada do sujeito. Destaca que a pesquisa é um compromisso afetivo e será tanto mais válida se for participante e de modo compreensivo sedimentado nas semelhanças vividas.

O pesquisador ora se torna sujeito, enquanto indaga e procura saber e, ora objeto, enquanto ouve e registra, segundo Bosi (1994), e suas transcrições devem ocorrer de acordo como foram colhidas no fluxo oral. A memória é um patrimônio infinito e apenas uma pequena fração é registrada na consciência e, lembrança traz lembrança, necessitando então de um “escutador” infinito (BOSI, 1994). O entendimento das narrativas é sustentado pelo apoio teórico de autores que centram suas reflexões em memórias.

O método utilizado por Ecléa Bosi para colheita de memórias na obra “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos (1994)”, inicia-se pela reflexão geral sobre o fenômeno da memória, suas relações com a vida social e suas funções, transcrição,

resultados das entrevistas e, apoio destes resultados em referenciais teóricos (BOSI, 1994).

Para Bosi (1994), o registro da voz alcança as memórias quer sejam pessoais, sociais, familiares e grupais, trazendo a tona suas lembranças e consciência de suas obras. Essas lembranças são o que de fato se perpetuam em nossas histórias de vida e ganham o corpo social da memória.

O ritmo e a pausa de fala exprime organização do discurso e emoções da fonte durante a contação de sua história e, em relação ao ritmo das falas, Portelli (1997) defende que não há regras fixas na interpretação das mudanças de ritmo, explicitando que: como sua diminuição, poderá exprimir ênfase e/ou dificuldade e a aceleração do ritmo pode significar deslizamento sobre pontos com proximidade e/ou destreza e, portanto, a análise de mudanças de velocidade deverá ser correlacionada à análise rítmica.

Mudanças são, entretanto, a norma no discurso, enquanto que a regularidade é a norma da escrita (a impressa mais de todas) e a norma presumida da leitura: variações são introduzidas pelo leitor e não pelo texto em si. Os traços que não podem ser contidos dentro de segmento são o local (não exclusivo, mas muito importante) das funções narrativas essenciais: eles revelam as emoções do narrador, sua participação na história e a forma pela qual a história o afetou (PORTELLI, 1997 p. 28 -29).

A transcrição da entrevista é uma das etapas mais fundamentais do processo de pesquisa na perspectiva da história oral. De acordo com Portelli (1997), “[a] transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica em mudanças e interpretação” (p. 27). Para o autor a tradução mais fidedigna é dificilmente a melhor e requer habitualmente da transcrição uma porção de inventividade.

A transcrição das fontes orais poderá contar com representações como entonação e pausas que trazem conteúdos explicativos, emotivos e memoráveis, ou seja, a intenção do narrador através de pontuações atribuídas aleatoriamente pelo transcritor que nem sempre são compatíveis com o ritmo e pausas dessas fontes, que podem mudar numa mesma entrevista, limitando o discurso gramaticalmente e sentidos destoantes dos concebidos por e estas fontes (PORTELLI, 1997).

Pesquisador e fonte estão “se estudando” e cabe ao pesquisador aproveitar essa oportunidade, evitando-se a neutralidade ilusória, o objeto a termo é de ambos e após se conhecerem melhor a vigilância do narrador atenua. A organização da pesquisa para

publicação que omite a fala do pesquisador dá as repostas sem as perguntas, distorcendo a fala do narrador, expressando ainda que narrativas são tão estáveis quanto escritos. A narrativa não é igual duas vezes, isso é característico das comunicações orais, particularmente verídica das formas não estruturadas como declarações autobiográficas e históricas nas entrevistas e, mesmo o pesquisador, apresenta versões diferentes em tempos diferentes de um mesmo narrador (PORTELLI, 1997).

O fato de que as entrevistas com a mesma pessoa possam ser continuadas indefinidamente guia-nos para a questão da imperfeição inerente às fontes orais. É impossível exaurir a memória completa de um único informante, dados extraídos de cada entrevista são sempre o resultado de uma seleção produzida pelo relacionamento mútuo. O trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infundável, dada a natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição (PORTELLI, 1997 p.36- 37).

Para Portelli (1997) as fontes históricas orais são fontes narrativas e essencialmente significativas, porém a factualidade também é considerada. A análise dos materiais da história oral baseia-se em algumas categorias gerais das teorias narrativas na literatura, no folclore e fontes orais de camadas não hegemônicas são associadas à tradição da narrativa popular e lançam novo olhar sob aspectos inexplorados do cotidiano.

Para Portelli (1997) as fontes orais são condição necessária para a história de camadas não hegemônicas, embora não suficiente e menos importante para camadas dominantes, mas não inútil, pois tem tido domínio sobre a escrita e registros mais numerosos.

A “verdade” pessoal pode compatibilizar com a “imaginação” compartilhada, sendo maior ou menor a frequência de estereótipos, por exemplo, um medidor de inclusão de ideias coletivas inculcadas nas narrativas, assim como as distâncias entre a linguagem padrão e os dialetos são formas de controle das falas dos narradores (PORTELLI, 1997).

Para Portelli (1997) a subjetividade é componente mais significativo das fontes orais, explicitando não apenas o factual, mas o desejável e o que creem ter realizado, demonstrando empenho na relação do narrador com sua história, no fato histórico.

Assim, o autor defende que fontes orais tem credibilidade “diferente” e coloca a importância do testemunho oral no afastamento do fato, demonstrado pelo simbolismo, imaginação e aspiração em aflorar; afirma, portanto, que não há “falsas” fontes orais,

uma vez que avalizada a credibilidade factual, embora sem crer nesta como estanco de documentos escritos, ressalta a diversidade da história oral em que as afirmativas fatualmente “erradas” são lidas psicologicamente como “corretas”, sendo esta verdade tão relevante quanto os registros factuais.

Um aspecto marcante do preconceito sobre as fontes orais é, muitas vezes, o seu distanciamento dos eventos, provocando uma deturpação própria a memória inexata. No entanto, Portelli (1997), também atribui esta consequência para muitos documentos escritos, redigidos tempos após os eventos e/ou mesmo por não-participantes destes. As fontes orais, no caso, retratam intimidade com as narrativas, compensando o afastamento cronológico e contribui para a preservação da memória com repetições das histórias e/ou discussões acerca desta em grupos e comunidades. Alguns narradores mantêm memórias de eventos marcantes em cunho épico em suas narrativas. De acordo com Portelli (1997) “[a] fala e a escrita, por muitos séculos, não existiram separadamente: se muitas fontes escritas são baseadas na oralidade, a oralidade moderna, por si, está saturada de escrita” (p.33). Conclui que as fontes orais não são objetivas e suas características inerentes mais importantes são sua artificialidade, variabilidade e parcialidade.

O conteúdo das fontes orais está estritamente relacionado com o que o entrevistador coloca em termos de questões, conversas e relações pessoais, sendo primeiramente o entrevistador/pesquisador quem decide que haverá uma entrevista e quem insere interferências que podem modificar o fluxo da narração. O entrevistador/pesquisador é quem atribui o tema ou o fato às narrativas de acordo com o que as fontes acreditam que o pesquisador deseja ouvir, revelando o que pensam do pesquisador, fato diminuído com elucidação dos propósitos da pesquisa e independência da narrador. Entretanto as entrevistas estruturadas rigidamente podem excluir elementos previamente desconhecidos por parte do pesquisador, imprimindo a importância do pesquisador realizar uma entrevista livre, dando oportunidade para as narrativas do que a fonte deseja discorrer, guardando as perguntas não “respondidas” para outro momento (PORTELLI, 1997).

3.3 Trans (criação)

Para Caldas (1999) a transcrição vislumbra a ficção enquanto memória, fala, transcrição, textualização e interpretação e não somente a tradução realizada entre a fala e a textualização. A transcrição é um enredo de perguntas e respostas, uma trama ficcional, com potência de modificação e reordenação (CALDAS, 1999).

A transcrição é a fase final do trabalho dos discursos. (...) Teatralizando o que foi dito, recriando-se a atmosfera da entrevista, procura-se trazer ao leitor o mundo de sensações provocadas pelo contato, e como é evidente, isso não ocorreria reproduzindo-se o que foi dito palavra por palavra. (...) tem como fito trazer ao leitor a aura do momento da gravação. (...) O fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional e, sem constrangimento, se aceita esta condição no lugar de uma cientificidade que seria mais postiça. Com isso valorizasse a narrativa enquanto um elemento comunicativo preñado de sugestões. (...) Neste procedimento uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes (MEIHY, 1991 p.30-31 apud CALDAS, 1999 p. 3).

Ainda para Caldas (1999) a concepção de transcrição retrata uma ação criativa e uma relação viva entre sujeito-objeto, eu-tu, oral-escrito, documento-pesquisador, superando-as sem prestar-lhes cessões, cedendo lugar a ficcionalidade viva.

Cláudio Lacerda Paiva (1978) no “Depoimento” de Carlos Lacerda traz interferências na fala do entrevistado e suas ideias constituem procedimentos valiosos para a transcrição, como deixar o entrevistado falar livremente dando sua interpretação da trajetória vivida, transparecer estar de fato ouvindo a narrativa e, na textualização, manter a oscilação cronológica juntando as partes que possam separar-se nesta oscilação e ainda excluir perguntas para possibilitar um texto corrido e de fácil leitura, garantindo identidade da voz, autoridade em reconstituir uma vida, essência ficcional do texto e da vida, compreendendo não apenas o texto e sim a vida com respeito ao sujeito da história (PAIVA, 1978 apud CALDAS, 1999).

O pesquisador aqui não é mais o especialista das cinzas, o técnico do mofo nem o infeliz amante platônico de um tipo morto de passado: sua matéria é o presente e o passado que o acompanha por dentro dando-lhe múltiplas dimensões, profundidades, reentrâncias, vozes, formas, sutilezas, emoções e aquela viva identidade que o caracteriza numa mesma e virtual ficcionalidade viva (BURGOS 1987 apud CALDAS, 1999, p.3).

A transcrição resulta em textos vivos, palpantes organizados numa ficcionalidade viva, sendo para o entrevistado sua vida no papel. As interferências

durante o processo não deturpam a verdade, editam as possibilidades vivas de um texto, ainda no processo de transcrição, as seleções feitas pelo entrevistado durante sua narração como “atos falhos”, “inconsciências”, “esquecimentos”, “vergonha”, “vaidade” dentre outras são consideradas (CALDAS, 1999).

O leitor é evocado a reinterpretação, revisão, recriação própria durante a leitura, pois os textos transcritos não se dizem, exigem o diálogo, apreciação e a reinterpretação (CALDAS, 1999).

A metodologia da História Oral e o método de Transcrição possibilita reviver as trajetórias de vida e exprimir através deste ato de reviver, sentimentos novos em relação a sua própria história.

CAPÍTULO IV – TRANS (JETÓRIAS) DE VIDA

Nesta pesquisa, as entrevistas foram livres, como destaca Portelli (1997), com enfoque nas trajetórias de vidas de pessoas trans, objetivando analisar estas trajetórias, estratégias na construção social e potencialidades, contribuindo para novas reflexões, criando oportunidades críticas, reconhecimento destes corpos políticos e auxiliando na construção social de outras pessoas trans, entretanto, alguns tópicos sobre aspectos que envolvem o tema da pesquisa foram colocados.

O número de entrevistadas (os) foram 02 pessoas. A seleção foi exclusiva a pessoa transgênero com trajetória de vida potente¹², brasileira (o), gênero trans (mulheres e homens), uma de 24 anos e outra de 67 anos, ambas com escolaridade ensino superior, a primeira completo e a segunda incompleto. Cada entrevista foi individual, voluntária e realizada no local de preferência da entrevistada (o) e ainda sua identificação na pesquisa foi realizada mediante autorização prévia. Para a análise a indissociabilidade de gênero, raça/etnia, sexualidade e classe social foram consideradas.

¹² Construção social de vida trans resistente às imposições heteronormativas, as relações de gênero binário, a transfobia e as restrições sociais nesta construção através da potência transformadora.

Tabela 1: Marcadores Sociais: Identificação das (os) entrevistadas (os).

| Nome | Idade | Gênero | Raça/ Etnia | Condição Sexual | Estado civil | Escolaridade | Classe Social | Ocupação |
|--|-------|--------------------------|----------------|--------------------|-----------------|------------------------------------|------------------|---|
| Laerte Coutinho | 67 | Transgênero feminino | Branca | Bissexual | Solteira | Superior Incompleto | Média | Cartunista, escritora, jornalista |
| Thomas Victor Barreto Cardoso | 24 | Transgênero Masculino | Branco | Pansexual | Namorando | Superior Completo - Biologia | Média | Estudante |

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas em sua íntegra inicialmente, após as mesmas foram transcritas. A participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação, com construção de novos conhecimentos e identificação de novas possibilidades no acolhimento da transexualidade.

O primeiro contato com a Sra. Laerte Coutinho foi realizado por mensagens instantâneas, contato este fornecido por um amigo em comum, agindo como interlocutora no processo de aproximação com a entrevistada que sempre admirei como pessoa, cartunista e autora. A entrevista foi realizada na cidade de São Paulo, em casa de uma amiga da interlocutora após solicitação da entrevistada em realizá-la em um local neutro. Após o primeiro contato “ao vivo” e apresentação formal de ambas, foi esclarecido os propósitos da pesquisa e colhido o consentimento da entrevistada por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, contendo as assinaturas da orientadora, pesquisadora e entrevistada. A entrevista foi gravada em áudio com auxílio do programa de gravação de áudio do aparelho de celular respeitando o direito a fala, pausas e indagações, sendo realizadas pequenas interferências quando necessárias ao esclarecimento de dúvidas por parte da pesquisadora e da entrevistada. Após finalizar a entrevista e os devidos agradecimentos, foi colocado a entrevistada

possibilidades de contatos com a pesquisadora e a orientadora para dirimir eventuais dúvidas. A entrevista seguiu os preceitos da metodologia da história oral, transcrita e transcrita.

O primeiro contato com Thomas Cardoso foi através de uma palestra na qual participei no Projeto Cereus e ele estava na platéia e foi apresentando a mim através de minha sobrinha que havia estudado com ele no curso de Biologia na Universidade Federal de São Carlos em Sorocaba-SP. Após algum tempo entrei em contato por mensagens instantâneas. A entrevista foi realizada na cidade de Sorocaba, em um local neutro. Após o primeiro contato e apresentação dos propósitos da pesquisa e da entrevista a ser realizada, foi colhido a autorização verbal para a mesma e através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, contendo as assinaturas da orientadora, pesquisadora e entrevistada. A entrevista foi gravada em áudio com auxílio do programa de gravação de áudio do aparelho de celular respeitando o direito a fala, pausas e indagações, sendo realizadas pequenas interferências quando necessárias ao esclarecimento de dúvidas por parte da pesquisadora. Após finalizar a entrevista e os devidos agradecimentos, foi colocado ao entrevistado possibilidades de contatos com a pesquisadora e a orientadora para dirimir eventuais dúvidas . A entrevista seguiu os preceitos da metodologia da história oral, transcrita e transcrita.

4.1 Trans (experiências)

Laerte Coutinho

Eu sou Laerte, tenho 67 anos, jornalista, cartunista, autora de quadrinhos [...], sou atéia desde 13 anos de idade. Eu frequentei a Igreja Católica enquanto criança e no início da puberdade, ali pelos 13, 14 anos, desisti de uma vez por todas, nunca me ocorreu a ideia de voltar a ter algum tipo de vivência religiosa.

Então, eu sempre coloco a coisa da minha percepção como pessoa transgênero, de uma forma parecida, porque eu já falei isso várias vezes, eu não me percebia como transgênero até muito recentemente, eu tinha 50 e tantos anos quando isso passou pela cabeça [...] porque a minha questão, basilar, era orientação sexual que eu sempre escondi de mim mesma, inclusive a homossexualidade [...].

Quando a sexualidade se apresentou na minha vida e eu percebi o perigo iminente de ser gay, né? de ser homossexual, aí sim criou-se uma área de tensão que ficou meio evidente, eu fiquei agressiva, eu fazia Bullying em amigos mais frágeis, ou

mais afeminados, mais mariquinhas, fiz parte de coisas horrorosas, assim enquanto jovem e depois que percebi que era homossexual também aí foi muito difícil, passei uns dois ou três anos infernais assim [...]. Comecei minha vida sexual com 17 anos e como teria continuado se não tivesse entrado em pânico [lamento]. Se eu não tivesse entrado em pânico e passado até um comportamento de esconder mesmo, muita coisa não lembro [risos], mas lembro quando eu resolvi que era hétero e era isso [...], considerei a minha experiência homossexual como uma experiência [...] como uma fase e que estaria já resolvida, porque eu passei a ter relacionamento com mulheres, tive casamentos com mulheres, tive filhos, tive tudo e nunca levava em conta as crises cíclicas desses casamentos, todos os três terminaram a ponto de me levar para ver o óbvio [...] que era que eu tava escondendo de mim mesma o elefante no armário.

Então quando resolvi que não tinha mais sentido esconder isso de mim e que tinha que de alguma forma viver a minha homossexualidade, já tinha quase 50 anos, já tinha 50 anos [...], foi em 2001 [risos], foi em 99 [pensativa], mas enfim, essa porta que abri me deixou com muito território livre [...], para começar parei de roer as unhas até o talo, que roía sem remédio, assim, roía doentivamente desde a adolescência, que era isso? era exatamente essas coisas reprimidas [...] não sei se era só a homossexualidade, era um pacote de coisas que eu mantinha sobre controle muito rígido, né?, fumava também loucamente, então encarar a possibilidade de viver isso livremente assim [...] não que tenha sido uma coisa fácil, mas só isso já foi um elemento de paz, paz pessoal, paz interna [alívio] e parei de roer unha, parei de fumar, passei a viver um jeito muito mais legal com as pessoas, eu acho que passei a ser uma pessoa mais legal também [risos].

Veio essa coisa do gênero como uma espécie de produto inesperado e eu não contava com isso [surpresa], mas apareceu e de uma forma relativamente, relativamente o que? eu não sei nem o que dizer [pensativa], porque evidente que era um discurso meu, mas também fiz esse discurso à revelia de mim mesma [...], então usei personagens, usei histórias para isso aparecer e apareceu de uma forma tão evidente que as pessoas me chamaram atenção disso, as pessoas que digo são pessoas ligadas ao ambiente trans, me chamaram atenção para isso e acabei percebendo que era uma possibilidade e que essa possibilidade me encantava [autorreconhecimento].

Agora assim, como no caso da homossexualidade, os sinais vieram de fora, meio que sou surpreendida pelas notícias, né?, “ah, eu li isso no jornal”, enfim eu sou essa pessoa enrolada desse jeito mesmo. Então não é que tivesse questões com o meu corpo

masculino, não tinha [afirmação], mas passou a ser uma possibilidade muito interessante [satisfação].

Meus processos são um pouco longos assim, então em 2004 [...] como é um processo mais ou menos lento, aliás, bastante lento, as fronteiras vão se perdendo [...] em 2004, o que me levou a pensar isso foi uma atitude de uma personagem minha, fiz uma historinha onde uma personagem se travestia sem a menor necessidade e ficou uma coisa tão evidente que uma pessoa me chamou atenção, enfim, daí descobri que aquilo era possível, esse foi um momento [...] foi quando percebi que podia viver a travestilidade de alguma forma, que isso não era uma cena de comédia, porque até ali sim era uma cena de comédia, em vários filmes aparecem homem se travestindo como uma farsa, como recurso farsesco, mas quando percebi que isso não era um recurso farsesco, que era uma possibilidade real mesmo de expressão, por vários motivos demorei 4 anos ainda até chegar e falar: “não, chega, não vou adiar mais [...]quero fazer isso!”.

Daí eu busquei lugares onde pudesse viabilizar isso, tinha o Clube “Brasília de Crossdressing Clube”, que chama BCC (BCC: Brazilian Crossdresser Club) existe até hoje e tinha a Duda que era, que é ainda, ela está viva [risos], mas naquela época ela tinha um local onde ela produzia pessoas para fazer isso profissionalmente, ela produzia homens com maquiagem, com roupas e eu fui lá [...]. Então tinha um grupo que também se reunia em torno da Duda, foram lugares digitais e físicos muito importantes para mim, precisei ter esses contatos para me movimentar.

Fisicamente o modo, o momento mais decisivo para mim de autopercepção de gênero foi quando me vi depilada em frente ao espelho pela primeira vez [...] me vi totalmente depilada frente ao espelho e fiquei muito assombrada porque não era só uma imagem, era também uma sensação, é um corpo livre para mim [satisfação] a ideia de um corpo livre tava expressa na depilação, depilação total.

Passei uns três anos me travestindo com grupo de Crossdressers fazendo encontros ocasionais né? agora entre isso e 2009, que foi quando resolvi mesmo, foi um processo lento, eu demorei porque sou assim, fui adiando, empurrando com a barriga até o momento que achei que não tinha mais porquê postergar, mas é o jeito que começou, o que fiz com orientação sexual também foi isso, fui fingindo que não era, que não era comigo, né?, por isso quando falam, elogiam a coragem “ah, você teve muita

coragem!” não tive não [risos], me vejo não como uma pessoa corajosa, mas com uma pessoa bem postergadora, Procrastinadora!

Bom é uma decisão meio complexa mesmo, por exemplo, decidi me apresentar em público de uma forma que sabia que iria levantar um certo clamor, só fiz isso num ponto em que não tinha mais filhos em casa por exemplo, todo mundo crescido, meus pais também cansados de me entender com uma pessoa específica, sabia que eles iam ter uma reação favorável, no mínimo favorável e estranhamento, assim então [...] mas sabia que eles iriam apoiar, meus filhos também [potência] então esperei ter essas condições todas, minha situação profissional também estava tranquila, então sabia que podia fazer isso, né?.

A minha família me apoiou no momento de passagem, e, continuou me apoiando, até agora sem a menor restrição, acho isso fundamental, é, como acharia fundamental esse apoio também em quase qualquer escolha minha profissional, por exemplo, quando preferi fazer uma faculdade que me encaminhava para área de cinema, teatro e música, minha família não fez a menor objeção, não teve sequer alguém falando “Ah mas não seria melhor você pensar numa outra profissão”, não teve, todo mundo assim “legal vai lá, tal, não sei o que”, me felicitaram quando entrei, bom então é isso, não é que ache que isso não é fundamental é que simplesmente não tenho a experiência da falta disso na minha vida e sei por amigos e amigas que me contam o quanto isso é pesado quando você tem que enfrentar uma coisa dentro de casa e o afeto é colocado como moeda sabe [...], “Ah não você não pode fazer isso porque senão não gosto mais de você, se não você não vai poder morar mais nessa casa” isso, isso é de uma violência absurda, assim, sequer imagino como é que reagiria a isso, mas sei que existe e é assim que muita gente se comporta, que é obrigado a dar respostas a essas situações, né?.

Mas o estranhamento foi geral, assim, mas boa parte do estranhamento foi de grata surpresa, quer dizer as pessoas falaram “ó!” e me receberam muito bem, “mas que legal né?!”, isso aconteceu bastante e também pelo fato de eu ser, de já ser uma pessoa razoavelmente conhecida como cartunista, com autora de quadrinhos, já tinha aparecido aí em um monte de lugares, então havia uma imagem minha como autora, como autor na época [...] e aí se acrescentava a isso o fato de que eu ser trans e que agora queria ser conhecida como mulher, então rolou um certo escandalozinho em torno de mim, apareci em muitos lugares dei muita entrevista, o que foi bom, também porque muito do que eu consigo organizar como um pensamento vem do fato de estar falando sobre isso, né?

“Tá” conversando, trocando ideias, então muitas das percepções que tive sobre o que é a minha situação de trans [...], O que é a situação de trans? O que é transgeneridade no nosso mundo? Na nossa cultura? Vem disso, de ter sido provocada no bom sentido né? Em entrevistas, conversas e debates.

Não houve uma ruptura por ser trans [...], tive uma certa ruptura alguns anos antes, em 2005, porque mudei radicalmente, não tinha feito a mudança de gênero, não tinha feito, mas mudei o modo de fazer as minhas histórias, abandonei meus personagens, abandonei a linguagem de humor que tinha e passei a fazer um trabalho radicalmente diferente, e aí sim perdi leitor, perdi jornal, perdi um monte de coisa, mas nada disso se deveu a transgeneridade, muito pelo contrário, quando me apresentei como transgênero muitos voltaram [risos]. Então pra mim foi bem positivo e também porque gosto muito [risos] do que eu ‘tô’ fazendo e do modo como eu “tô” fazendo. Me reconheço muito, muito claramente [satisfação], a exposição de agora uma pessoa trans só me facilitou, profissionalmente tive ganhos, assim, bem expressivos pelo fato de ser trans, é, tive mais exposição, apareci em lugares, tive um grau de exposição depois de ter tornado público que era trans muito maior do que todos os 40 anos anteriores enquanto uma pessoa que tava na mídia, fazendo história em quadrinhos, fazendo um monte de coisa, mas o período trans, assim, extrapolou, acabei sendo conhecida [potência]

Um pouco mais adiante, quando já estava me expressando publicamente como mulher trans, encontrei uns amigos que era um grupo de homens gays, todos recém-saídos de casamentos héteros, que se reuniam esporadicamente, se reuniam assim há muitos anos, há vários anos eles tinham um grupo, que era um grupo de apoio, de troca de ideias, experiências e tal, e um deles me falou assim: “você não acha que você não usou essa forma de expressão de gênero como mulher porque a ideia de dois homens transando ainda é uma coisa chocante para você?” eu iria responder [risos], iria dar uma resposta assim, “não, nada disso!”, mas considerei que era uma possibilidade [dúvidas].

Então a partir desse momento passei a ter pra mim um espectro grande de possibilidades causais, como é que eu me sinto? me sinto muito bem, me sinto muito à vontade na expressão feminina, mas estava incômoda com o meu corpo? [pensativa] assim genitália, formato? [...] não exatamente.

No começo algumas pessoas, muito próximas inclusive, falavam”. Até quando você vai fazer isso?”, né?, querendo saber também se iria fazer cirurgias, mas também

no tempo, assim: “Você vai fazer isso até cansar?” [risos] “Você vai ficar assim até o fim da vida?” [risos] e isso é uma coisa que penso sim, não tenho a menor intenção de, de me exprimir de outra forma, não sei se até o fim da vida porque é uma bobagem você ficar com isso também assim: “ah vou ficar assim até o fim”, não é um voto que estou fazendo, é um, é um desejo, né?, não uma missão que [...], estou me assumindo [...].

Durante um tempo considerei fazer implante de seios, por exemplo, quando cheguei mais perto de fazer uma cirurgia de implante de seios, vi os implantes, analisei as possibilidades e conversamos, eu e o médico, conversamos sobre os tipos e percebi que iria ter implantes que iriam me deixar com o aspecto de um homem com implantes masculino de seios, porque o tórax masculino ele tem uma amplitude diferente do tórax feminino, então dificilmente irá ter o seio modelar que tinha na cabeça [risos], e aí lembro que foi um momento de estranhamento assim, recuei um pouco [pensativa], naquela época estava muito afim de fazer [...], então acabei não fazendo por quase um acaso, não fiz porque acabou o dinheiro, tinha marcado inclusive, tinha data e tudo, não fiz porque acabou a grana [...]. Aí um ano depois [risos] tive essa grana de novo, já tinha um território de dúvida assim que me deixou também, não sei faço ou não faço, não fiz [...]. Depois disso o projeto ficou cada vez mais nebuloso, mas um dos motivos é esse: vou ter um seio, mas é um seio que dificilmente será confundido com um seio natural [risos] né?, nascido num corpo feminino, não estou mais considerando, às vezes eu considero às vezes não considero [...].

A ideia de um corpo feminino para mim está presente e isso é uma ideia imposta, é uma ideia cultural né?. Não é puramente minha escolha, é uma mistura de escolha minha e sim da existência dessa pressão, existe e muitas vezes me vejo aflita para cumprir esse projeto de exposição que precisa se dar conforme determinados parâmetros.

Penso em fazer um tratamento hormonal ainda, mas na minha idade o tratamento hormonal também perde muito da eficácia e atendimento hormonal para pessoas trans, por exemplo, bota num balaio só todo mundo, “Ah cê é homem e quer virar mulher, né? então tá, cê toma isso aqui” [risos], a pessoa fica broxa [risos] e frustrada: “ah, não queria ficar broxa!” [risos].

Outra coisa que também entrou nas minhas preocupações com o corpo é a velhice chegando, preciso lidar com isso, é um problema a ser atacado que não é exatamente um problema de gênero, mas também se cruza [...]. As minhas

preocupações tem sido no sentido de manter o meu corpo funcional e saudável, assim, sei lá, eu tenho muito problema nas juntas, parei de usar salto inclusive por causa dos joelhos, adorava salto, não muito grandes assim, mas tinha um sapato de salto que era favorito, saía e tal, aí chegou um ponto que eu não conseguia mais sair com um salto e o joelho não estourar [...]. E aí incha, dói, fica horrível, sabe? Passo mal mesmo, então aposentei meus saltos com muita dor e tá aí uma interferência de um coisa que não tinha pensado, mas é verdade isso. Gostava mesmo de salto [pesar], mas tô planejando, com a rapidez que me caracteriza [risos], ir num endócrino e fazer um trabalho de hormonização, não fiz até agora, mas essa sou eu né?.

Então tudo isso passou a ser uma consideração meio secundária, então o que vai acontecer comigo se não fizer o tratamento hormonal nem fizer nenhuma intervenção cirúrgica? [não considero a cirurgia genital] Vou continuar me sentindo feminina como agora [potência], então quando entendo isso, toda a importância de intervenções e modificações passa, perde muito da ênfase [...].

Penso também é assim que eu gosto de “tá” não quero me “desmontar” mais, não quero me desmontar nunca [...]. O modo como resolvi isso, quer dizer, o modo como resolvi que não fazia mais sentido para mim ficar me montando e desmontando, quer dizer, quero ser definitivamente e publicamente essa mulher, na qual me transformo, né? [risos], também implica numa concepção do que é essa mulher, então muitas pessoas que eu conheci no movimento se entendem como 100% mulher, ou querem, almejam uma situação de gênero e biologia, que é determinada, que é uma, uma meta da qual eu não compartilho [...], é diferente, para mim é diferente o negócio, então o modo como vim me entendendo me levou a essa concepção, tanto é que fiz poucas modificações, praticamente não fiz modificações além de pintar a unha, furar as orelhas, eu não fiz modificações, me depilar também né?.

Me depilo, já fiz laser, deveria ter continuado mas não fiz [pesar], me maquio, faço uma série de procedimentos [...], uso determinadas roupas que disfarçam a minha constituição masculina, meu corpo é um corpo masculino, não fiz esforço para mudar a voz, nem mudei meu nome, e, também porque eu descobri que Laerte é um nome compartilhado por 265 mulheres no Brasil [risos] não sabia disso [...], não é bem neutro dar meu nome para uma mulher, é uma certa violação dos códigos [...], meu nome é um nome masculino, mas ele tem sido dado para mulheres, de uma maneira meio rara, mas acontece, tem como eu te disse tem 265 mulheres cis chamadas Laerte, mas quando eu

peço um Uber e a pessoa fala “Ah, vi Laerte achei que era um homem” [risos] e eu ali, né? Entendo que meu nome é lido como um nome masculino, agora não, não me é um grande problema manter essa situação e explicar: “não, sou uma mulher, eu sou feminina, o senhor por favor me trate no feminino, blá, blá, blá”, não é um grande problema, mas acho que as pessoas têm que ter direito não só de mudar nome como mudar o registro civil sem precisar fazer cirurgia.

Esse é o propósito da Lei João Nery, né? 5002 (Projeto de Lei 5002/2013 “Lei da Identidade de Gênero” “Lei João W. Nery”), e acho que esse é um objetivo que tem que ser alcançado, é um projeto político, não é um desejo, é uma leitura do feminino. Mas essa lei também não “tá” respondendo a todas as possibilidades, por exemplo, se você não quiser se colocar como homem ou como mulher? em princípio a lei abre isso também mas, provavelmente, não sei se “tá” expresso, ainda não fiz um estudo do texto pra saber, mas provavelmente essa possibilidade fica aberta também, né? Enfim, a gente “tá” vivendo uma época que essas coisas tão se colocando. Outro dia eu conheci Ariel, o Ariel, a Ariel? Ela não [risos], ela disse que ela é gênero neutro, não binário, é uma pessoa não binária [...], mas como é que vai ser?, como é que em português a gente lida isso em termos de pronome? em termos de flexionar? né? A gente coloca aquele “e” no final? todes [...] é uma possibilidade, não é muito popular isso [risos].

Você tem que ter um olhar especial sobre a questão de gays e lésbicas. Essas coisas, essas identidades e situações estão todas juntas dentro de uma sigla só, LGBTQI, porque ódio que se dirige contra elas é mais ou menos único, assim, quer dizer, unidirecionado [...], mas são situações muito diferentes, quer dizer você ter questões em relação à identidade é muito diferente de você ter questões em relação à orientação sexual, embora sejam coisas que sente articulem. Se você juntar ainda “I” que é intersexo que é uma condição orgânica, biológica, tal não sei o que, parece que você tá juntando coisas muito diferentes, na verdade tá! são coisas muito diferentes mesmo, mas o fato delas estarem em um balaio só é, acho que é politicamente interessante, acho que a gente vive num momento em que é interessante tê-las, essas identidades, todas reunidas num momento de ação política mas também é interessante ter a distinção entre elas de forma clara para você poder perceber as dificuldades que são típicas de cada uma. Dificilmente gays e lésbicas querem fazer cirurgias, trans querem fazer cirurgias, mas não querem ser considerados doença [...] são situações todas que requerem olhares

cuidadosos né? Atentos [risos], para você não fazer bobagem, se não “cê” acha que “cê tá” resolvendo um assunto e “tá” piorando.

Então eu fico pensando “ah, eu adoraria ter um corpo feminino, gostaria muito de ter uma cinturinha e tal”, não sei quantas mulheres aos 67 anos tem cinturinha, mas, enfim, eu gostaria, aí eu uso roupas que de alguma forma me deixam satisfeita em relação a essa ansiedade. Qual é fronteira? Esse que é o problema é um desejo meu, mas posso também destrinchar esse desejo e falar: “não isso aqui é um desejo baseado no modelo”, é um modelo de corpo feminino que quero ter, sei que não tenho, então para dar uma disfarçada, então é um desejo meu, mas desejo também calcado na modelagem [...].

Há uma ideia muito forte, todas as pessoas que conheci quase todas as pessoas que conheci até hoje tem um modelo de fundo, esse modelo é uma mulher, é uma mulher cisgênero (cis), então, serve como referência, as minhas referências também são mulheres cis que conheci [...], é muito difícil não ter algum tipo de referencial na bigeneridade, porque é uma ideia historicamente muito forte, muito conhecida, né? É um dado muito evidente na nossa cultura, mas acho que aos poucos vem se construindo outras formas, outras formas de ser, de inclusive de ser mulher [...].

Conversei bastante isso com a minha mãe, por exemplo, perguntava para ela o que é para você ser mulher? Porque ela mal tinha furado orelha, ela furou a orelha já adulta, madura já, porque ganhou um brinco de uma pessoa que acho que era minha namorada, não sei, e, ela furou [...], mas ela não usa, não usa brinco, ela usa anéis, por exemplo, mas ela não se maquia, não lembro de ter visto minha mãe maquiada na vida [risos], não lembro da cara dela maquiada. Ela é uma pessoa que também dificilmente vi na estica com vestidos, em geral algum evento muito especial, assim, de um modo geral ela tem ainda um modo de se expressar com roupa, com apresentação assim, que é totalmente feminino, mas não é essa coisa impregnada de troféus, né? [risos] e ela [...] eu perguntei: “O que é para você ser mulher? assim, quando você pensa numa definição de ser mulher, o que te vem à cabeça?”, ela falou: “Ter filho” [risos] “Pra mim é um momento de realização total e de compreensão do que é ser mulher”, e ela teve 4, é, fiquei pensando “bom muitas mulheres não tem filho” [pensativa] incluindo a nossa vizinha que é uma pessoa super querida e próxima, assim, teve vários abortos e não conseguia, né? E muitas mulheres sequer abortam, sequer engravidam, tem condições variadíssimas, não sei porcentagem, mas é muita gente, tem gente para caralho no

mundo né? Então entre essas pessoas tem uma porção que é estéril, e isso não deixa ela menos humana, né?, ou prefere não ter filhos, então todas essas coisas vão ensinando para gente que não é de um jeito só né?.

Mas a ideia de que é de um jeito só é uma ideia muito repetida e martelada culturalmente [...], então acho que vai ser um processo meio longo, assim, o meu modo de ser feminina, de ser mulher, leva em conta as mulheres todas que conheci incluindo minha mãe, né? [potência]

O que tenho tentado é ser alguém muito onde me reconheça como uma pessoa que sempre fui também, né? Fui menino, tive uma vida de menino e não era um absurdo ser menino, me comportar como menino, me comportava como menino meio estranho assim também, não era muito típico, acho, mas fazia as coisas que todo menino faz [potência]. Então, a minha vivência da transgeneridade é meio por aí, assim [...].

Me considero uma mulher trans, me considero uma pessoa trans, uma pessoa transgênero, se pede pra desenvolver, falo eu sou uma mulher trans. Não saio por aí dizendo “sou uma mulher” porque acho que historicamente, culturalmente essa coisa toda tem uma definição, é, um pouco diferente da posição onde eu “tô”, então gosto de dizer que sou uma pessoa trans porque essa é uma parte também, uma batalha cultural muito séria e é o que sou, e gosto de ser uma pessoa trans, [potência].

É hétero, é, homo, francamente não sei dizer, gostaria muito de liquidar esse tipo de nomenclatura porque ela é abusiva, ela é uma nomenclatura que julga uma relação entre duas pessoas, então ela é uma literatura moral, ela é uma nomenclatura moralista, ela não fala que a pessoa é homossexual, ela fala das relações são homossexuais e portanto cria classificações, bem ou mal, ela cria também uma hierarquia de normalidade para a anormalidade [pequena pausa].

Sinto de uma forma meio evidente assim, que fiquei devendo muito pra mim de 30 e tantos anos de armário [pesar], então tento, não digo recuperar o tempo perdido, mas tento expandir a minha experiência com homens, gosto, gosto muito de relacionamentos sexuais com homens [satisfação]. Já não sei mais se sou homossexual, porque se sou, se me entendo como mulher [risos] eu não “tô” sendo homossexual, mas aí tem aquela questão do meu amigo falou: “será que você não tá fazendo a mulher porque a ideia de dois homens transando ainda é chocante para você?” pode ser, não sei, gosto de homens, mas também gostei de mulheres, não estava sendo torturada quando transava com as namoradas ou mulheres que eu casei.

A classificação homossexualidade, heterossexualidade, assexualidade, bissexualidade, acho limitadora, a princípio sou bissexual, né?, acho que faria uma coisa que a minha amiga Leticia sugeriu, que é classificar conforme o desejo que a pessoa tem, se a pessoa curte homens ela é andrófila, se curte mulheres é ginecófila, pode ser androginecófila, pode, todas as variações possíveis, inclusive a afilia, quer dizer, o desejo por nada, por nenhuma pessoa, né?.

Então tô num momento assim estranho e ao mesmo tempo a experiência conjugal, ter um “conge” [risos] como diria o nosso ministro, é pesada, não quero repetir, então não quero ter alguém morando comigo. A ideia de ter uma parceria mais ou menos permanente não é ruim, mas não calhou de acontecer também, buscar explicitamente, Tinder ou Grindr (aplicativos de relacionamentos) e deixar rolar [...], assim tenho tido encontros bem raros, e em geral são sexuais só, não vira, até agora não consegui, não cheguei a ter um namorado, um namorado apresentável [risos].

Sobre preconceito, para falar em termos sociais gerais, assim, é horrível, as pessoas são mortas aqui (cidade de São Paulo) [indignação]. O ataque, ataques insultos e assassinatos de pessoas trans são muito numerosos em São Paulo, não é pouca coisa, pro meu caso em particular é confortável, mas faço parte dessa população que “tá” sendo atacada. O fato de ter individualmente uma posição de conforto não muda as coisas, né? Em 2011 acho, 2011 ou 12 não sei, estava começando a botar as “asinhas” de fora e usei o banheiro feminino num lugar e fui proibida. O dono do lugar falou pra mim que não repetisse isso, porque uma cliente que estava com a filha no banheiro se queixou. Aí discuti e a coisa virou um certo bate-boca ali na hora, fechei a conta e fui embora chateada, brava né? dizendo que nunca mais voltava lá, postei no Twitter e isso virou um assunto, aí fui informada que existe uma lei que garante o acesso das pessoas trans, 10948 (Lei nº 10.948, de 05 de Novembro de 2001 que dispõe sobre penalidade por discriminação por orientação sexual), e o caso cresceu. Eu fui buscar meus direitos. Na época tinha uma secretaria, uma Instância de direitos LGBT na Secretaria das Justiça ou da Saúde [reflexão] Justiça, acho. E aí eu fui ao DECRADI (Delegacia De Crimes Raciais E Delitos De Intolerância (Secretaria de Segurança Pública)), também, então toda essa movimentação me fez perceber que havia território para ser reivindicado como nosso. É, acho que outras pessoas também perceberam isso, ou já vinham também lutando por isso, mas esse foi o momento de agressividade que sofri, praticamente o único, não me lembro de outros.

Então ser trans em São Paulo é uma mistura de muito perigo, agressividade e assassinatos numa ponta e por outro lado também muitas oportunidades de inserção, oportunidades inclusive de trabalho, oportunidades de inserção social, São Paulo é uma riqueza muito grande, né? É uma Megalópole, um contexto cultural gigantesco, assim, onde cabem todas essas situações, situações de perigo e também situações de apoio, acolhimento e coisas assim.

Ainda sobre transfobia e acessos a equipamentos sociais, sei por experiência própria, teve esse episódio que contei, de acesso a um lugar público, de experiência de outras pessoas que me contaram que o acesso a equipamentos públicos de saúde existe, mas é muito difícil e demorado, muito difícil, tem pessoas que acabam desistindo que acabam cometendo suicídio, coisas assim na fila de espera, isso acontece, é bem dramático isso [pesar].

E acho que um ponto de política pública que especialmente me interessa, quer dizer, acho super frágil é a educação, acho que a presença de uma informação, debate e trabalho educacional na, na área do gênero é muito importante, é essencial, e quando falo de gênero não tô falando só em relação a pessoas transgênero, “tô” falando em relações de gênero também, violência machista, com reflexos em feminicídio, com coisas assim tudo, tem que ter algum tipo de trabalho na escola, né?, na base [esperança], cotas, por exemplo, vale a pena instituir cotas [...], pra trans? [pensativa], não sei, é algo a ser discutido, ou vale a pena você investir em programas onde as pessoas trans possam ser reconhecidas e se expressar livremente em qualquer lugar, hein? [potência].

Thomas Victor Barreto Cardoso

Meu nome é Thomas Cardoso, tenho 24 anos, eu sou natural de Osasco, vim pra Sorocaba pra estudar [...] e eu me identifico como homem trans [...] transexual [autorreconhecimento] eu me descobri um homem trans, uma pessoa trans há dois anos atrás, foi no final de 2017, 2018 na verdade [...] que eu “tava” namorando, morando com a pessoa [...] e a gente tinha um amigo que ele é trans também [rede de apoio] e ele frequentava muito nossa casa e ele decidiu um belo dia que iria me tratar no masculino, simplesmente [...] eu achei estranho mas aquilo pra mim foi “meio” que foi uma “chavinha” que virou e ele falou que já tinha desconfiado, enfim [...] que ele estava fazendo um teste [...] e deu certo, comecei a me questionar [potência], comecei a ver os

vídeos e os vídeos foram fundamentais pra mim, transdiário, o Lucca Najar, eles falam sobre a transição, enfim [...] acho que antes de ele me tratar no masculino, eu já tinha várias questões com relação a identidade mesmo, então quando eu comecei meio que questionar essa parte principalmente de sexualidade, comecei primeiro a me entender como bissexual, depois como uma pessoa lésbica mas eu nunca gostei muito desse termo, nunca me senti “encaixado” sabe? De falar “não, eu sou uma mulher lésbica”, eu falava porque eu sabia que ah era mulher com mulher, sabia que com homem eu não iria me envolver, então beleza, é isso então, essa “caixinha” aqui [...] mas, não era uma coisa que eu falava e “tipo” nossa, não é assim [...] é o orgulho de botar para fora [potência, expressão], então eu tinha, eu tive esse problema de não me identificar enquanto uma mulher Cis (Cisgeneridade, identificação com o gênero atribuído ao nascimento) lésbica e não me identificar quanto uma mulher Cis bissexual e afins, não me identificar enquanto uma mulher [identidade de gênero], mas eu também tinha, eu acho que o que me travou muito nesta questão foi justamente a identificação enquanto homem, porque é, não só pela vivência, mas pelas coisas que, que eu estava dentro dos movimentos enfim [...] então o quanto o homem era o símbolo da violência [machismo estrutural], a mulher para mim sempre foi o símbolo da força, sempre foi o símbolo da resistência [feminismo], enfim, então ser mulher era motivo de orgulho, porque mulher para mim é uma “coisa” orgulhosa sabe? E homem, não [...] é uma “coisa” que eu queria manter afastado, mas eu sabia que tudo que foi atribuído socialmente para as mulheres não era uma “coisa” que me cabia, não era como eu queria ser [construção social do gênero], porque tinha toda aquela questão do espelho, eu não olhava, eu literalmente procurava os meus traços masculinos sabe? Então “tipo” ah assim fica melhor, os cortes enfim [...]

Sobre o meu corpo, o peito nunca foi uma disforia assim acentuada, eu não gostava, não gostava, mas nunca foi assim uma coisa que eu queria “arrancar” fora, até porque eu sempre tive o peito bem pequeno, então para mim [...] mas eu nunca gostei de usar sutiã, essas coisas sempre foi para mim uó (expressão LGBTQ+ para algo ruim), queria fazer musculação para que [...] sabe? Ficasse com um corpo diferente e [...] achei que uma hora eu iria querer modificar o corpo, de começo não era uma questão muito forte em mim, até porque como eu tinha pouco peito e eu fazia academia, ele começou, ele diminuiu bastante, então eu fiquei beleza! Eu vou fazer isso mais para frente e aí eu não sei o que aconteceu, mas chegou uma época que eu percebi que não iria diminuir o tanto que eu queria com musculação e aí eu comecei a tentar pelo convênio, fiquei um

tempo tentando fazer, porque o meu, o convênio deu uns problemas lá no começo, não chegava a carteirinha nunca e aí depois fui aprender a fazer este rolê (caminho) todo, então demorei praticamente metade do ano para conseguir ir atrás destes processos e aí no final deu errado, mas aí comecei a ter muitos problemas com [...] um pouquinho de disforia (ansiedade, inquietude, desconforto com as características sexuais do gênero oposto ao qual se reconhece), então “ai é assim, mas eu queria andar sem camisa...”, porque eu tenho problemas com suor e aí eu queria ficar sem camisa, eu gosto de ficar sem roupas [liberdade] e aí eu ficava incomodado e pela questão que se um dia eu parasse de fazer musculação eles iriam voltar tudo de novo [...] então eu comecei a ter um pouquinho de disforia e aí eu falei “não, eu vou fazer” e aí comecei a convencer meus pais, falei “não, porque tomo hormônio, tem perigo de dar câncer [...]”, não que seja mentira, é verdade! Mas não que fosse minha preocupação, era mais a questão de também ter que ficar um tempo de repouso e aproveitar que eu estava desempregado e estava ali com eles né? Para ter essa facilidade [apoio], mas eu tive sim um probleminha com essa parte [...]

A transmasculinidade tem a barba como fundamental! A barba é fundamental para muitos porque ela dá uma passabilidade (aparência em acordo com sua identidade de gênero) fora do comum, que parece que a barba é um sinônimo de masculinidade [masculinidades], eu nunca quis ter barba, para mim sempre foi uma coisa “nossa! Deve ser horrível!”, e quando eu comecei a ter, percebi que eu estava muito mais passável do que [antes], porque as vezes as pessoas olhavam para minha cara, aí elas pensavam, aí elas viam a barba, daí elas me tratavam no masculino [heteronormatividade], então para mim é o sinônimo de masculinidade, nunca mais tirei! [conforto social], então assim eu aparo ela, mas eu nunca tirei para ver o que acontece [receio], então isso acontece com muitos meninos, a barba acaba sendo fundamental para você ter essa passabilidade [segurança no convívio social].

Essa questão do corpo, ela foi surgindo mais também porque eu comecei a frequentar ambientes exclusivamente masculinos, então vai na academia [...] eu tinha que entrar no masculino, vai para um tal lugar, tinha que entrar no masculino e aí nessa eu ficava, me sentia meio constrangido de ter que tirar a blusa, por mais que as pessoas falassem que não dava para perceber [seios], então todo mundo falava “não, não dá para reparar, não percebe, não parece”, mas eu, eu vendo daqui, estava vendo! Então me sentia incomodado que as pessoas iriam perceber, que as pessoas iriam me olhar

estranho [...] e aí isso foi alimentando e falei “não, vou tirar!” e aí eu fiz [...], foi uma cirurgia super pequena, mas agora eu fico sem camisa super tranquilo, fui para a praia e fiquei sem camisa e é sem preocupação sabe? É outra vida [satisfação], a heteronormatividade é uma bosta! Eu queria que as pessoas tivessem menos isso, mas infelizmente a passabilidade vem dessa heteronormatividade, desse “cis” e a gente precisa disso não só por uma questão mental, mas também por uma questão de segurança [segurança no convívio social], porque né a gente ser passável querendo ou não deixa a gente mais seguro para sofrer qualquer tipo de violência e é uma das coisas que eu falo nem é porque a pessoa quer ser passável, porque tem gente que fala “você quer ser cis”, eu não quero ser cis!, só quero não ter que sofrer violência por ser trans [transfobia], então muitas vezes esta passabilidade traz isso para mim [potência na reversão em benefício], tanto para eu ir ao banheiro, para eu ir num ambiente onde vai ter homem cis ou sabe? Um possível violentador ou coisa do tipo, preciso me sentir seguro! se a barba vai me trazer este sentimento? Então que seja a barba [...] se não tiver, então tiro a barba [...] sabe? querendo ou não a gente infelizmente tem que viver dentro desta norma minimamente porque senão o que a gente sofre é, não dá nem pra contar [transfobia].

Sobre a genitália eu falo, nunca foi um problema, nunca quis, não [dúvida] eu já quis sim ter um pênis, mas foi mais por uma questão de facilidade [...] mas nunca odiei ter uma “buceta”, uma vagina enfim, então nunca foi um problema [potência, corporalidade], eu não tive nenhum problema com meu corpo quando relacionado a sexualidade [potência], só que eu não sou uma pessoa que gosta muito de ser tocado, eu não tenho este costume, eu não gosto muito, então quando eu tive um relacionamento “heterocis” quando eu era lido como mulher cis, tive um namorado e era super esquisito pensando hoje, na época era o máximo porque ele era assim “top”, mas era super esquisito, me sentia super desconfortável, ele era bem mais velho do que eu, hoje eu fico me perguntando o que minha mãe tinha na cabeça? Porque eu tinha 13 anos e ele tinha 18, então pra mim era “tipo” [...] na época beleza, normal, que ótimo que meu namorado é super mais velho [crença social], hoje é “tipo, caralho!” isso é muito [...] é pedofilia! Mas era super esquisito [...] e eu comecei a ficar com meninas, eu tinha acho que uns 16 anos e aí foi totalmente diferente, falei “nossa, uau! Isso aqui é maravilhoso!

Eu tive vários relacionamentos tóxicos, vários [...] na verdade tive um que perdurou muito e aí acabou pegando os outros, foi um problema, mas [...] mas depois eu

comecei a me identificar como bissexual e depois eu percebi que realmente não queria ficar com homens, não sentia atração, eu acho bonito, beleza, mas não, não queria [...] e aí eu comecei a me identificar como lésbica e depois quando eu me assumi trans, comecei a me identificar como hetero, que foi um problema também porque eu não queria ser hetero, e aí eu comecei a desconstruir isso na minha cabeça [potência], até porque tem os meninos que são trans, então comecei por eles, porque realmente cis é um embate, mas comecei a pensar e falei “não, beleza!”, mas aí eu achei que me encaixava mais como pan (pansexualidade, independência do gênero) do que no bi (bissexualidade) por uma questão de identificação mesmo e aí fiquei nisso, beleza [...] o que for, se eu gostar da pessoa é isso [potência].

Quando me identifiquei como pan eu já estava namorando, tenho um relacionamento heterossexual, minha namorada é cis e tudo bem! Mas acho que sexualidade é um problema muito grande dentro da transgeneridade porque a gente é invisibilizado num sentido total, aí se você é hetero você é invisibilizado né porque tem aquele “fora hetero” então, mas aí tem o bissexual quando você ainda é [...] que nem homem trans e gay aí pronto! Aí “buga” geral (confusão) e a pessoa fala “porque você “virou” homem então?

Conheço muitos meninos trans gay, muitos, muitos [condição sexual], inclusive quando eu conheci que existia essa possibilidade, que eu já tinha me assumido trans, “bugou” minha cabeça de um jeito, eu falei “gente! Como assim?” porque até para quem era trans, era uma coisa “tipo, caralho! É uma possibilidade!” [potência], achei super legal, conheci vários meninos, vários meninos e acho que cada vez mais a gente está caminhando mais para tirar um pouco disso, de confundir uma coisa com a outra, pessoal que não está querendo mais se identificar como algo, como cis, como assim, assim, assado, tirando muito isso do hetero, mais gente que é bi ou então que é pan, que é demi (demisexual, atração sexual por quem se tem ligação emocional), que é enfim, acho que isso é um movimento super legal de se fazer e tirar um pouco isso do corpo [potência].

Hoje eu sei que existe um embate muito grande com a questão que os meninos brincam muito com a nomenclatura de “boyceta” (meninos de vagina), eles gostam de se identificar assim [...] eu acho que de certa forma é um tipo de empoderamento, de aceitação da própria estrutura corporal de, “tipo, tenho uma buceta e sou masculino!” [potência], mas há aqueles que não gostam da nomenclatura pelo fato de que a gente

está tentando tirar essa genitália ligada a nossa identidade [potência] e esse nome “meio” que faz esta junção, então é uma briga [conflito de ideias], mas eu não me importo, para mim tanto faz uma coisa quanto a outra e também tem a questão do embate com as radi (feministas radicais) eles brigam muito com as radi, e faz [...] bem, porque as radifem’s (feministas radicais) tem uma briga muito grande, com elas principalmente, o movimento trans em geral porque elas não conseguem aceitar pessoas trans, então é “tipo” você está tentando reforçar o esteriótipo assim [...] e elas são transfóbicas mesmo e acho que isso é uma bosta porque né, você está numa posição de opressor e de oprimido ao mesmo tempo, mas é aquilo [...].

Na transgeneridade tem toda a questão de corpo, as disforias ainda bem que não tive muitas, mas conheço gente que teve muitas disforias, que tem muitas disforias, os meninos tem muitas, principalmente com a parte dos seios, está o tempo todo buscando binder (colete compressivo), usando milhares de camisetas [...], quando a Uma trabalhava numa escola, tinha um menino lá que tinha uns 13 anos e ele [...], ela falava que ele ia de moletom, que ele ia com não sei quantas camisetas para esconder o volume do peito, que ele ia ao banheiro e as meninas nas ficavam batendo nele, enfim é uma questão muito forte [disforia e transfobia], mas acho que a gente está fazendo um movimento que é super legal de tentar ressignificar as coisas! Então, ah, a gente tem mulher que tem “pau”, tem mulher que tem isso, tem menino que tem isso e pronto acabou! Sabe? É você pegar aquela ofensa e fazer dela a sua, do tipo não! É sou eu mesmo e aí? [potência], que foi o que fizeram com o “viado”, que fizeram com queer (gênero não normativo, termo guarda-chuva), sabe? é pegar aquela ofensa e beleza! Isso aqui é meu agora, não é seu! [potência], então acho que isso vai caminhar para um dia a gente não ter essa questão de a pessoa falar “ah, mas você tem isso?” e falar “tenho! E aí?” [potência] e a pessoa não saber o que falar [...].

No meu caso, “tipo” foi um quebra-cabeça que eu fui montando e aí quando ele começou a me tratar no masculino, mesmo eu já conhecendo, mesmo eu sabendo, comecei a cogitar a possibilidade de [identificação com o gênero transexual] e aí comecei a procurar, comecei a ver, “tipo” ah faz sentido, até porque na época ele também se identificava como trans não binário e eu também não tinha muito entendimento do que era uma pessoa trans, para mim era uma coisa bem “nebulosa”, eu não tinha esse entendimento muito certo, então foi um pouquinho depois que ele começou a falar que eu comecei a encaixar uma coisa na outra e eu comecei a me ver

muito ali [autopercepção], no começo tive uma crise de identidade, então assim na hora que eu comecei a me questionar, eu comecei a ter crises fortíssimas, eu já tinha histórico de depressão e ansiedade por causa da faculdade até [...], eu não estava fazendo terapia nesta época e também não estava tomando remédio, que eu decidi que não queria tomar mais porque me fazia muito mal e aí quando isso aconteceu, decidi voltar pra terapia porque eu tinha que contar para meu pais e eu não sabia como fazer isso [...] eu já tinha me assumido, é [...] uma mulher lésbica [incômodo] pra eles e tinha sido tudo bem, eles me aceitaram, não foi nenhum problema [apoio familiar], mas logo quando me assumi lésbica, minha mãe a primeira coisa que ela falou pra mim foi “mas você não vai virar menino né?” e aí e dei risada e falei que não, imagina [gêneroxcondição sexual], e na hora que isso aconteceu, eu lembrei na hora e eu falei “putz ferrou” [temor] aí voltei fazer terapia, fiz, “tratei” esta questão de gênero e aí um dia tive uma crise muito forte, comecei a chorar e aí mandei mensagem pra minha mãe, “falei mãe”, é [...] contei pra ela o que estava acontecendo, falei que eu estava pensando que talvez eu não fosse assim ou assado [dúvidas] e ela tentou me acalmar, conversou comigo, falou que não tinha problema, que estava tudo bem [...] mas acho que foi mais pra me acalmar mesmo porque pra ela foi um choque [revelação], mas ela disse que não tinha nenhum problema que ela iria me amar do mesmo jeito e aí me acalmei, continuei com a terapia, só que comecei a pesquisar mais e decidi que iria fazer o tratamento hormonal [autoafirmação] é [...] que era uma coisa que eu sempre tive um problema e aí quando isso aconteceu, pra mim muita coisa na minha vida fez sentido [encaixe].

Eu tenho sérios problemas, eu não lembro da minha infância nada, tipo eu lembro de coisas muito específicas e as memórias que eu tenho são memórias que eu crio a partir de fotos [...] então parece que eu lembro, mas eu sei que eu não lembro do que aconteceu [apagamento da memória], é uma coisa estranha, pelo menos pra mim, não lembrar do que aconteceu [pesar], eu pensei sobre porque eu não conseguia lembrar, porque para mim eu tinha estas memórias, e depois que eu fui perceber que elas não eram reais, que eu ficava vendo as fotos e aí eu percebia que essas memórias eram recriações daquilo que eu estava vendo, que eu não lembrava exatamente o que tinha acontecido naquele dia, e as poucos memórias que eu tenho são, não são memórias muito boas, então é “tipo” esse negócio de... ah eu [...] aí eu comecei a lembrar de algumas coisas que aconteceram comigo quando eu tinha seis anos mais ou menos, foi uma coisa que me marcou muito [memória] eu tinha seis anos e aí como eu

me vestia como menino entre aspas, eu sempre fui uma criança andrógina e sempre quis me vestir de “menino”, nunca fiz coisas “ditas” de menino, jogar bola, essas coisas eu nunca tive muito interesse [heteronormatividade] eu gostava de ficar entre meio, brincava de carrinho, brincava de boneca, brincava de carrinho, brincava de boneca [...] a minha mãe, meus pais né, eles sempre foram muito maleáveis neste sentido, então eles sempre deixaram brincar e me vestir do jeito que eu bem entendesse [potência] O problema da minha mãe era o cabelo, ela não deixava eu cortar o cabelo de jeito nenhum.

Meus pais iam para a igreja e eu nunca gostei da igreja, é outro ponto, não gostei da igreja [...] sempre detestei a igreja, sempre! então assim meus pais são católicos, minha família é católica e eles iam à igreja, sempre foram e à missa sim! Eu ia com eles e assim, sempre achei muito chato, muito chato! Por zero motivos, eu só achava chato estar lá dentro, o padre falando todo dia a mesma coisa, tanto é que se eu for lá eu sei fazer a missa para ele! Eu nunca li a bíblia, me recuso! Porque eu não acredito na bíblia de jeito nenhum [descrença], acho que as pessoas usam o que está na bíblia de um jeito muito errado, sem refletir que quem escreveu, porque escreveu, que época escreveu, acho que isso faz toda diferença [contemporaneidade], sempre tem aquele discurso de várias coisas que o padre fala, ele pode não falar exatamente o que ele está querendo dizer, mas ele fala e aí você fica “puta” “de ai não, porque você tem que estar com sua mulher, porque não sei o que” [...] sendo machista, sendo sexista, sendo sabe? várias coisas e eu comecei a desgostar, mas eu já desgostava antes [...].

Desde criança eu falava para minha mãe que eu não queria ir, que eu não queria ir, que eu não queria assistir, mas quando a gente é criança, a gente é obrigado! Então eu ia e às vezes eu ficava lá fora e às vezes eu tinha que ficava lá dentro! E aí ela queria que eu fizesse catequese, não fiz, me recusei! Falei “não vou fazer” e aí ganhei a luta, não fiz e continuei a minha vida normal, depois de um tempo não ia de jeito nenhum e aí minha mãe falava “não, tem que ir agradecer” e eu falava “não, eu agradeço aqui de casa” “ah não, porque é a casa de Deus” e eu falei “Deus não está em todo lugar?”, “então Deus está aqui, vou agradecer daqui [...] e foi sempre muito assim e aí hoje penso que como né, eu não tinha toda essa, essa questão de [...] ah não, porque a igreja queimou não sei quantos, sabe?

Eu era criança, acho que era uma coisa muito de imposição, eu não gostava que me impusessem que eu tinha que fazer algo, que eu tinha que estar ali, que eu tinha que

ouvir aquilo, que eu tinha que dar a mão, dar a paz de Cristo, não gostava [incômodo], então acho que meu problema inicial foi a imposição e depois eu comecei realmente ter meus questionamentos, de não, eu não acho isso certo, não acho esse discurso certo [consciência], até porque minha mãe muitas vezes usou ele, do tipo “ai”, uma vez ela falou para mim um negócio que até hoje não entendi, ela falou que em questão da sexualidade, que a árvore, “se a árvore tinha frutos podres, a culpa era de não sei quem”, fazendo uma metáfora de que se a pessoa ela é homossexual ou coisa do tipo, a culpa é dos pais, e eu achei aquilo super nada a ver, super escroto, e eu fiquei “tipo” sabe? Nada a ver, eu não vou ler e não li até hoje, não faço a menor pretensão de ler [convicção], e depois tive outras questões por ideologia mesmo, não acreditei e aí passou um tempo, ano passado comecei, é depois eu comecei a procurar outras vertentes, comecei a ler um pouquinho sobre budismo, sobre espírita, enfim, e aí ano passado eu conheci um terreiro, fui num terreiro de umbanda e achei um máximo, achei o máximo! [identificação religiosa], achei totalmente diferente da igreja, porque assim, o comportamento das pessoas, o que eles falam, o jeito que eles agem sabe? Até o, que a gente não chama de missa, enfim, a sessão, porque tem as músicas, os batuques, eu achei incrível! Então a primeira vez que eu fui eu falei “isso aqui é sensacional!” e aí me senti muito acolhido com o passar do tempo, que comecei a ir, me senti muito acolhido, nunca tive problemas com nada e comecei a me encontrar, comecei a ler um pouco sobre e aí comecei a fazer essa restauração da espiritualidade, da fé, que era uma coisa que para mim ainda era muito ligada a questão católica quando eu falo estas coisas de oração, então para mim ainda tem um pouco de “num” sei, mas acho que por eles usarem outros termos, outras coisas, buscar um pouco da história da religião também, então comecei a me encontrar de verdade nesta religião [religiosidade] e aí eu fiquei desde o ano passado, que estou frequentando e acho incrível!

Muitas das pessoas trans que conheço são da umbanda, são candomblé e acho que para mim isso tem um significado, mas como eu não [...] tenho muita coisa para pesquisar antes disso, mas sei que existem pesquisas que falam muito sobre estas questões do terreiro que são muito legais e acho curioso isso de realmente as pessoas trans acharem que o terreiro é um ambiente muito mais acolhedor do que uma igreja, do que um templo, enfim, mas também conheço muitas pessoas trans que são católicas, que são evangélicas e elas se encontram perfeitamente na religião [identidade religiosa],

acho que vai muito da vivência da pessoa, como a pessoa lida com aquilo, com esta imposição também, mas me encontrei mesmo no terreiro [...].

Quando eu ia à igreja muitas vezes eu ficava do lado de fora brincando, estava com minha irmã e aí tinha umas crianças lá e ela falaram “ah vamos brincar” “beleza” e aí elas olharam pra mim e perguntaram, “ah mas você é menino ou menina?” e eu fiquei, como assim? sabe? [dúvida], eu sou menina, óbvio! Mas aquilo ficou na minha cabeça [problema de gênero] ficou na minha cabeça e eu não sei até hoje [...] lembro assim da cena exatamente [...] é, e aí hoje para mim faz sentido o fato de eu não saber que eu não podia ser outra coisa [identificação de gênero] então queria ter respondido que eu era um menino, mas para mim era óbvio que não era assim, que eu era uma menina e pronto acabou [...].

As outras memórias, elas são mais ou menos neste sentido, sobre o que eu pensava “aí se um dia, eu encontrar uma lâmpada, eu vou pedir para ser menino por um dia” ou então para “virar” menino, enfim [identidade de gênero]. Pensei que era por causa do meu irmão, porque antes de mim a minha mãe teve um filho, só que ele nasceu prematuro e aí ele acabou não conseguindo viver e eu sempre tive ele muito no [...] não conheci, nunca foi uma coisa assim muito [...] na minha família porque ele viveu “tipo” um dia assim mais ou menos [...] mas para mim aquilo é uma coisa que tem um impacto, chorava [pesar], tinha crises depressivas, eu chorava, que não, eu queria ter morrido, que queria que ele tivesse vivido, que ele teria sido melhor do que eu, sabe? [culpabilização]. É uma coisa bem pesada, mas que depois para mim fez muito sentido, e quando eu comecei a trabalhar isso em terapia esta questão foi desaparecendo, então, tanto as crises elas foram embora, quanto essa questão de querer ter morrido, de querer ter sido trocado, sabe?

E as outras memórias também são coisas é [...] picos de raiva, coisas que eu não tinha, então era uma coisa rara, ou então era uma coisa ou outra, eu não sei porque que eu não lembro, não sei se é porque eu na minha cabeça não era eu que estava vivendo ou se eu tive algum trauma que eu esqueci, eu realmente não sei [...], eu trago isso em terapias as vezes, mas sempre acabo, a gente não, não consegue ir pra frente neste quesito e eu sempre tive medo de tentar fazer outras coisas, tipo ser hipnotizado, eu não sei, eu não consigo, eu não confio nas pessoas, no que eu vou dizer, não sei [...] então eu fiquei, ah beleza, se não é para eu lembrar [...] não vou lembrar, pronto e acabou!

A primeira coisa que eu fiz quando fiz 18 anos e vim pra faculdade, “falei” não, eu vou cortar o cabelo e eu cortei, foi um embate mas foi tudo bem [potência] e aí a partir disto comecei a me questionar , tipo ah tinha o negócio do cabelo, e aí lembrava que toda vez que me olha no espelho eu via um negócio, ficava tipo não era bem isso e aí eu “falei” já que eu posso, já que isso é uma possibilidade, eu quero fazer [potência] e aí começou entrar um problema na questão da família, porque a minha mãe, ela não foi [...] não me apoiou de primeira, é, porque a minha vó, a minha família no geral tem histórico de tomar remédio muito forte, minha vó ela teve Parkinson, ela morreu, acho que foi neste ano, ou foi no ano seguinte e ela tomava muito remédio então a minha mãe tem esta “trava” né [...] ela falou que não, que eu não precisava fazer isso, que era, que ia, que eu a tomar remédio e que podia ter problemas depois, enfim e aí eu falei que não, que ia fazer, que eu queria fazer e enfim [potência], ela queria que eu esperasse ela se acostumar com a ideia, eu falei “”olha” você sabe que pra mim é fundamental a aceitação de vocês, o apoio de vocês, sempre peço tudo pra vocês, mas é uma coisa que eu quero, uma coisa que eu esperei 21 anos, eu não vou esperar mais um, até você se acostumar, eu não sei quanto tempo isso vai levar, então eu sinto muito [encorajamento].

Então fui sozinho, procurei, foi muito difícil é... procurar, achar as coisas, mas eu fui contra a vontade dela, ela pediu pra eu não contar pro meu pai quando eu contei pra ela, então não falei e aí comecei a tomar, e...no final, foi acho que em dezembro, comecei...passei na endocrinologista, fiz os exames, comecei a tomar em dezembro e aí até então estava me identificando como pessoa não binária, trans não binário, falei que não queria mudar o nome, que eu não tinha essa necessidade e segui a vida [potência], terminei um relacionamento, tive vários problemas em relação a relacionamentos, mas passou e aí, é...depois de um tempo eu falei que eu queria mudar o nome, trabalhei, falei isso em terapia bastante, porque eu sabia que isso seria um problema, por que minha mãe é muito apegada a essa questão do nome e era sempre um “tralalá” “não vai virar menino né?” e aí eu, não! ‘mas não vai mudar o nome né?’e eu, não!

Meu pai já sabia da minha nova identidade de gênero, minha mãe tinha contado pra ele, ele levou numa boa [apoio familiar] eu e meu pai a gente não tem muito hábito de conversar, a gente se dá super bem, mas a gente não conversa [...] é ...e aí eu peguei reuni todo mundo em casa e falei “olha” vai acontecer isso, eu vou mudar o meu nome, meu nome vai ser “X”, vai ser Thomas, porque eu não quero mais, [potência] me

incomoda ser tratado assim, porque minha aparência está mudando, não está condizendo com meu nome e aí tá sendo um constrangimento muito grande, é...eu ir para os lugares e as pessoas e tratar no masculino e aí depois pegar um documento e ver que meu nome é outro e mudar totalmente o comportamento [preconceito] e aí a minha mãe não levou muito bem, ela disse que eu iria me arrepender, que era uma fase, que eu tinha que esperar passar, que era uma das coisas que eu não tinha pensado até então, no caso de ser uma fase [...] e aí eu tentei levar no máximo de boa possível, falei não, eu vou fazer, não é uma fase, porque se fosse uma fase eu ia ter uma fase que eu não tivesse que sofrer, se tivesse que escolher eu ia escolher uma coisa bem melhor, não ia ter que passar por isso , mas eu vou fazer e é isso [potência] e aí depois de um tempo ela foi se acostumando com a ideia, foi brincando com os nomes, ah é assim ou assado e aí eu fui troquei meu nome, retifiquei todos os meus documentos, e só agora dois anos depois, que eu fiz a cirurgia, que foi bem mais tranquila que os outros processos, e aí no meio do caminho a minha mãe e meu pai também, eles começaram a se colocar mais diante do movimento, eles fizeram...entraram no CEREU (Projeto de acolhimento de pais de pessoas trans), que é o grupo da Sara (Médica Psiquiatra e mestre em educação na UFSCAR- Sorocaba), então eles começaram a tentar, tentar participar mais, e isso foi assim fundamental para que eu não tivesse mais estes problemas em relação a eles o caso [rede de apoio].

Para mim a família é super importante, muito importante mesmo, mas é uma das coisas que eu falo assim “família é importante, mas ela não é fundamental”, porque para mim, a minha, eu tive esse privilégio da minha família ter me acolhido, da minha família ter me apoiado, ter passado por algumas coisas mas não ser praticamente nada comparado ao que muita gente passa, então para mim eu sei que o apoio da família faz uma diferença muito grande [apoio familiar], mas se sua família não te aceita, não é “tipo” o fim do mundo sabe? Eu ressignifico muito a família [potência], então, até mesmo em questões que não tem nada a ver com gênero, eu falo para minha mãe, falo para todo mundo, eu falo “olha, se sua família é tóxica, não é sua família”, sua família é aquela pessoa que você quer perto do seu lado, quer que te ajude, que te apoie [...] para te deixar mal tem muita gente [consciência social], então eu sempre tive isso de tentar ressignificar a família, então “ah, se essa pessoa não serve, beleza, não é minha família” e quando eu comecei minha transição, meus amigos, eles me apoiaram muito [rede de apoio], então de prontidão, eles começaram a me tratar no masculino, do nome que eu

queria, então isso para mim teve muita diferença, porque foi um contraste muito grande, porque talvez se eles não tivessem feito isso, talvez o apoio da minha família tivesse sido mais importante ou então eu tivesse aceitado mais coisas que eu não queria por ter sido um apoio necessário [...] mas depois eu, eu entendi que beleza, legal, minha mãe me apoiou agora, mas antes ela não tinha me apoiado, se eu tivesse deixado de fazer, talvez até hoje a gente iria estar com esse problema [...] então realmente me impus e falei “beleza”, esse aqui sou eu e esses aqui são vocês [limite pessoal], acho que isso é fundamental de se entender, que sua família é isso e você é aquilo [...] você vai atrás do que você quer, se você tem o apoio deles ótimo, se não um dia eles acostumam e se não se acostumarem, você não precisa deles, foi o que eu tive depois de anos de construção [...].

Quando falei que queria fazer cirurgia, a minha mãe primeiro achou que era a cirurgia de redesignação e aí falei que não, essa cirurgia por enquanto não tinha nenhuma pretensão de realizar e eu queria só retirar a mama até por causa do hormônio, pode ser que tenha um câncer, e aí ela foi de boa, eles me ajudaram, pagaram a cirurgia pra mim [apoio familiar], não consegui fazer pelo convênio, cuidaram de mim, foi minha mãe que cuidou de mim quando fiz a cirurgia, me ajudou e hoje é bem tranquilo, depois voltei pra casa, morava aqui né [Sorocaba] não estava com eles, eu acho que isso ajudou muito, eu não estar dentro da casa, tá mais fora, pra mim foi fundamental pra eu conseguir exercer a minha identidade tanto sexual como de gênero, orientação sexual, é, longe deles, porque eles são, sempre foram muito liberais, muito maleáveis, só que minha mãe tem um quesito assim meio controlador, então é difícil, a gente tem um embates de vez em quando, e aí é...ficou mais fácil eu não estar lá e ter a diversidade que eu tive na universidade [Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba], pra mim foi fundamental também [potência] ter os meus amigos depois meu círculo de amizades mudou completamente e eu fui percebendo o quanto eu tinha que mudar, o quanto o movimento me ajudava, fiquei um tempo longe do movimento que foi ano passado.

Quando me formei, tentei ingressar no mercado de trabalho e foi muito, foi muito difícil não, é muito difícil porque eu ainda não consegui meu trabalho [preconceito], em questão de emprego, conheci a Maitê (Maitê Schneider, ativista trans), Maitê é maravilhosa! E a gente teve, ela fez uma palestra sobre emprego, inclusive a gente vai ter semana que vem (evento no Nós Diversos sobre empregabilidade trans), e ela é uma

peessoa muito sincera, então ela falou muito sobre emprego dentro do corporativo, e-commerce, aí eu decidi que não queria um emprego, eu queria ser ela! Eu falei “Maitê eu quero ser você!” quero ser essa pessoa que você é, de estar colocando as pessoas dentro do emprego, sabe? Estar trazendo esta importância de colocar a diversidade lá dentro e não só falar que você está colocando, mas de realmente estar ali fazendo a diferença [representatividade, potência] e é extremamente difícil, minha mãe até falou “ai você só fica procurando vagas para pessoas trans!”, mas eu falei “mãe, eu não fico procurando vaga para pessoas trans, mas é que se eu não consigo a vaga que é para trans, imagina a que não é!”, eu falei “olha, eu mando para tudo quanto é lugar, mas para as vagas que são para as pessoas trans, tenho uma chance muito maior!”, até porque por mais que eu seja formado (ensino superior), por mais que eu seja assim, assim, assado [...] a hora que você chega lá, eu sempre falo, me recuso a não falar! [potência], então, chega lá a pessoa fala “se apresente”, eu falo “sou uma pessoa trans!”, se não é uma vaga para pessoa trans [...] e aí a pessoa já fica assim, parada, em choque [...] e aí é aquela frase típica “a nossa empresa apoia a diversidade”, mas você nunca mais ouve falar da empresa! Eu falo “não, tudo bem! beleza”, mas para mim é fundamental já dizer o que eu sou [potência], porque chegar lá dentro e a pessoa vir com piadinha, ou alguma coisa do tipo, não vou me sentir bem lá dentro, então que saiba! Não que vá fazer diferença no meu trabalho, ou alguma coisa do tipo [...] mas é bom que ela saiba, é muito importante para mim dizer [potência], tem gente que decide não falar, tudo bem também! [respeito], mas é muito complicado [...].

Sempre estou vendo os dados da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), os dados sobre isso e é “tipo” muito triste! Porque é seis por cento, dez por cento que está no mercado de trabalho formal e a gente sabe que ainda assim são trabalhos assim que ganham super pouco! Que faz ali o mínimo e muitas vezes é maltratado dentro do emprego porque a empresa não tem essa responsabilidade de estar fazendo um treinamento, alguma coisa, uma capacitação das pessoas, uma conscientização das pessoas que trabalham lá já [preconceito de gênero e social], essa questão das empresas, dos empregos, sempre bato na tecla de que a gente precisa incentivar é [...] porque as empresas, elas buscam um funcionário específico, então tem uma qualificação “x”, assim, assim, assado, sendo que a gente sabe que a pessoa trans, dificilmente elas vão ter essas qualificações, então eu sempre falo ”beleza, se a empresa

quer isso, ela quer ser diversa, mas ela não, sabe? a pessoa trans não vai ter isso”, é mais fácil ela então apoiar, ou então financiar ou coisa do tipo, porque empresa tem dinheiro!

Apoiar estes projetos que tenham estas capacitações, então ofereçam capacitações para que aquela pessoa tenha aquilo que você precisa e você pode contratar ela [...] muitas empresas estão fazendo isso [potência social], então a gente vê o Facebook oferece sempre, é, agora a gente teve da Ducherie, a Maitê sempre está nesse, ela tem outro projeto que sempre trabalha com isso [Transemprego], geralmente são pessoas trans também que estão fazendo para ajudar pessoas trans, então é sempre a gente pela gente e é isso! [potência], mas é um bom jeito de tentar inserir estas pessoas, porque o pessoal fala “ah quero pessoas trans na minha empresa porque eu sou diverso”, e aí você “pega” e quer que a pessoa tenha cinco bacharéis e três doutorados sabe? a gente sabe que a pessoa trans dificilmente vai ter um bacharel, um doutorado, é muito difícil, é mínimo o número [desigualdade de direitos e acessos] então é apoiar estes projetos, ficar de olho naquelas pessoas para que elas depois consigam fazer essa ponte, “tipo, ah sair daquela capacitação e já estar dentro da empresa” é uma boa solução [...] então é muito complicado! Sigo na luta do emprego! Entrei no negócio de autonomia de revenda que foi um ambiente que eu achei acolhedor, que era um ambiente que estava ali me abraçando no momento, me ferrei muito, perdi muito dinheiro, mas foi um aprendizado pra mim [potência] voltei pra casa por causa disso, agora as coisas estão bem diferentes de quando saí [...].

Comecei um readaptação tudo de novo e aí minha família mudou completamente, todas as pessoas que eram mais próximas de mim, pessoas até mais velhas, minha tia-avó, enfim, até minha vó, elas me tratam no masculino ou não me tratam em nenhum gênero [apoio familiar e potência] o que eu acho super engraçado porque as pessoas elas não cumprimentam, elas “falam e aí?” sabe, elas não falam nada, mas você vê que elas querem falar alguma coisa mas elas tem aquele receio de falar a coisa errada, mas elas assim, desde que voltei não tiveram este erro [respeito], me afastei deles por opção mesmo, porque também não gosto de sentir essa que a pessoa tá, sabe, naquela de quero [...] também não quero dar oportunidade de [...] porque vai ser um momento super constrangedor e eu nunca fui [...] sou muito ligado a família mas pra mim a família tem um significado totalmente diferente, então eu sou bem na minha.

Comecei um relacionamento, que é um relacionamento que eu tenho agora, foi totalmente diferente dos outros, que a pessoa ela já sabia que eu era uma pessoa trans, a

gente sempre teve a conversa de relação sexual, de problemas de como lidar com pessoas, de família, enfim, a gente conversa muito sobre tudo e isso é muito bom, isso é muito diferente do que eu tinha antes [potência] porque antes eu tinha relacionamentos muito ligados no fetiche e foi muito ruim saber que você era só um corpo, que aquela pessoa não estava com você por [...] não estava te vendo como você se vê [...] e aí neste último relacionamento, não este que estou agora, mas o último relacionamento era muito isso, eu estava me vendo de um jeito e a pessoa estava me vendo de outro e eu estava sentindo aquilo e aí eu falei que não queria mais aquilo [...] quando eu tivesse um relacionamento queria que a pessoa me visse como eu também me vejo [potência], é o que eu tenho agora e então uma parte da minha vida consegui “arrumar”.

Ainda faço terapia, “trato” muito estas questões, depois de um tempo, quando decidi mudar o nome comecei a me identificar como um homem trans e pra mim a maior dificuldade disso foi me identificar como homem [...] porque eu não queria de jeito nenhum assumir que eu era homem, que era uma coisa pra mim, era uma palavra de muita violência, mesmo que não tenha nenhuma memória de [...] não tenha sofrido nenhuma violência assim muito escrachada, mas pra mim sempre foi um sinônimo de muita violência [machismo], então eu não queria assumir este papel pra mim, mas não teve jeito, eu não cabia mas naquele papel de não binário, não conseguia mais me identificar ali e aí eu falei não, beleza [...] já que é pra ser então me identifiquei como homem trans [percepção de gênero].

Sobre os movimentos sociais, decidi voltar pro movimento, porque eu sentia muito falta, eu encontrei muita gente que estava na mesma luta que eu, que era uma das coisas que senti mais falta no ano que eu fiquei longe, porque eu estava perto de pessoas maravilhosas, de uma ...sabe eles tinham uma ”vibe” muito boa, só que eles eram muito privilegiados em todos os sentidos, então quando eles estavam falando eles estavam falando de um lugar eu não estava me vendo ali, então eu falava ah não um dia eu vou estar lá, mas eu nunca estava naquele lugar e não via ninguém ali eu [ausência de representatividade], aí eu ia nos eventos e via tipo várias pessoas como eu e aquilo era tão [...] pra mim é um jeito de recarregar tão grande ver pessoas que estão ali com você, trocar experiências, ou então só de você saber que a pessoa é [...] estar do lado dela, você já está ali super feliz, e eu sempre gostei muito disso na universidade [potência] senti muita falta, fiquei um ano longe da universidade também, e aí comecei a “pegar” nos movimentos de novo.

No Mandala [Coletivo LGBTQIA+ de Sorocaba], falei não vamos “botar o Mandala pra cima”, nos projetos, eu escrevi dois projetos para o mestrado, porque eu escrevi um ano passado sobre evasão de pessoas trans na escola e aí acabou que eu não passei e aí esse ano eu decidi que eu ia [...] ano passado na verdade, eu escrevi outro para o que eu passei agora que é sobre a infância de pessoas trans [potente] a ideia era pensar como que as coisas que a gente aprende quando a gente é criança, elas influenciam a nossa formação de identidade, porque eu não tenho memória disso, pra mim aparece muito estas questões de violência [...] você não pode brincar com tal coisa, você não pode vestir isso [...] sabe? A minha mãe sempre deixou eu vestir, mas e se ela não tivesse deixado? A minha identidade teria surgido antes? Então essa é a questão [...] vou acabar trabalhando com isso no mestrado, porque, não sei [...] tem tudo a ver para mim, porque acho que o fato de eu não lembrar talvez, faça, fazer estas coisas faça com que eu lembre ou então um significado “tipo” será que as outras pessoas também não lembram? Será que é um problema? Será que [...] ou recriar uma infância a partir da infância delas? Não sei [dúvida] mas para mim tem tudo a ver é como se fosse uma pesquisa minha [imbricado].

Escolhi esta vertente até porque não tem muita coisa sobre [...] então eu li um livro que chama “Coisas de meninas, coisas de meninos” que fala exatamente sobre isso, não na questão, numa vertente transgênera, mas ela fala sobre crianças no geral e traz muito esta questão de como as coisas que são colocadas para a gente até antes da gente nascer fazem com que a gente entenda que nosso papel é este e que nosso papel não é [heteronormatividade], aí fico pensando o quanto uma criança trans a hora que ela se “debate” com isso, aquilo faz sentido ou não faz sentido para ela e como ela lida com isso, apesar da gente saber como é, mas [...] é mostrar isso para as outras pessoas, primeiro que as crianças existem, que a gente não nasce com 20 anos, 15 anos, quando a gente decide que a gente vai se hormonizar ou quer hormonizar, crianças transgêneras, elas existem [empatia] e também como que são ruim você ficar “tipo” “ai é menino ou menina?”, fazer chá revelação, vai brincar disso, vai brincar daquilo [...] o quanto isso limita a construção do sujeito da criança ou então faz com que ela se defronte com algo que ela não é [pausa] eu nunca tive contato enquanto criança com outras possibilidades de gênero, fui ter contato com isso quando estava na faculdade já, então para mim foi um processo de desconstrução muito, muito lento, muito devagar.

Sou uma pessoa muito privilegiada [consciência social] então né, eu sempre fui de classe média, sempre tive muitas coisas, estudei em escola particular até o ensino fundamental [...] médio já comecei a fazer ETEC (Escola Técnica Estadual), mas sempre tive a opção de [...] então, sempre fui meio limitado neste quesito de contato com as pessoas e minha família, não que ela seja muito conservadora mas, ela sempre foi assim “ah vamos votar no PSDB”, então para mim era um “bagulho” assim normal, aí quando entrei na faculdade que eu fui ter contato com outras coisas, então com outras pessoas, com outras ideologias, com pesquisa e isso realmente foi abrindo minha cabeça em muitos quesitos e isso acontece até hoje e acho isso fundamental [potência].

Aprendi a ser didático, fui aprendendo a lidar com as pessoas, que é um “saco”, mas não dá de outro jeito, então foi uma coisa que eu trabalhei muito, principalmente com minha família [...] não que eles sejam, tiveram momentos difíceis, mas é que a minha mãe principalmente, que é a pessoa que mais tenho contato, que tenho mais afinidades, então conto tudo para minha mãe, sempre contei, então com ela eu tive que ser bem paciente, explicar certinho para realmente não me tornar essa pessoa de “não é assim, pronto e acabou!”, ela não iria entender e a gente iria acabar se distanciando [...] tentei fazer um trabalho bem, bem inverso, ter paciência, e, ela me tratou no feminino por muito tempo, só quando a gente encontrou uma amiga dela, que é a melhor amiga dela, me conhece desde que eu nasci, porque elas trabalhavam juntas [...] e aí a gente ficou conversando e ela falou assim “ai que legal, meu sobrinho também é transgênero, não sei o que e tal” e aí minha mãe me tratou no feminino e ela parou e corrigiu, ela falou assim “não, não é assim, é ele” e aí toda vez que ela errava, que eu chamo de tia, ela corrigia [empatia, potência] e depois disso, ela deu uma parada, ela falou “não” e ela começou a tentar me tratar no masculino, ela, daí começou o trabalho de “formiguinha”, até então ela não tinha “meio” que se esforçado muito, isso era uma das coisas que me deixava muito irritado, ver que ela não estava tentando muito [...], com a minha avó foi bem diferente, minha avó é uma pessoa super religiosa, ela é aquela pessoa que se pedirem para ela fazer um exorcismo , ela sabe fazer, e, ela é católica e ela desde o começo, ela foi a primeira pessoa que olhou para mim e falou “nossa, você vai ficar lindo de barba” [apoio familiar, potência], isso para mim foi “sem preço”, eu nem tinha barba e ver que ela tinha me aceitado assim, mesmo que ela as vezes me tratava no feminino, me chamava por outro nome, ela, eu não me importava, porque eu sabia que

ela tinha me aceitado, que era diferente de outras pessoas que me tratavam, erravam e eu ficava “tipo” nervoso com isso [...].

Tive muito problema com a transição no quesito de, de ficar nervoso, eu era uma pessoa muito calma, uma pessoa que chorava por tudo, falava “ah” eu estava chorando e quando eu comecei a me hormonizar eu tive um comportamento inverso, então eu tinha raiva por tudo, falava “ah” eu queria “socar” alguém, então eu comecei a chamar de “anti-período do demônio”, eu tinha 15 dias de TPM (Tensão Pré-Menstrual) mesmo, queria chorar, era antes da “dose” e depois 15 dias de ódio que era depois de tomar a dose de testosterona e isso foi uma coisa muito difícil para mim de lidar, porque eu nunca tinha sentido raiva, eu não sou de sentir raiva e quando eu sentia muita raiva eu não sabia o que fazer [...] e aí eu, nossa eu brigava com os bichos, brigava com as pessoas, sabe? Eu me senti realmente muito nervoso, tive muitas crises de ansiedade, por me sentir com raiva, enfim, mas depois o tempo foi melhorando, daí foi, acho que regulando né a dose, enfim, eu hoje não tenho mais isso, mas meu comportamento é totalmente outro, eu não choro por nada, nada, nada [...] a lágrima vem “aqui” e volta.

Fiquei menos tolerante com as coisas, na questão de relacionamento, quanto na questão de tratamento eu tenho bem certo assim ‘olha não, não vai ser assim que vai ser, não é assim que você vai me chamar’, tanto para mim quanto para as outras pessoas porque hoje né convivendo com outras pessoas, com outros meninos, eu vejo como a família deles tratam, as vezes um amigo meu, ele, os pais dele não respeitavam, a mãe dele o tempo todo tratando ele no feminino, aquilo me deixas assim “oh” nervoso, porque eu ficava sabe? É muito chato quando a pessoa faz isso e aí, mas eu falava para ele, falei ‘olha eu não posso corrigir sua mãe, não posso corrigir seu pai’ sabe?, posso dar “um toque”, mas o tempo todo não vou ficar fazendo, quem tem que fazer isso é você, vai lá e fala “óh, não, é assim, não é assado”, mas ele tinha esse comportamento que eu não queria ter, que era um comportamento bem agressivo “tipo” “não vou falar com você”, vou ser rude, vou ser brusco, e eu falei “olha, assim talvez você não consiga muita coisa”, até porque você já tentou e não está funcionando, então tenta mostrar como que é, tenta fazer esta pessoa se colocar no seu lugar, sabe? [empatia] é complicado mesmo [...] é um trabalho muito chato, trabalho muito difícil, mas compensa quando a gente faz, ou então você simplesmente ignora e segue sua vida, é um ou é outro, infelizmente [...].

Sobre o mestrado eles (orientadores), acabaram me dando outra ideia, aí eu fiquei, talvez eles queiram que eu trabalhe com outra coisa, questão de masculinidades e tudo mais, mas eu acabo meio que lendo de tudo, comecei a ler mais sobre esta temática, sobre todas as temáticas na verdade, mas tentei me aproximar mais desse movimento.

Fiz um projeto recentemente, um mapeamento de locais que atendem pessoas trans, de locais de saúde primeiramente, então eu comecei a [...] tem um startup que ela faz programa de embaixadores e durante uns seis meses a gente tem umas capacitações, tem umas oficinas e aí no final a gente faz um projeto e aí eu falei, já estava com vontade de fazer este projeto, e aí teve um pessoal que comprou a ideia e falou “beleza”, então a gente quer levar isso para frente e isso também me aproximou de outras vertentes muito “loucas” que eu amei, então hoje apesar de eu não ter um trabalho rentável, tenho trabalho de sobra.

Sempre procurando, tentando levar o coletivo, tentando aproximar as pessoas também porque eu conheci muitos meninos trans na cidade, então estou tentando sempre levar alguma coisa para eles, sendo do coletivo Mandala ou da ATS [Associação de Transgêneros de Sorocaba] ou Nós Diversos [Coletivo LGBT e Feminista] sempre estou ali tentando puxar a “perninha” do trans para ele aparecer nos lugares, porque sei que a gente tem umas demandas muito para se discutir ainda, principalmente [potência] eu não tenho muito contato com as mulheres trans ou as travestis aqui, mas os meninos trans pelo menos, eles são invisíveis [invisibilidade trans], você não está vendo o que eles estão fazendo e eles fazem muita coisa errada, então desde se hormonizando com receita comprada, não estar fazendo os exames [acessos aos serviços de saúde ineficientes], os meninos, eles fazem, as vezes muito pela questão de dinheiro, por questão também de não ter gente para atender, então aqui não sei se é porque é uma cidade pequena, uma cidade do interior, mas acontece muito e eu não tenho muito o que falar sobre, “tipo” para eles né, porque [...] tem que falar, “ó não faz isso porque é errado”, porque a gente não sabe, a gente entende questão de disforia e sabe [...].

Eu faço acompanhamento certinho porque eu sou “doido”, sempre fui “meio assim” com a saúde [...] então eu faço acompanhamento terapêutico, faço acompanhamento com “endócrino”, faço acompanhamento com dermatologista porque eu tive vários problemas com espinhas por causa do hormônio, faço o acompanhamento que tiver que fazer, o único acompanhamento que não faço é o ginecológico e é um problema [...] sempre tive problemas com ginecologista, antes mesmo de me assumir, fui umas duas

vezes e eu tenho 24 anos, fui duas vezes e como eu já tinha a sexualidade assim, assumida, então já cheguei falando, ela falou “ah você tem relação com homens?” e eu falei “não!” e aí ela já nem olha, ela fala “ah tá bom!”, então é como você não precisasse [restrição ao acesso à saúde] então nunca fiz exame (colpocitologia oncológica), nunca fiz nada do tipo e da última vez que fui tive que literalmente brigar com a moça para ela me dar um exame de IST e de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) porque eu pedi para ele, eu faço todo ano e ela falou que eu não precisava fazer porque não era grupo de risco, não sei o que [...] e eu falei “beleza, mas eu quero fazer!” e aí depois disso peguei raiva e não fui mais [discriminação de gênero] e aí depois que comecei a fazer a transição ficou mais complicado ainda porque você tem que procurar uma médica que já está acostumada a receber (pessoas trans), porque senão você já vai né, passar por aquele constrangimento todo, mesmo com nome retificado, enfim [...] esse é o único acompanhamento que eu não faço, mas vou fazer um dia [...], mas eu falo para os meninos que eles têm que fazer, então falo bastante para eles sobre isso, sobre fazer os acompanhamentos, fazer terapia principalmente e por isso que fiz o projeto em cima disso, para a gente ter facilidade de achar estes profissionais que talvez eles se sintam mais é [...] a vontade de procurar, de não sabe? querer fazer por conta própria, achar um que seja mais ou menos assim, que dê para eles irem, seja pelo convênio ou particular, porque a saúde realmente é uma questão muito complicada, principalmente se eles buscam pública [...] porque o SUS (Sistema Único de Saúde) ele tem este atendimento, aqui em São Paulo pelo menos tem, mas pela falta de verba o SUS parou [acesso restrito à saúde], então é muito difícil, eu não sei como andam as consultas, mas eu sei que as cirurgias estão bem caóticas, mas pelo menos eu tento incentivar eles a irem [consciência social e de saúde], tirando o ginecológico eu faço todos os outros porque para mim, assim, tenho que cuidar muito bem, não gosto de me sentir doente e nem nada do tipo, sou meio “louco” da saúde [...].

O coletivo tentou trazer para eles (transgêneros) assim melhorias, então ah “vamos fazer uma palestra como fazer a aplicação”, pelo menos a pessoa não aplica errado, é, quais são os perigos que você está trazendo se você faz essa questão “assim, assim, assado”, eu acho que é o mínimo. Eu faço esse trabalho com os grupos, com o coletivo ou com a ATS, a gente não fez isso ainda, eu estou trazendo estas ideias, trouxe para eles, para a ATS, e aí a gente pensou sobre o assunto, e aí a gente está tentando organizar a agenda, mas se não for pela ATS, vai ser pelo Mandala [potência], porque o

Mandala, ele morreu, deu uma “morrída”, só que daí eu conversei com a Uma, a gente já se conhece da universidade, tem um tempo, e aí a gente falou “não, vamos trazer o Mandala de volta e não só trazer ele de volta, como tirar ele da universidade”, porque o problema do Mandala sempre foi estar restrito à universidade, e aí quando o pessoal da universidade sai, o Mandala morre [...], eu falei vamos trazer o pessoal de fora da universidade para o Mandala e trazer o Mandala para fora da universidade também, é...até a gente levantou muito isso na palestra que a gente fez lá na universidade mesmo sobre a falta dessas pessoas lá dentro, então se o pessoal quer conhecer a universidade, tem saber que ela existe, tem que ser um [...] tem que atrair o pessoal lá, e colocar esse pessoal lá dentro também [potência social], então a gente começou a fazer esse trabalho também de começar a trazer as mídias sociais de novo, pensar numa programação, só que ficou eu, a Uma e mais duas meninas, aí eu e a Uma, a gente né, pega aquela, aquela “pancada” de coisas de pessoas trans e fala “não, vai botar aqui na programação”, mas é quem tá dentro do Mandala por enquanto, e é uma necessidade, então a gente montou aí em cima, falou “não, vamos fazer isso, vamos montar um cronograma”, a gente também pensou em produção de currículo, como fazer para ajudar mesmo o pessoal, por que as vezes é uma coisa bem simples, mas para eles é um “bagulho” fundamental, e aí principalmente neste mês, mas aí como não tem ninguém na universidade este mês, muitas das vezes a gente precisa do espaço, então, a gente está todo mundo lá em São Paulo, não está ninguém aqui em Sorocaba, fica meio complicado, então a gente a partir da “calourada” vai tentar manter estas programações, e na “calourada” mesmo trazer a questão do HIV, das IST’s (Infecções Sexualmente Transmissíveis), enfim [potência social], é um “bagulho” que está o tempo todo falando mas ao tempo todo é necessário.

A questão da política, acho que é uma questão muito complicada, e acho que a gente precisa de muitas políticas para resolver tudo que a gente precisa resolver [déficit de políticas públicas].

A educação é um problema, é muito desigual até entre pessoas trans, então quando eu falo desses dados, eu tô falando de mulheres trans e travestis mais do que eu estou falando de homens trans, então mais de 50, é pelo menos 50 % se formam no ensino fundamental e aí 70 % se formam no ensino médio e aí “tipo” 0,02 não é nem 1 % está dentro da universidade, [permanência], então a gente, aí daí a pessoa fala “nossa! Mas porquê? Sabe? Aí você vai e fala [...] você tem que voltar toda a vida da pessoa trans

para explicar porque, ah ela evade da escola, porque ela sofre transfobia em casa, sofre transfobia dentro da escola, é uma coisa que vai desde lá de trás, para você resolver essa questão da educação é uma coisa que você tem que descer muito [...] é, e aí tem que oferecer estes cursos para que esse pessoal consiga se qualificar, terminar o ensino médio, terminar sabe? Ter o mínimo [...] porque estes números, eles são assustadores [marcador social da transfobia] e aí você pega e oferece vaga no cursinho que é uma das coisas que o coletivo está tentando fazer [potência social], fazer com que os cursinhos pré-vestibulares tenha vagas específicas para chamar esse pessoal, para saber que eles podem estar lá dentro [potência social], porque senão não adianta, eles não querem estudar, porque eles não tem perspectivas de estar estudando, de estar lá dentro, sendo que eles precisam trabalhar! Precisam 90 % lá na esquina para poder pagar o tratamento, para ter o que comer, ter um teto [desigualdade de acesso ao emprego formal], porque se com 13 anos você é expulsa de casa, você vai fazer o que? [transfobia familiar], é uma das coisas que a Thara (ativista trans) fala sempre e fala muito bem, você precisa comer sabe? A prostituição pode ser horrível, mas ela paga seu silicone, ela paga seu teto, ela te dá comida [sobrevivência], infelizmente é o que tem, se sua família não faz, você é uma criança. Você vai fazer o que? [...] e aí se a gente ver também os dados mostram, 13 anos é a idade de evadir, é a idade que mais elas iniciam na prostituição, então é uma idade crucial para se trabalhar [potência] e quando a gente fala de homens trans é um movimento totalmente inverso porque os homens trans eles tendem a se manifestar , “sair do armário” digamos, mais tarde, então geralmente quando ele sai já terminaram o ensino médio, ou então já terminaram uma faculdade ou já ingressaram numa faculdade, então é um momento totalmente diferente do que para as mulheres trans, enfim [percursos distintos] aí tem gente que quer saber porque , aí você tem que explicar “tudo o negócio lá”, mas é importante fazer esse recorte quando a gente vai falar de educação porque até quando a gente vai falar de perspectivas de vida, de expectativas de vida, é, porque eles acham que a gente é uma coisa só e a hora que a gente vai explicar a gente fala “não é bem assim” eu estou falando do meu lugar de fala [individualidade], onde eu, quando eu me identifiquei, quando eu “saí pra mim” sabe?

Eu já estava formado, eu já tinha passado por tudo que eu tinha que passar e o único problema, foi depois disto, de conseguir emprego, coisas assim, mas até então as pessoas trans que eu conheço da UFSCar, todas elas eu conheci antes da transição, então

quando elas transicionaram, elas já estava lá dentro [...] tanto meu amigo, conheci ele antes da transição, a Uma, a Elisha, todo esse pessoal já estavam dentro quando transicionaram, isso faz toda a diferença, agora se você com 13 anos sai de casa, quer fazer o tratamento, sabe? Para você chegar numa universidade é um movimento totalmente diferente, é um movimento muito mais intenso, mais complicado [...]

Sobre transfobia, eu sou bem ruim para perceber as coisas, acho que isso é uma dádiva que foi dada para mim, mas eu já passei por situações constrangedoras, principalmente relacionadas à saúde, então tive que ir ao médico e aí pediu um documento, isso aconteceu recentemente quando fui fazer um exame e aí o convênio já está mudado o nome, só que eu precisava fazer o ultrassom dos ovários e aí simplesmente deu embate que a moça falou que ela não podia fazer porque tinha que estar certo e no final tive que pagar para fazer porque o convênio não iria liberar, foi uma situação super chata, porque toda vez que tem que ir lá a pessoa fica olhando o nome, olha isso, olha aquilo, fica ali “cara cracha” e você fica, então [...] é que assim, assim, assado e aí a pessoa fica “ahh, entendi!”, então isso por mais que seja normal porque a gente faz o tempo todo, mas é chato, é muito chato! [constrangimento social], principalmente consultório a pessoa chamar por outro nome, você ter que levantar e todo mundo ficar “tipo” [estranheza], mesmo quando você fala para a pessoa “oh, bota o nome social”, aí a pessoa coloca e depois na hora a pessoa chama pelo nome errado e você fica “caralho”, porque eu pedi o negócio? mas acho que foi mais neste sentido [...].

Eu tenho problemas com minha sogra, porque ela sabe que eu sou trans e ela decidiu que ela não gosta de mim porque eu sou trans [transfobia], só por isso, zero motivos além desse, mas eu não me importo, então assim foi me dado esta dádiva de realmente não perceber, as pessoas elas me olham muito, sempre olharam porque sempre fui diferente, mas a minha irmã principalmente sempre andou comigo e ela falava “está vendo aquela pessoa? Ela estava te olhando, aquela pessoa não sei o que [...] e eu não tinha nem visto, não via, eu passo assim oh [...] como se [...] então não vou perceber nunca!

Nunca fui barrado na igreja e nem no banheiro, mas isso acontece [problema do banheiro], eu uso o banheiro masculino, mas eu fiquei um tempo usando o banheiro feminino e aí eu percebia as olhadas “tipo” o que essa pessoa está entrando nesse banheiro? Mais aí eu fazia aquela regra, entrava “cuspidor” voltava assim oh [...] ninguém nem via e aí quando eu comecei a entrar no banheiro masculino, eu fazia a

mesma coisa, então eu entrava assim oh e saía “jato” [constrangimento], o meu amigo não entrava no banheiro, ele entrava no banheiro de deficiente ou ele não ia, segurava eternamente, mas ele não entrava no banheiro e eu sempre tive muito problema com banheiro, então ou eu sempre faço muito “xixi” e antes eu tinha um problema que eu precisava fazer coisas no banheiro o tempo todo, então eu comia, precisava cagar, então não tinha essa opção de não ir ao banheiro, então eu tinha que escolher um banheiro e aí eu escolhia um banheiro e entrava [...] eu sempre tive menos problema no banheiro masculino do que no banheiro feminino por incrível que pareça, eu não sei se é porque [...] não sei [...] os homens, eles entram e fazem o que tem que fazer e saem sabe? Não estão nem aí! Agora mulher fica no espelho ali, demora um pouco mais e aí você fica “uhm”, fica reparando, agora eu só uso banheiro masculino, faz tempo, muito tempo e a minha mãe até no começo falava “não, vem aqui! A gente vai junto” e eu falava “não vou, não vou entrar aí! De jeito nenhum!”, tem menino que mesmo depois da transição continua usando banheiro feminino por se sentir mais seguro, o que eu acho um pouco errado porque eu acho que para as pessoas que estão lá dentro, se você já tem uma certa passabilidade é melhor que você fique no outro banheiro [...] por mais que você queira se sentir seguro, elas também querem, então ver uma pessoa que parece masculina entrando no banheiro [...] pelo menos eu ficaria assustado [...] então eu uso o banheiro masculino e nunca tive problemas, o único problema é que banheiro masculino sempre tem milhares de mictórios e uma cabine e aí você precisa esperar aquela cabine estar liberada ou ter uma porta, as vezes nem porta tem, então isso é um problema, sem porta não dá! Banheiro público é um nojo, é mijo para todo que é lado, mas fazer o que? Aí a gente tenta usar o packer (prótese para dar volume e urinar) quando dá, mas não sou muito bom nisso, as vezes eu só levo um paninho, carrego papel higiênico, limpo, sento, normal [...].

A questão de ter que dar o documento e realmente complicado, ter que fazer isso ou ter que explicar para a pessoa porque você quer mudar o nome e porque você tem que acertar, ir na farmácia que está o cadastro antigo, aí você fica “nossa mas está aqui! É porque sou eu!” E a pessoa fica “uhm”, então é complicado, um dia quem sabe a gente não vais mais passar por isso, mas [esperança].

Uma coisa que eu sempre falo e acho que é importante falar é que a gente sempre tem que rever os privilégios [potência], os meus privilégios perpassam pela minha etnia, pela minha condição financeira, pelo menos a dos meus pais né?, pela escolaridade

também, são muitas coisas, da minha família ter me aceitado, cada hora é um privilégio diferente, mas é assim [...], do mesmo jeito que minha namorada, ela pode assim, eu brinco muito com ela, porque ela veio de uma família pobre sabe? Ela é negra, ela é mulher, então assim de privilégios não são muitos, mas eu falo “ah, mas você é cis!” e aí ela fica assim “tipo” [...] é uma dificuldade de aceitar esse privilégio [...] e eu falo “você tem que aceitar, infelizmente”, porque todo dia a gente está lá, não, é, sou privilegiado porque tenho um relacionamento, sou privilegiado porque eu tenho uma casa para morar sabe? é você saber reconhecer porque não dá para você se colocar numa posição que você não está [potência].

Tenho um relacionamento não só de uma pessoa trans com uma pessoa cis, mas também é um relacionamento interracial, então aprendo muito as coisas com ela e ela aprende muitas coisas comigo e a gente tenta se manter obviamente dentro do nosso lugar de fala e eu acho que isso a gente tem que fazer o tempo todo [potência].

Fazer um recorte sempre para a gente entender que mesmo a gente dentro dessa comunidade trans, a gente ainda tem muitas divisões [grupos], que é uma coisa que as pessoas cis perguntam bastante inclusive [...], uma vez perguntaram se a gente era, como é que era? Se a gente era Imbatível, uma coisa assim [...] “tipo” aí os homens trans se dão bem com as mulheres trans? E eu fiquei “tipo” porque que a gente não se daria bem? Sabe? “tipo” como se a gente fosse lutar um com o outro, não sei [...], eu falei “olha, a gente se dá bem! A gente compartilha né, a experiência porque sabe, a gente sofre coisas minimamente parecidas, mas a gente também tem a consciência de que a nossa realidade é totalmente diferente, mesmo dentro do LGBT, do T, de qualquer letra, a gente ainda vai ter as diferenças, a gente ainda vai ter os recortes, vai ter que fazer locais de fala enfim [diversidade], e as vezes as pessoas olham e acham que a gente é uma coisa só [desconhecimento], principalmente quando é “tipo” ai, gay, cis e branco, porque daí eles querem, aí eu detesto! Eles ficam “ai amiga [...]”, chamando no feminino e aí quando é uma pessoa trans ”ai, é muito difícil para você se adaptar com nome, pronome [...]”, eu acho chato, então eu não gosto que eles fiquem se tratando no feminino sabe? porque eles já estão numa posição de poder, mesmo sendo gays, então uma posição de poder e aí ficam fazendo isso e quando é uma pessoa trans, ela sofre este preconceito [transfobia praticada pelos gays], sendo que eles não estão sofrendo, eu acho uó! Mas acho que isso é importante, sempre estar pensando nos privilégios [potência] e estar sempre fazendo pesquisas sobre a gente [importante, potente],

infelizmente só a gente faz pesquisa pela gente, quando não é assim do interesse financeiro né? Porque gente cis também gosta de fazer isso [...], mas pelo menos a gente faz! [potência].

CAPÍTULO V – TRANS (BORDANDO)

Neste capítulo apresento as narrativas que fundamentam este trabalho, pois através dos sujeitos é que a pesquisa partiu e teoria foi sedimentando e ressignificando numa perspectiva crítica de que conceitos e teoria são fenômenos cultural e socialmente construídos e legitimados. Segundo Sá (2001) concebe-se o conhecimento como algo que se constrói coletivamente e não possuído.

Ainda como uma forma de auxiliar na construção de uma educação libertadora e potencialmente transformadora utilizou-se nessa etapa conceitos freireanos para análise da temática uma vez que primeiramente conduziu-se uma investigação buscando-se vocábulos, temas e questões de relevância na existência dos indivíduos. Posteriormente iniciou-se a tematização pelas relações entre a fala e a realidade social/cultural experimentada.

Segundo freire (1987) os temas relevantes devem partir da realidade para o conteúdo e não o contrário, assim, optou-se em demonstrar primeiramente as falas e posteriormente sua interdependência ao conteúdo da fundamentação teórica, como uma forma de exaltar a realidade e instigar o saber significativo numa relação crítica objetivando a transgressão e transbordamento das potencialidades.

5.1 Entrelaçando as narrativas e a teoria

As entrevistas ocorreram de forma semi-estruturada, quase sem interferências de modo a cumprir os objetivos da pesquisa.

A questão inicialmente entendida pelos entrevistados foi à condição sexual e após a questão de gênero ficou evidente, a fala abaixo dá o teor supracitado:

Laerte Coutinho - A minha questão, basilar, era orientação sexual que eu sempre escondi de mim mesma, a homossexualidade, considerei a minha experiência homossexual

como uma fase e que estaria já resolvida, tive casamentos com mulheres e filhos, tive tudo e nunca levava em conta as crises cíclicas desses casamentos, todos terminaram, até perceber o óbvio, que estava escondendo de mim mesma o elefante no armário. Não que tenha sido uma coisa fácil, mas só isso já foi um elemento de paz pessoal, interna e parei de roer unha, de fumar, passei a viver um jeito muito mais legal com as pessoas, acho que passei a ser uma pessoa mais legal.

Thomas Cardoso - Quando comecei meio que questionar essa parte principalmente de sexualidade, comecei primeiro a me entender como bissexual, depois como lésbica, mas nunca gostei muito desse termo, nunca me senti “encaixado” sabe?

A padronização binária da sexualidade limita diversidade sexual que rompe as hegemonias heterossexuais (BUTLER, 2003). Portanto as chamadas *caixinhas da sexualidade* cerram as possibilidades e nos definem de acordo com seus padrões.

Segundo Grossi (1995), a distinção de identidade de gênero e práticas afetivo-sexuais se faz necessário, pois a sexualidade é apenas uma das condições que constitui a identidade de gênero. A identidade de gênero em sua vivência potente observa-se na fala abaixo:

Laerte Coutinho - Veio essa coisa do gênero como uma espécie de produto inesperado, fui percebendo que era uma possibilidade e que me encantava, demorei 4 anos ainda até chegar e falar: “não, chega, não vou adiar mais quero fazer isso!” Não é que tivesse questões com o meu corpo masculino, não tinha, me sinto muito bem, muito à vontade na expressão feminina, mas estava incômoda com o meu corpo? Assim genitália, formato? Não exatamente.

Thomas Cardoso - Um amigo decidiu um belo dia que iria me tratar no masculino simplesmente, achei estranho, mas aquilo pra mim foi “meio” que uma “chavinha” que virou e comecei a me questionar. No meu caso, “tipo” foi um quebra-cabeça, comecei a cogitar a possibilidade e a procurar, não tinha muito entendimento do que era uma pessoa trans, então foi um pouquinho depois que ele começou a falar que comecei a encaixar uma coisa na outra e a me ver muito ali, no começo tive uma crise de identidade. Comecei a ver os vídeos e foram fundamentais, transdiário, Lucca Najar, eles falam sobre a transição, enfim identifico-me como homem trans.

Segundo Butler (2003), a regulação binária suprime a sexualidade e ainda o sexo não baliza o gênero, existindo talvez muitas expressões de gênero e formas de apresentação cultural dos corpos sexuados, não se limitando a binariedade. Neste contexto o gênero percebido pela entrevistada não se limita ao sexo biológico, expondo a potência da descontinuidade entre o gênero e o corpo sexuado. Para Thomas a construção de sua identidade de gênero perpassou pelo entendimento das identidades e a proximidade das definições com seu interior.

A condição sexual é regulada pela heterossexualidade compulsória conforme define Rich (1993), portanto só há opção de relações sexuais entre homem e mulher, marginalizando as relações diferentes desta, bem como a binariedade, restritiva ao sexo biológico (BUTLER, 2003). Há que se considerar que a sexualidade não é meramente fisiológica e sim notadamente marcada pelas relações sociais.

O autorreconhecimento enquanto pessoa transexual e sua feminilidade está expresso através da imagem corporal que a mesma viu defronte a um espelho após realizar a depilação de todos os pelos corporais, não se limitando a transformações corporais idealizadas como cirurgias estéticas para se autorreconhecer, a depilação corporal é um hábito socialmente característico dos corpos ditos femininos.

Laerte Coutinho - Fisicamente o momento mais decisivo para mim de autopercepção de gênero foi quando me vi depilada em frente ao espelho pela primeira vez, fiquei muito assombrada porque não era só uma imagem, era também uma sensação, é um corpo livre para mim, a ideia de um corpo livre estava expressa na depilação total.

A imitação prestigiosa segundo Mauss (1974 apud GOLDENBERG, 2011), prediz a construção cultural dos corpos, seus comportamentos e hábitos sociais definidos no contexto histórico-cultural. Thomas inicialmente destacou sobre a corporeidade e seus sentimentos com este:

Thomas Cardoso - Sobre o meu corpo, o peito nunca foi uma disforia assim acentuada, não gostava, mas nunca foi assim uma

coisa que queria “arrancar”. Sobre a genitália falo, nunca foi um problema, já quis sim ter um pênis, mas foi mais por uma questão de facilidade, mas nunca odiei ter uma vagina, não tive nenhum problema com meu corpo quando relacionado à sexualidade.

Segundo Petry & Meyer (2011), a perspectiva biologicista e determinista considera apenas duas possibilidades de divisão das pessoas em relação à anatomia sexual humana: feminino/fêmea ou masculino/macho, havendo, portanto, uma lógica na representação hegemônica do gênero e da sexualidade definindo uma coerência “natural” e “inerente” entre sexo-gênero e sexualidade socialmente atribuídos. As pessoas trans são empurradas a se definirem de acordo com esta perspectiva, portanto ao assumir o gênero de identificação, obriga-se a assumir uma corporeidade de acordo com estes padrões histórico-culturais constituídos.

A expressão do gênero feminino é uma marca de seu autorreconhecimento, é a expressão do seu eu, porém não a define e conscientemente disso declara:

Laerte Coutinho - Não tenho a menor intenção de me exprimir de outra forma, não sei se até o fim da vida porque é uma bobagem “ah vou ficar assim até o fim”, não é um voto que estou fazendo, é um desejo, não uma missão, estou me assumindo.

Segundo Louro (2000), há inúmeras maneiras de se fazer mulher ou homem, sendo as diversas formas de viver os prazeres e desejos corporais, regulados, condenados e negados cultural e socialmente.

Outras falas da entrevistada que corroboram com a regulação cultural e socialmente histórica do corpo apresentam-se abaixo:

Laerte Coutinho - A ideia de um corpo feminino para mim tá presente e isso é uma ideia imposta, é uma ideia cultural né? Qual é fronteira? Esse que é o problema é um desejo meu, mas eu posso também destrinchar esse desejo e falar: “não isso aqui é um desejo baseado no modelo!”, esse modelo é uma mulher, é uma mulher cis, as minhas referências também são mulheres cis, incluindo minha mãe, né? Não é puramente minha escolha, é uma mistura de escolha minha e da existência dessa pressão, muitas vezes me vejo aflita para cumprir esse projeto de exposição que precisa se dar conforme determinados parâmetros.

Sobre passabilidade, transmasculinidade e mastectomia radical, Thomas declara:

Thomas Cardoso - A heteronormatividade é uma bosta! Eu queria que as pessoas tivessem menos isso, mas infelizmente a passabilidade vem dessa heteronormatividade, desse “cis” e a gente precisa disso não só por uma questão mental, mas também por uma questão de segurança. Só quero não ter que sofrer violência por ser trans!

Thomas Cardoso - A transmasculinidade tem a barba como fundamental! A barba para muitos dá uma passabilidade fora do comum, parece que a barba é um sinônimo de masculinidade. Foi uma cirurgia super pequena, meus pais me ajudaram, pagaram a cirurgia, cuidaram de mim, agora fico sem camisa super tranquilo, fui para a praia e fiquei sem camisa e é sem preocupação sabe? É outra vida!

A capacidade de *passing* dos homens trans por meio da construção de “corpos sociais masculinos” de sucesso especialmente após a mastectomia e do uso prolongado de testosterona, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, o que contribui para invisibilizá-los. Essa invisibilização adquirida acaba por dar certo conforto e trégua na batalha por respeito à identidade de gênero (ALMEIDA, 2012). Thomas critica a heteronormatividade que determina padrões histórico-culturais e calcam de certa forma as masculinidades trans na construção de seus corpos e até mesmo como declara, para passar incólume na sociedade e não sofrer transfobia.

No entanto Uchôa (2017) define a transmasculinidade como uma forma diferente de masculinidade justamente pela reivindicação de uma masculinidade distinta ao padrão cis-heteronormativo que atrela hombridade a genitálias e a corporalidade. Vemos então uma dicotomia entre a nomenclatura e a realidade em que os alguns transhomens vivem, muito em função da passabilidade como um objetivo a ser alcançado para a socialização mais tranquila.

Há diferentes expressões de masculinidades e feminilidades personificadas individualmente, independente do sexo ao nascer que desde este momento está sob a marca da generificação, resultado da cultura e não de diferenças naturais dos corpos (CRUZ & SANTOS, 2016).

A binariedade ainda determina a existência apenas de duas possibilidades de corpos e os padrões nas construções dos corpos trans, como também corrobora a narrativa abaixo da Laerte:

Laerte Coutinho - É muito difícil não ter algum tipo de referencial na bigeneridade, porque é uma ideia historicamente muito forte, um dado muito evidente na nossa cultura, mas acho que aos poucos vem se construindo outras formas de inclusive ser mulher.

Segundo Bento (2006), o gênero justaposto ao feminismo contribuiu para a desconstrução da crença de que há um modelo universal de mulher.

A transmasculinidade e a transfeminilidade estão intimamente ligados aos padrões dos corpos trans, as narrativas abaixo demonstram estas influências e o modo como os entrevistados lidam com isto.

Thomas Cardoso - Queria fazer musculação para que ficasse com um corpo diferente, achei que uma hora iria querer modificar o corpo, de começo não era uma questão muito forte, até porque tinha pouco peito e fazia academia, ele diminuiu bastante, mas chegou uma época que percebi que não iria diminuir o tanto que queria, aí comecei a ter um pouquinho de disforia, queria andar sem camisa e ficava incomodado pela questão que se um dia eu parasse de fazer musculação eles iriam voltar tudo de novo. Essa questão do corpo foi surgindo mais porque comecei a frequentar ambientes exclusivamente masculinos, então me sentia incomodado que as pessoas iriam perceber, que as pessoas iriam me olhar estranho e aí isso foi alimentando.

Laerte Coutinho - Então tudo isso passou a ser uma consideração meio secundária, então o que vai acontecer comigo se não fizer o tratamento hormonal nem fizer nenhuma intervenção cirúrgica? Vou continuar me sentindo feminina! Quero ser definitivamente e publicamente essa mulher, também implica numa concepção do que é essa mulher, então muitas pessoas que eu conheci no movimento se entendem como 100% mulher, almejam uma situação de gênero e biologia, que é determinada, que é uma meta da qual não compartilho, é diferente para mim o negócio, então o modo como vim me entendendo me levou a essa concepção, tanto é que fiz poucas modificações, praticamente não fiz modificações além de pintar a unha, furar as orelhas, me depilar, me maquiar, uso determinadas roupas que disfarçam a minha constituição masculina, não fiz esforço para mudar a voz, nem mudei meu nome porque descobri que Laerte é um nome partilhado por 265

mulheres no Brasil. Gosto de dizer que sou uma pessoa trans porque essa é uma batalha cultural muito séria e é o que sou, e gosto de ser uma pessoa trans!

A diferença no papel de cada gênero é um elemento histórico-moral definido socialmente conforme destaca Rubin (1993). Chamo atenção aqui também para o que nomeio como *transnormatividade*, a perceber como uma normatização social de como a transgeneridade deve ser vivida e expressa, significações, corporeidade. Conforme Le Breton (2007), do corpo nasce significações e uma sexualidade calcada na cisnormatividade e heteronormatividade, que Witig (1992) destaca em nossa sociedade como um pensamento obrigatório e, ainda, a binariedade que permite apenas as expressões de feminino e masculino (BUTLER, 2003), amplamente criticados e de certa forma essencializada para moldar a existência trans, através dos conceitos da feminilidade e masculinidade que invariavelmente acabam por contribuir com uma imagem socialmente mais bem aceita. As falas trazem potências na construção social de sua identidade de gênero, extrapolando vários conceitos regulatórios e dominadores, conceitos estes que como defende Connell (2016), foram trazidos com a colonização pela metrópole.

Ainda segundo Foucault (1988) e Butler (2003), as noções de macho/fêmea e masculino/feminino são performances e regulação. Simone de Beauvoir (1980), afirma que “não se nasce mulher, torna-se”. Assim, podemos observar na narrativa da entrevistada a potência do reconhecimento de sua formação histórica enquanto ser humano, aceitando sua história vivida tal como foi, sem negá-la e trazendo suas memórias para construir seu presente e seu futuro.

Laerte Coutinho - O que tenho tentado é ser alguém onde me reconheça como uma pessoa que sempre fui também, né? Fui menino, tive vida de menino e não era um absurdo para mim ser menino, me comportar como menino, então, a minha vivência da transgeneridade é meio por aí.

A transfeminilidade, conceito defendido por Jesus e Alves (2012) como um movimento feminista e crítico ao cissexismo, também ao feminismo de base biológica, traz à luz a questão da *mulheridade*, que abarca todos os tipos de feminilidade, como na fala de Laerte, incluindo a mescla dos comportamentos ditos femininos e masculinos, pois a ideia é justamente sair dos moldes fechados.

Sobre a condição sexual a entrevistada declara a potência do sentimento libertador ao sair das *caixinhas da sexualidade*.

Laerte Coutinho - É hétero, é, homo, francamente não sei dizer, gostaria muito de liquidar esse tipo de nomenclatura porque ela é abusiva, julga uma relação entre duas pessoas, é uma literatura moral, nomenclatura moralista, não fala que a pessoa é homossexual, fala das relações homossexuais e, portanto cria classificações, bem ou mal, ela cria também uma hierarquia de normalidade para a anormalidade, limitadora. A princípio sou bissexual. Classificar conforme o desejo que a pessoa tem, se a pessoa curte homens ela é androfilica, se curte mulheres é ginecofilica, pode ser androginecofilica, todas as variações possíveis, inclusive a afilia, né?

Em contrapartida Thomas trouxe para suas narrativas o problema das *caixinhas da sexualidade* em seu entendimento de sua condição sexual destacando a necessidade inicial de se encaixar nas definições, conforme sua narrativa abaixo:

Thomas Cardoso - Comecei primeiro a me entender como bissexual, depois como lésbica, mas nunca me senti “encaixado” sabe? Era uma “caixinha”, é o orgulho de botar para fora!

A sexualidade, portanto, é um conceito atual para explicar sobre a afetividade e prática sexual dos indivíduos (GROSSI, 1995) e as classificações amplamente utilizadas têm sido questionadas por serem limitadoras.

Sobre a experiência familiar em relação a sua identidade de gênero a entrevistada destaca o papel fundamental da família no acolhimento de sua nova identidade.

Laerte Coutinho - Sabia que eles iriam ter uma reação favorável, no mínimo favorável e estranhamento, mas sabia que eles iriam apoiar, meus filhos também, até agora sem a menor restrição, acho isso fundamental, é, como acharia fundamental esse apoio também em quase qualquer escolha minha.

Thomas Cardoso - Para mim a família é super importante, muito importante mesmo. Meu pai já sabia da minha nova identidade de gênero, minha mãe tinha contado pra ele, ele levou numa boa e aí peguei reuni todo mundo em casa e falei “olha” vai acontecer isso, vou mudar o meu nome, ela (mãe) foi se acostumando com a ideia, foi brincando com os nomes e aí

fui troquei, retifiquei todos os documentos. Tive esse privilégio da minha família ter me acolhido, me apoiado, ter passado por algumas coisas, mas não ser praticamente nada comparado ao que muita gente passa, então para mim sei que o apoio da família faz uma diferença muito grande.

As famílias são importantes pontos de apoio social, no entanto deve-se destacar que nesta aceitação considera-se aspectos pessoais e o ambiente familiar vivido (SILVA & CERQUEIRA-SANTOS, 2014). Ainda segundo Costa (2009), o apoio social é um importante fator protetivo ao longo da vida das pessoas contribuindo diretamente para adaptações e adversidades na vida, especialmente o apoio familiar quando há afetividade e coesão.

Sobre a educação a entrevistada destaca a fragilidade desta e a importância dos debates das questões de gênero durante a formação escolar.

Laerte Coutinho - E acho que um ponto de política pública que especialmente me interessa, quer dizer, acho super frágil é a educação, acho que a presença de uma informação, debate e trabalho educacional na área do gênero é muito importante, é essencial.

Thomas Cardoso - Tem que oferecer cursos para que esse pessoal consiga se qualificar, terminar o ensino médio, terminar sabe? Ter o mínimo. O coletivo está tentando fazer com que os cursinhos pré-vestibulares tenham vagas específicas para chamar esse pessoal, para saber que eles podem estar lá dentro.

Paulo Freire (1967) defende que a educação deve ser crítica e criticizadora, com responsabilidade social e política. Destaca ainda que o saber democrático jamais se utiliza do autoritarismo, tendo apenas sentido na conquista do educador e do educando.

Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE p.36, 1967).

A educação é direito de todos e através dela para além do aprendizado base, possibilita a liberdade e a transgressão dos modelos vigentes, da responsabilidade social e da politização dos indivíduos. Hoje vemos uma escola heteronormativa e excludente,

questões de gênero são resumidas a condição sexual e prevenção a infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez não planejada, precisamos transpor este modelo e garantir uma educação inclusiva, com equidade e que garanta a permanência de pessoas trans neste ambiente. Thomas traz essa preocupação de garantir espaços educacionais para pessoas trans.

Sobre cotas no sistema educacional brasileiro, Laerte faz suas considerações:

Laerte Coutinho - Cotas por exemplo, vale a pena instituir cotas pra trans? Não sei, é algo a ser discutido, ou vale a pena você investir em programas onde as pessoas trans possam ser reconhecidas e se expressar livremente em qualquer lugar, hein?

O debate sobre cotas no ensino público brasileiro é um assunto polêmico e na entrevista de Laerte Coutinho ela trouxe à tona. É foco de ideologias e de pensamentos contrários, o fato é que a criação das cotas no ensino técnico e superior é uma ação afirmativa garantida através da Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 com vistas a melhorar o acesso ao ingresso nestes cursos no Brasil.

Outro aspecto importante sobre educação foi trazido nas narrativas de Thomas no tocante ao recorte sobre formação educacional de pessoas trans numa pontuação importante e potente para se entender os meandros das diferenças dentro da transgeneridade feminina e masculina.

Thomas Cardoso - Quando a gente fala de homens trans é um movimento totalmente inverso das mulheres trans, porque os homens trans eles tendem a se manifestar mais tarde, então geralmente quando já terminaram o ensino médio, uma faculdade ou já ingressaram, importante fazer esse recorte quando a gente vai falar de educação, falar de perspectivas e expectativas de vida.

Thomas destaca a importância na leitura dos dados sobre educação na população trans, pois comumente os homens trans assumem sua identidade de gênero após iniciarem ou concluírem seus estudos de ensino médio ou superior, enquanto as mulheres trans tendem a assumir sua identidade de gênero mais jovem e acabam não permanecendo no ambiente escolar. A discriminação na escola é objeto de diversas pesquisas acadêmicas e embora a escola deva ser um ambiente acolhedor ela habitualmente fecha os olhos para as diferenças: “a escola se nega a perceber e a

reconhecer as diferenças entre alunos, mostrando-se ‘indiferente ao diferente’, em relação aos estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros” (BONNEWITZ p.119, 2003).

Outra questão importante quando se fala das diferenças entre identidades femininas e masculinas é que as mulheres, e aqui as mulheres trans sofrem com o ódio gratuito e a misoginia de uma sociedade patriarcal e dos ambientes sociais estruturados em sistemas machistas (BENTO, 2008).

A pesquisa sobre transgeneridade aparece na narrativa abaixo para além da sua importância acadêmica, política e social, também como uma pesquisa imbricada.

Thomas Cardoso – Importante fazer pesquisas sobre nós. Escrevi dois projetos para o mestrado, sobre evasão de pessoas trans na escola e sobre a infância de pessoas trans, para mim tem tudo a ver é como se fosse uma pesquisa minha.

Segundo Goethe (1981) não se procure nada por detrás dos fenômenos, eles mesmos são a teoria.

O trabalho foi destacado nas entrevistas, também em destaque a potência da transgeneridade como motor para impulsionar o sucesso deste conforme a narrativa abaixo:

Laerte Coutinho - Não houve uma ruptura por ser trans, a transgeneridade, muito pelo contrário, a exposição de agora uma pessoa trans só me facilitou, profissionalmente tive ganhos bem expressivos, tive mais exposição, apareci em lugares depois de ter tornado público que era trans muito maior do que todos os 40 anos anteriores, o período trans, assim, extrapolou, acabei sendo conhecida, muitas oportunidades de trabalho e inserção social.

Surgiu também nas narrativas a importância das vagas específicas para transgêneros como parte de um movimento social inclusivo, de dignidade e orgulho.

Thomas Cardoso - Para as vagas que são para as pessoas trans, tenho uma chance muito maior! Sempre falo me recuso a não falar! Para mim é fundamental já dizer o que sou! Oferecer capacitações e as pessoas saírem contratadas, o Transempregos faz isso.

Em uma perspectiva marxista, o trabalho é uma fonte de sobrevivência, socialização e sentido para a existência (SOUZA, 2012). Todos os seres humanos dependem do trabalho para gerarem fontes de renda e sobrevivência, habitualmente a

inserção no mercado de trabalho formal de uma pessoa trans é extremamente difícil, pois para além das dificuldades comuns somam-se a transfobia que cobrem as vistas da sociedade com o véu da ignorância. Laerte trouxe a potência de sua identidade como um chamariz para o conhecimento e reconhecimento de seu trabalho, sendo este fato, portanto, o revés do preconceito enraizado em nossa sociedade, evidenciando a potencialidade da identidade de gênero, bem como Thomas traz a importância da inclusão das pessoas trans no contexto do trabalho formal por meio das vagas específicas, capacitações e empresas com o objetivo de capacitar e após contratar, traz ainda o orgulho de ter a identidade de gênero reconhecida no ambiente do trabalho.

Socialmente a nova identidade de gênero de Laerte Coutinho resultou numa surpresa à sociedade que já a conhecia e esse burburinho trouxe a luz o debate das identidades de gênero, que como ela narra abaixo contribuiu não somente para colocar em pauta a questão de gênero para a sociedade, mas também como fator contributivo para construção de sua ideia enquanto pessoa transgênero.

Laerte Coutinho - Mas estranhamento foi geral, mas boa parte do estranhamento foi de grata surpresa, isso aconteceu bastante e também pelo fato de eu ser uma pessoa razoavelmente conhecida apareci em muitos lugares, dei muita entrevista, o que foi bom, também porque muito do que eu consigo organizar como um pensamento, é, vem do fato de estar falando sobre isso, né?

Para Thomas sua descoberta e construção social da identidade de gênero teve maior fluidez durante sua vivência acadêmica e residência em Sorocaba, longe de sua família conforme sua narrativa abaixo:

Thomas Cardoso - Ficou mais fácil eu não estar lá (casa) e ter a diversidade que eu tive na universidade, pra mim foi fundamental também!

Trazer à luz as discussões sobre a transgeneridade contribui especialmente para tirar a questão do senso comum, dismitificá-la e naturalizá-la para com isso acolher e garantir a existência transgênera e a identificação individual.

A discussão sobre políticas públicas para a comunidade LGBTQ+ também apareceu nas narrativas e trazem a potência dos movimentos sociais na luta para construção de políticas públicas sociais e de saúde que garantam direitos mínimos para

a existência das diferenças em nosso país, porém, apontam as falhas que ainda existem nestas lutas.

Laerte Coutinho - O propósito da Lei João Nery, né? 5002 (Projeto de Lei 5002/2013 “Lei da Identidade de Gênero”), acho que esse é um objetivo que tem que ser alcançado, é um projeto político, não é um desejo, mas essa lei também não “tá” respondendo a todas as possibilidades, por exemplo, se você não quiser se colocar como homem ou como mulher. Acho que as pessoas têm que ter direito não só de mudar nome como mudar o registro civil sem precisar fazer cirurgia.

Thomas Cardoso - A questão da política acho que é uma questão muito complicada, acho que a gente precisa de muitas políticas para resolver tudo que a gente precisa.

Embora existam muitos movimentos sociais de lutas e muitas legislações que foram criadas para garantir minimamente a existência trans, ainda existem falhas na execução e mesmo no atendimento integral a elas.

A Carta de Yogyakarta (2007) é um documento contendo 29 princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero. No Brasil temos o Projeto de Lei nº 5.002/2013 citado na narrativa da Laerte, ainda em trâmite na Câmara dos Deputados, no entanto o STF em 2018 garantiu os efeitos desta sobre a identidade de gênero e com isso a alteração de registro civil sem procedimento de redesignação sexual e autorização judicial. Laerte pontua que o projeto deve ser transformado em lei, no entanto traz o questionamento potente de que não se deve binarizar a lei e excluir portanto outras identidades.

Laerte Coutinho - Você tem que ter um olhar especial sobre a questão de gays e lésbicas. Essas identidades todas juntas dentro de uma sigla só, LGBTQI, porque ódio que se dirige contra elas é mais ou menos único, mas são situações muito diferentes, embora sejam coisas que sente articulem, politicamente interessante, acho que a gente vive num momento em que é interessante tê-las, mas também é interessante ter a distinção entre elas, se não “cê” acha que “cê tá” resolvendo um assunto e “tá” piorando.

Thomas Cardoso - Fazer um recorte sempre! Para a gente entender que mesmo a gente dentro dessa comunidade trans ainda tem muitas divisões, a gente compartilha experiência porque sofre coisas minimamente parecidas, mas a gente também tem a consciência de que a nossa realidade é totalmente

diferente, mesmo dentro do LGBT, às vezes as pessoas olham e acham que a gente é uma coisa só.

Comunidade refere-se a um grupo, coletivo com interesses comuns e laços de afetividade nas relações sociais, no entanto mitificada devido à dialética entre os ideais da comunidade e dos interesses da sociedade (DURHAM, 2004).

Segundo Facchini e França (2009), uma grande parcela dos participantes de movimentos sociais LGBT+ tem discursado que a sigla chegou ao seu limite, não bastando acrescentar letras às siglas ou trocar a ordem, pois as diferenças de gênero dentro do movimento não elevam todos à condição de “iguais”, inclusive por haverem disputas internas de poder e hierarquizações que divergem dos objetivos de igualdade dentro e fora do movimento. Laerte dispara sobre esta problemática do movimento não abarcar todos com equidade e que a relevância do movimento uníssono tem também seus limites.

As redes de apoio tiveram espaço nas narrativas e destacam a contribuição destas para a construção social transgênera.

Laerte Coutinho - Busquei lugares onde eu pudesse viabilizar isso, tinha o Clube “Brasília de Crossdressing Clube”. Então tinha um grupo que também se reunia em torno da Duda, foram lugares digitais e físicos muito importantes para mim, precisei ter esses contatos para me movimentar.

Thomas Cardoso - Minha mãe e meu pai começaram a se colocar mais diante do movimento (Social), entraram no CEREUS, então eles começaram a tentar participar mais, e isso foi assim fundamental. Decidi voltar para o movimento, porque sentia muito falta, encontrei muita gente que estava na mesma luta que eu. Conheci muitos meninos trans na cidade, então estou tentando sempre levar alguma coisa para eles, sendo do coletivo Mandala, da ATS ou Nós Diversos.

Os movimentos sociais são ações de grupos organizados que através da coletividade objetivam mudanças sociais por meio de lutas políticas dos valores e ideologias compartilhadas, questionando os impedimentos para as realizações dos anseios destes grupos (FERREIRA, 2003). Os movimentos sociais manifestam resistência à exclusão e luta pela inclusão social.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2017) é uma associação que articula-se com mais de 200 instituições no desenvolvimento de ações

para a promoção de direitos e o resgate da cidadania, assim como o TRANSEMPREGO (2020) que ajuda na inserção no mercado de trabalho para transgêneros, criado pela Associação Brasileira de Transgêneros. Estes são excelentes exemplos de redes de apoio e que realmente buscam melhorias para a população transgênera. Na fala de Laerte ela traz a importância que o BCC teve em sua construção enquanto pessoa trans e Thomas revela o entendimento familiar através de projetos que atendem as necessidades dos pais de transgêneros, principalmente a potência no acolhimento e apoio que estas redes oferecem.

Nas narrativas de Thomas a saúde teve espaço para suas reflexões e vivências, destacando que faz acompanhamento de sua saúde.

Thomas Cardoso - Acho que em dezembro, comecei, passei na endocrinologista, fiz os exames, faço terapia.

Embora o acesso à saúde no Brasil ainda seja um nó na saúde pública, desde 2011 existe uma política nacional de saúde para atendimento integral de transgêneros, a intitulada Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pela Portaria nº 2.836 de 01 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2013).

A religião e a religiosidade apareceram nas narrativas de Thomas, iniciando uma discussão de que a religião e a religiosidade embora pautadas nas normas sociais cis e hétero, muitas pessoas trans se encontram dentro delas e exprime suas vivências frustradas nestas religiões, destacando que se encontrou numa religião de matriz africana como a umbanda.

Thomas Cardoso - Fui num terreiro de umbanda e achei um máximo, achei o máximo! achei totalmente diferente da igreja, porque assim, o comportamento das pessoas, o que eles falam, o jeito que eles agem sabe? A gente não chama de missa, enfim, a sessão, porque têm as músicas, os batuques, achei incrível! Então a primeira vez que falei “isso aqui é sensacional!” e aí me senti muito acolhido com o passar do tempo, nunca tive problemas com nada e comecei a me encontrar, comecei a ler um pouco sobre e aí comecei a fazer essa restauração da espiritualidade, da fé.

As religiões de matriz africana no Brasil possuem diversificada herança cultural, com códigos e simbologias particulares, portanto nem todas acolhem e respeitam as pessoas trans, muitas vezes ceifando-as de se colocarem conforme sua identidade de gênero nos rituais, com suas funções e posições bem definidas dentro da norma cis/hétero, já a denominação Candomblé acolhem minorias aceitando as pessoas como são e se apresenta socialmente, sua identidade de gênero sem a necessidade de *conversão* ou *ajustes sociais* cis/heteronormativos, pois “no *òrìsàìsmo* as divindades, ou seja, os *Òrìsás* não se importam com a identidade de gênero da pessoa, desde que ela tenha um bom caráter” (SILVA, 2019).

Na formação cultural da sociedade brasileira, a influência da religiosidade é um fator indiscutível, produzindo padrões de subjetividades masculinas e femininas, normatizando e estabelecendo formas de controle sobre a sexualidade, principalmente no que se refere as relações afetivas. O surgimento da diversidade religiosa não tem se mostrado suficiente para alterar a hegemonia do modelo normativo dessas relações e reduzir a marginalização daqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos pela sociedade normativa. A religião é, antes de tudo, uma construção sócio-cultural. Portanto, discutir religião é discutir transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sócio-cultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades. A religiosidade afro integra todas essas discussões, uma vez que todas elas fazem parte de seu universo fundamentalista (NASCIMENTO & COSTA, 2015 p.191-192)

As potencialidades na construção social de vida dos entrevistados capitadas nas entrevistas estão evidenciadas nas narrativas destacadas e estas foram entrelaçadas ao suporte teórico que embasaram a pesquisa, exponenciando a importância de se colocar em pauta as estratégias e potencialidades na construção de vida trans.

TRANS (formações)

Assentando-se a pesquisa na metodologia da história oral e nos estudos interdisciplinares de gênero, etnia/raça, classe e sexualidade, apresentaram-se as trajetórias de vida das pessoas trans em nosso país.

Admitindo-se as complexidades da existência trans no mundo em que vivemos, as entrevistas trazem desassossegos e subsidiam análises sobre como as experiências vividas contribuem para novas (trans) construções, (trans) formações e roturas para além da heteronormatividade.

As memórias reavivam a história e apresentam novas percepções e sentimentos contextualizados no momento em que elas são trans (bordadas).

As memórias dos entrevistados são mais que narrativas de tempos passados, são potências de vida, marcas de suas vivências que permearam e ainda permeiam a construção social de cada um e que encorajam a construção social de outras.

As narrativas se entrecruzam e fazem junções em diversos pontos, como nos rígidos moldes da heteronormatividade e as confrontações no autorreconhecimento, nas relações familiares, significações e ressignificações, na importância da educação e na restrição de permanência das pessoas trans no ambiente escolar, nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, embora destaquem projetos sociais que visem à mudança deste panorama, especialmente as redes de apoio, nas falhas e nos avanços na legislação e políticas públicas especiais a população LGBTQ+, incluindo os aspectos da saúde, da transfobia e dos resultados perversos desta e das barbáries praticadas em nome da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória.

Esta pesquisa trouxe muitos ensinamentos para mim e espero que para os leitores desta, especialmente no tocante ao significado de potência e/ou potencialidades e sua ressignificação.

Parafraseando Simone de Beauvoir citada em “Amor e liberdade: ensaio de moral conjugal” (Paul Eugène Charbonneau p.247, 1968), “O presente não é um passado em potência, ele é o momento da escolha e da ação”. As trajetórias de vida dos entrevistados trazem para além da rememoração, a potência das ações presentes.

De posse de um celular, gravei as narrativas com ouvidos atentos e o coração feliz e entusiasmado com tantas riquezas destas histórias. A pesquisa me ensinou a interpretar a vida com outros olhos, despiu-me dos preconceitos e concedeu-me a dádiva da vivência de outras possibilidades de construções sociais.

Esta pesquisa possibilitou enxergar além dos muros, respondeu muitas perguntas e suscitaram muitas outras que despertam a necessidade de continuidade e aprofundamento da pesquisa e ainda relevância da temática, tais questões a exemplo: Como pensar políticas públicas para a transgeneridade na terceira idade? Como garantir o acesso e a permanência das pessoas trans nas escolas e universidades? São questões a serem aprofundadas.

Ainda a pesquisa sob o método da história oral e transcrição possibilitou compreender com os entrevistados, como suas experiências, seus modos de pensar e

agir, suas escolhas, suas potências enquanto pessoas trans constroem socialmente suas vidas e reconhecem seus lugares de fala, de legitimação política e visibilidade, exercendo a cidadania e seus direitos.

A ausência de informações, preconceitos, discriminação, resumidas na nomenclatura transfobia, são problemas estruturais, que urgentemente precisam ser combatidos, para assim garantirmos as verdadeiras transformações da sociedade com vistas à garantia da existência transgênera permeada de todos os direitos sociais como determina a Constituição Federal e respeitada como ser humano.

Nesta pesquisa evidenciou-se a importância da extrapolação das *caixinhas* de gênero e sexualidade para se autorreconhecer, não se limitando a elas e o sentimento libertador dessa extrapolação, mesmo existindo uma “força” para a aproximação das normas com seus novos corpos e a satisfação com as transformações e o entendimento de que estas mesmas normas não são aplicáveis em sua totalidade, sendo transgredidas no que tange o gênero e o corpo sexual, entendendo-se de que há inúmeras formas de ser exercer a mulheridade e a masculinidade. Ressalta-se também que o reconhecimento de que a heteronormatividade e a binariedade são limitadoras, no entanto ela acaba por moldar uma outra norma que chamei no texto de transnormatividade e que ela é necessária para a uma certa passabilidade e que esta garante uma melhor aceitação e grau menor e/ou nenhuma transfobia vivida no cotidiano social, porém não é um objeto de desejo obrigatório e/ou que deva ser levado a integralidade/cabo e ainda o autorreconhecimento enquanto pessoa trans, conciliando seu passado com seu presente. O reconhecimento da importância da família, das redes de apoio e do trabalho para a construção social de vida e do ponto saudável dessas relações, resignificando-as, incluindo-se aqui a potência de se colocar no mercado de trabalho e na sociedade em geral como pessoa trans.

A importância das políticas públicas, educação, projetos sociais e associações para a transformação social da existência trans e da inserção nestes segmentos, bem como o reconhecimento das diferenças e recortes dentro da população trans, entre mulheres e homens, suas construções sociais de vida e portanto a importância de se fazer pesquisas sobre a população trans para visibilizar, dar voz.

Esta pesquisa é de extrema relevância para que as pessoas trans, sejam lidas de uma forma humanizada e para mim especificamente trouxe uma nova visão da existência trans, novas vozes ecoaram, transbordaram. Espero que estas lindas histórias

de vida cheias de potências possam contribuir para a ruptura do senso comum e de uma nova visão da existência trans, que o direito a existir e o respeito como seres humanos sejam garantidos, assim como a liberdade de escolhas.

A escrita é um ato de resistência! (Trans) criar as histórias de vida de pessoas trans com suas trajetórias é resistir, resistir ao movimento antagonista da visibilidade trans, é um ato político para salvaguardar os direitos a existir!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Míriam; AJAIME, Emmanuelle; LOPES, Sabrina Bandeira; SAVRASOFF, Tatiana. Travestis e Transexuais e os outros: Identidade e Experiências de Vida. Niterói, v. 4, n. 1, p. 65 – 100, 2. sem. 2003.
- ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1996. 8f
- ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rev. bras. enferm., Brasília, v.44, n.1, p.85, Mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671991000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71671991000100018>. Electronic Document Format (APA)
- ALMEIDA, G. ‘HOMENS TRANS’: NOVOS MATIZES NA AQUARELA DAS MASCULINIDADES? Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200012>. Acesso em: 23 Jun. 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, H. Introdução ao transfeminismo. Transfeminismo, 1 Outubro 2012. Disponível em: <http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>. Acessado em: 23 Jun. 2018.
- ALVES, I. OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos. Notícias. 14 de Maio de 2018. Disponível em: <http://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/> Acesso em: 27 Jun. 2018.
- AMARAL, D M. A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde / Daniela Murta Amaral. – 2007. 119f. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1955_1935_amaraldaniel.a.pdf. Acessado em: 15 Jun. 2018
- ANTUNES, PPS. Travestis envelhecem?. 2010. 268 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ÁRAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. Ágora (Rio de Janeiro) v. IX n. 1 jan/jun 2006 49-63
- ÁRAN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea cultura contemporânea. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360 julho-dezembro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19129.pdf> Acesso em 24 Jun. 2018
- ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. Transexualidade: Corpo, Subjetividade e Saúde Coletiva. Psicologia & Sociedade, vol. 20, núm. 1, janeiro-abril, 2008, pp. 70-79
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020 80p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf> Acesso em 09 de Mai. 2020.

BALIEIRO, Fernando Figueiredo. Escola e Sexualidade: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, R. e LEITE Jr. J. Diferenças na educação: outros aprendizados. São Carlos, EdUFSCar, 2014, p. 149-196.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo, V.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEIRUTTI, Eliane. Transgender: questionando os gêneros. In: LYRA, Bernadette; GARCIA, Wilton (Orgs.). Corpo e imagem. Fortaleza: Editora Arte e Ciência, 2002.

BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B; PELÚCIO, L. Despatologização do Gênero: A Politização das Identidades Abjetas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, p. 240-265, Jun 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso 30 Mai 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000100011>.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. (Org.). Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Editora UnB, 2009. P.15-46.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos / Ecléa Bosi. – 3. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Brasil Sem Homofobia : Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / elaboração : André Luiz de Figueiredo Lázaro; organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos.; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acessado 04 Abr 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 5002/2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315> Acesso 21 Jul. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 7582/2014. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270> Acesso 21 Jul. 2018.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Brasília; 1988. Acessado em 15 de Jul. 2018. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>

BRASIL. Diário Oficial da União. Atos do Poder Executivo. Decreto nº 7.824 de 11 de Outubro de 2012. Brasília – DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf Acesso em: 27 Mai 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília - DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 04 Abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em 04 Abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1 de 19 de Janeiro de 2018. Brasília – DF, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso 21 Jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania (Secretaria Especial de Direitos Humanos) e Ministério da Educação. PACTO NACIONAL UNIVERSITÁRIO PELA PROMOÇÃO DO RESPEITO À DIVERSIDADE E DA CULTURA DE PAZ E DIREITOS HUMANOS. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/pacto-nacional-universitario>. Acesso em: 04 Abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 28 p. : il. – (Série E. Legislação de Saúde)

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009. Brasília – DF, 2009. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf Acessado 21 de Jul. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013(*). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html Acesso 21 Jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. Brasília – DF, 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em 22 Jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Webserie conta a história de travestis e transexuais atendidos no SUS, 2017. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/27417-webserie-conta-a-historia-de-travestis-e-transexuais-atendidos-no-sus> Acessado em 05 de Jul. 2018.

BRASIL. Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Nº 233 de 18 de Maio de 2010. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=7796> Acesso 21 Jul. 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. 13 estados fazem parte do Pacto de Enfrentamento à Violência LGBTFóbica. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/13-estados-fazem-parte-do-pacto-de-enfretamento-a-violencia-lgbtfobica> . Acesso 22 de Jul. 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Disque 100 registra aumento de 127% nas denúncias de homicídios de pessoas LGBT. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/disque-100-registra-aumento-de-127-nas-denuncias-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-1>. Acesso 22 Jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Brasília – DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf Acesso em: 27 Mai 2020.

BRASIL. Presidência da República. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html> Acesso 05 Jul. de 2018.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf. Acesso em: 04 Abr. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Ideia Legislativa nº 48.820 “Criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. Acessado em 21 de Jul. 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2593960&disposition=inline>

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 191 de 2017 (Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129598> Acesso 21 Jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (ADI) 4275. Brasília – DF, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085> Acesso 21 Jul. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> Acesso em 20 Jun. 2019.

BURGOS, Elizabeth. ME LLAMO RIGOBERTA MENCHÚ Y ASÍ ME NACÍO LA CONCIENCIA. Siglo Veintiuno, México, 1987apud CALDAS, Alberto Lins. Transcrição em História Oral. CADERNO DE CRIAÇÃO. ANO VI, Nº19, AGOSTO - PORTO VELHO 1999. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/transcriacao.html> Acesso em 24 Mai 2019.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade/Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. - (Sujeito e História).

CALDAS, Alberto Lins. Transcrição em História Oral. CADERNO DE CRIAÇÃO. ANO VI, Nº19, AGOSTO - PORTO VELHO 1999. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/transcriacao.html> Acesso em 24 Mai 2019.

CARDOSO, MR; LUZ, NS. Transexualidade E Acesso Às Tecnologias Em Saúde Disponíveis No Sistema Único De Saúde – SUS. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

CASTEL, P. La métamorphose impensable. Essai sur le transsexualisme et ’identité personnelle. Paris: Galimard, 2003.

CHARBONNEAU, PE. Amor e liberdade: ensaio de moral conjugal” – Página 247, de Paul Eugène Charbonneau – Ed. Herder, 1968, 2. ed. – 309 pag.

CIANCIOTTO, J., & CAHILL, S. (2003). *Issues Affecting Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Youth*. New York: National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute.

Apud FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

CONNELL, R. *Gênero em termos reais/Raewyn Connell*; tradução Marília Moschkovich – São Paulo: Versos, 2016.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. RESOLUÇÃO CFOAB Nº 5, de 7 de Junho de 2016. Brasília – DF; 2011. Acessado em 15 Jul. 2018. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325723>

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. RESOLUÇÃO CFOAB Nº 6, de 7 de Junho de 2016. Brasília – DF; 2011. Acessado em 15 Jul. 2018. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/233797-regimento-interno-da-corregedoria-geral-do-processo-disciplinar-da-ordem-dos-advogados-do-brasil-altera-o-inciso-ii-do-art-16-da-resoluuuu-n-03-2010-que-aprova-o-regimento-i.html>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 537/2017 de 22 de Fevereiro de 2017. Brasília – DF; 2017. Acessado em 15 de Jul. de 2018. Disponível em http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5372017_50102.html

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. RESOLUÇÃO CFM nº 1.955/2010. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1955>. Acessado em: 20 Jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. RESOLUÇÃO CFP Nº 014, de 20 de Junho de 2011. Brasília – DF; 2011. Acessado em 15 Jul. 2018. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_014_11.aspx

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO CFESS Nº 615, de 8 de setembro de 2011. Brasília – DF; 2011. Acessado em 15 Jul. 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>

COSTA, Letícia Graziela. *A REDE DE APOIO SOCIAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E O USO DE DROGAS*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Mestrado. Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16339/000699006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 24 Jun. 2018.

CRUZ, Tania Mara; DOS SANTOS, Tiago Zeferino. EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE ESTUDANTES TRANS. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 115-137, abr. 2016. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7041>>. Acesso em: 31 maio 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7041>.

DIAS, JAH; BERNARDINELI, MC. O Transexual e o Direito de Acesso ao Mercado de Trabalho: Do Preconceito à Ausência de Oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito* | e-ISSN: 2525-9849. Curitiba, v. 2 n. 2 p. 243- 259 Jul/Dez. 2016.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. [S.l: s.n.], 2004.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora *De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro* Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, núm. 3, 2009, pp. 54-81 Centro Latino-Americano em Sexualidade e

Direitos Humanos Rio de Janeiro, Brasil. Disoniel em: <https://www.redalyc.org/pdf/2933/293322974004.pdf> Acesso 27 Mai 2020.

FERREIRA PICCOLI, L. A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA/TRANSFOBIA E O RACISMO ESTRUTURAL. *Revista Transgressões*, v. 7, n. 02, p. 119-136, 15 fev. 2020.

FERREIRA, Delson. Manual de Sociologia – Dos Clássicos à Sociedade da Informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral /Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação); Alzira Alves de Abreu [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p. il.

FLEURY, A. R. D.; TORRES, A. R. R. Homossexualidade e Preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas. Curitiba: Juruá, 2010 apud MOURA, RG;

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 1986.

FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

FREIRE, P, 1921 – 1997. Política e educação : ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23).

FREIRE, Paulo. Educação com prática da liberdade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MENDONÇA, Viviane Melo de; LEITE, Kelen Christina. DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA SEGUNDO OS PARTICIPANTES DA 6ª PARADA DO ORGULHO LGBT DE SOROCABA-SP: subsídios para (re) pensar as práticas educativas. *Cad. Pes.*, São Luís, v. 22, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4189/22>>24 Acesso em 30 Jun. 2018.

GOETHE, J W. Maximen und Reflexionen. In: Werke. Band 17. München, Wien, Carl Hanser Verlages, 1981.

GOFFMAN, Erving, 1922-1982. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada/ Erving Goffman; [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes]. - 4ª ed, [reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, M. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

GOLDENBERG, M. Gênero “o Corpo” e “Imitação Prestigiosa” na Cultura Brasileira. *Saúde Soc.* São Paulo, v.20, n.3, p.543-553, 2011.

GROSSI, MP. Identidade de Gênero e sexualidade. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 1995. Disponível em: http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf. Acessado 27 Mai. 2018.

HALBWACHS, Maurice. 1976. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris, Mouton apud BARROS, MML. Memória e Família. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. J. 1989. p. 29-42.

HERDT, G., & KOFF, B. (2002). Tenho uma coisa para vos dizer: O percurso de uma família com um filho homossexual. Porto: Âmbar (trabalho original publicado em inglês em 2000) apud FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e

lésbicas e as relações familiares. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade/Bell hooks*; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a Construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_AR Acesso 22 Jun 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: GALINKIN, Ana Lúcia; SANTOS, Karine Brito (Org.). *Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. p. 80-89. Disponível em: http://generoepsicologiasocial.org/wp-content/uploads/Anais_Simpósio_Genero_e_Psicologia_Social2010.pdf. Acesso 22 Jun. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN* dossiês 8. Natal-RN, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf>. Acessado em: 22 Jun. 2018.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. ESCOLA COMO ESPAÇO PARA A DIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n°. 137, p.1223-1240, out.-dez., 2016.

KOYAMA, Emi. The transfeminist manifesto. *Eminism.org*, 2001. JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a Construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_AR QUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENEROPDF.pdf. Acessado em: 22 Jun. 2018.

LAQUEUR, TW. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LASALA, M. C. (2000). Lesbian, Gay Men, and Their Parents: Family Therapy for the Coming Out Crisis. *Family Process*, 39, 67-81 apud FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE GOFF, J, 1924. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LEITE, Jorge Jr. *Nossos também mudam: a invenção das categorias “travestis” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LEONARDO, RC; ATHAYDE, T; POCAHY, FA. O CONCEITO DE CISGENERIDADE E A PRODUÇÃO DE DESLOCAMENTOS NAS POLÍTICAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidade 10 anos. Salvador – BA, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID903_17072017205519.pdf Acesso 30 Mai 2020.

LOPES, PL. O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT 2014) Tema Gestão do Conhecimento para a Sociedade (23-14 de outubro, RJ). Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf>. Acessado em 21 Jul. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. O CORPO EDUCADO. Pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro, Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker, Judith Butler. In: Guacira Lopes Louro (org.) Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In: Social e Sociedade, nº 124, p.652-664. São Paulo, 2015.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNO. DSM-5/ [American Psychiatric Association, tradução. Maria Inês Corrêa Nascimento et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.] - e . Porto Alegre: Artmed, 2014. xliv, 948 p.; 25 cm. Disponível em: <https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>. Acessado em: 20 Jun. 2018.

MARX, KARL (1844-1993). O trabalho alienado em Economia política e filosofia. Rio de Janeiro: Melso.

SOUZA, HA. Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais/Heloisa Aparecida de Souza. – Campinas: PUC-Campinas, 2012. 127p.

MAUSS, M. As técnicas corporais. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974 apud GOLDENBERG, M. Gênero “o Corpo” e “Imitação Prestigiosa” na Cultura Brasileira. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.3, p.543-553, 2011

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

MISKOLCI, R. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, Richard (Org.). Marcas da diferença no ensino escolar. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MONEY, J. John William Money, PhD, 1921 – 2006. Universidade de Minnesota. Programa de Sexualidade Humana. Departamento de Medicina de Família e Saúde Comunitária. Minneápolis, 2015. Disponível em: <http://www.sexualhealth.umn.edu/education/john-money/bio>. Acesso em: 30 Nov. 2019.

MURTA, D. A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero sobre as práticas de saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MYERS, M. F. (1982). Counseling the Parents of Young Homosexual Male Patients. In J. C. Gonsiorek (Ed.), Homosexuality and Psychotherapy. A Practitioner’s Handbook of Affirmative Models (number 4 of the Book Series, Research on Homosexuality, pp. 131-143). New York: Haworth Press apud FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. Aná. Psicológica, Lisboa , v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

NASCIDO, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, p. 240-265, junho de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 out 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222001000100011>.

NASCIMENTO, Taiane Flôres do; COSTA, Benhur Pinós da. AS VIVÊNCIAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ESPAÇO DOS TERREIROS DE CULTOS AFRO-BRASILEIROS E DE MATRIZ AFRICANA. *Espaço e Cultura*, [S.l.], n. 38, p. 181-204, dez. 2015. ISSN 2317-4161. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29075>>. Acesso em: 28 ago. 2020. doi:<https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29075>.

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAES, Adauto (org). O homem-máquina: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [Novas fronteiras entre natureza e cultura – Renato Janine Ribeiro].

Núcleo de Estudos de Gênero, Diferenças e Sexualidades – NEGDS – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar campus Sorocaba-SP. Disponível em: <http://www.dche.ufscar.br/pesquisa/grupos-de-pesquisa> Acesso em 27 Ago 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 06 Abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. A Aplicação e a Promoção das Normas Internacionais de Trabalho. Tradução para o português brasileiro do capítulo 3, da publicação “AS REGRAS DO JOGO”, 3ª edição revisada, de 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Código Internacional de Doenças 11 (CID-11). Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fid%2fentity%2f411470068>. Acessado em: 21 Jun. 2018.

PACHANKIS, J. P., & GOLDFRIED, M. R. (2004). Clinical Issues in Working with Lesbian, Gay, and Bisexual Clients. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice and Training*, 41 (3), 227-246 apud FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Aná. Psicológica*, Lisboa , v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

PAIVA, Cláudio Lacerda. INTRODUÇÃO. In: DEPOIMENTO. LACERDA, Carlos, pp. 19/24, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1978 apud CALDAS, Alberto Lins. Transcrição em História Oral. CADERNO DE CRIAÇÃO. ANO VI, Nº19, AGOSTO - PORTO VELHO 1999. Disponível em: <<http://www.albertolinscaldas.unir.br/transcriacao.html>> Acesso em 24 Mai 2019.

PAMPLONA, RS. Transmasculinidades: novas visibilidades frente à normatividade dos gêneros. Congresso Nacional de História. Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas. UFG – Regional Jataí. Jataí-GO, 2016. Disponível em:http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1477921340_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOOFICIAL.pdf Acesso em: 23 Jun. 2018.

PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, 2010, pág. 395-410.

PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. *Saúde soc.*, São Paulo , v. 24, supl. 1, p. 19-26, June 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000500019&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015S01002>.

PERSON, E. & OVESEY, L. Teorias psicanalíticas da identidade de gênero. In: Ceccarelli, P. (Org.). *Diferenças sexuais*. (p. 121-150). São Paulo: Escuta, 1999.

PETRY, AR; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*. Porto Alegre: v. 10, n. 1, 2011, p. 193 – 198.

PICAZIO, Claudio. *Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade*. São Paulo: Edições GLS, 1999.

POCAHY, F; CARVALHO, FSP; JUNIOR, DRC. Gênero, sexualidade e geração: intersecções na educação e/m saúde / organização [de] Fernando Pocahy, Felipe da Silva Ponte de Carvalho, Dilton Ribeiro Couto Junior – Aracaju: EDUNIT, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 19 Mai. 2019.

PORTELLI, A. História Oral como Gênero. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão Técnica: Dea Ribeiro Fenelon. *Proj. História*. São Paulo. (22) Jun. 2001.

PORTELLI, A. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA NA HISTÓRIA ORAL. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 15, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>. Acesso 22 Jul. 2018.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233/8240>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PORTELLI, Alessandro. SONHOS UCRÔNICOS MEMÓRIAS E POSSÍVEIS MUNDOS DOS TRABALHADORES. JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha. SONHOS UCRÔNICOS MEMÓRIAS E POSSÍVEIS MUNDOS DOS TRABALHADORES. *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12103/8765>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

PRECIADO, B. *Manifesta contrassexual / Beatriz Preciado; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Indonésia, 2007. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf Acesso 21 Jul. 2018.

QUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENEROPDF.pdf. Acessado em: 22 Jun. 2018.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

RODRIGUES, Beatriz. DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E INCLUSÃO ESCOLAR. *Revista Brasileira de Educação Básica | Vol. 2 | Número 6 | Nov. – Dez. 2017*.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUCSP*, v.1, n.2, p.241-51, 1993.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo*. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SÁ, NL de. Fazendo ciência nas Ciências Humanas: um olhar sobre a pesquisa verificacionista e a pesquisa interpretativa. *Revista Amazônida*, n. 2, 2001.

SALTZBURG, S. (2004). Learning That an Adolescent Child is Gay or Lesbian: The Parent Experience. *Social Work*, 49 (1), 109-118 apud FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 55.588, de 17 de Março de 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html> Acesso 21 Jul. 2018.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei nº 10.948 de 2001. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html> Acesso 21 de Jul. 2018

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. DECRETO Nº 51.180, DE 14 DE JANEIRO DE 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/decreto_1264092483.pdf Acesso 21 Jul. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Projeto de Reinserção Social Transcidadania. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430 Acesso em 21 Jul. 2018.

SAVIN-WILLIAMS, R. C., & Ream, G. L. (2003). Sex Variations in the Disclosure to Parents of Same-Sex Attractions. *Journal of Family Psychology*, 17 (3), 429-438 apud FRAZAO, Pedro; ROSARIO, Renata. O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 25-45, jan. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 mar. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL. Portaria 04 de 23 de Janeiro de 2020. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/01/27/portaria-normatiza-atendimento-a-populacao-lbgti-nas-unidades>. Acesso em 28 Mar. 2020.

SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 217-228, jan. 2004. ISSN 2175-7976. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>. Acesso 21 jul. 2018.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 27-44, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 26 jun. 2018.

SILVA, Fernanda de Moraes da. CANDOMBLÉ: UM AMBIENTE DE RESISTÊNCIA E LUTA PELO LIBERDADE CIDADÃ E CULTO RELIGIOSO DA POPULAÇÃO DAS MULHERES TRANSEXUAIS E DAS TRAVESTIS. *Notas e Ofícios*. ANTRA, Salvador-BA, 2019. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2019/01/29/candomble-um->

ambiente-de-resistencia-e-luta-pelo-liberdade-cidada-e-culto-religioso-da-populacao-das-mulheres-transexuais-e-das-travestis/ Acessado em 28 Ago 2020.

SOUZA, Heloísa Aparecida. Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais/Heloisa Aparecida de Souza. – Campinas: PUC-Campinas, 2012. 127p.

SPINOZA, Beneditus de, 1632-1677. *Ética/Spinoza*; [tradução de Tomaz Tadeu]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SZANIAWSKI, E. Limites e Possibilidades do Direito de Redesignação do Estado Sexual: Estudo sobre o transexualismo: aspectos médicos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

DIAS, JAH; BERNARDINELLI, MC. O Transexual e o Direito de Acesso ao Mercado de Trabalho: Do Preconceito à Ausência de Oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito* | e-ISSN: 2525-9849. Curitiba, v. 2 n. 2 p. 243- 259 Jul/Dez. 2016.

TGEU. Projeto de investigação TvT (2016). Observatório de Pessoas Trans Assassinadas (TMM). *Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) project*. Disponível em <http://www.transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring>. Acesso 21 de Jul. 2018.

TORRES, Nelson Maldonado. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. 127-167, 2007. DIAS, LO. O FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA LUGONES. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014.

TRANSEMPREGOS. O maior portal de vagas e currículos para pessoas Trans do Brasil. Disponível em: <https://www.transempregos.org/transempregos>. Acesso em: 29 Mar. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Portaria Conjunta TSE nº 1, de 17 de abril de 2018. Brasília: DF, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-publica-portaria-que-regulamenta-a-inclusao-do-nome-social-no-cadastro-de-eleitores> . Acesso em: 08 Mar. 2020.

UCHÔA, LFP. Transmasculinidade e os Desafios Cotidianos. *Revista Educação – UNG-SER*. v.12, n.1. 2017 (ESP). Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2884> Acesso em: 23 Jun. 2018.

VIVAR, Rodrigo Diaz de; KAWAHALA, Soler e Edelu. A POTÊNCIA DE VIVER: DELEUZE E A ARTE. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 29, e157570, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100223&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 maio 2019. Epub 10-Jul-2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29157570>.

WITTIG, M. *The Straight Mind and other Essays*, Boston: Beacon, 1992.

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - Sorocaba
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS /
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/2012 do CNS)

**Trans (bordando) trajetórias de vidas: Corpos invisíveis, Potencialidades e
Resistências de Pessoas Trans**

Eu, Daniele dos Santos Francisco, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (Campus Sorocaba) a (o) convido a participar, de forma voluntária e sua identificação ficará a critério da (o) participante, ao conceder-me uma entrevista para a pesquisa “(Trans) bordando trajetórias de vidas: corpos invisíveis”, orientada pela Prof^a Dra. Viviane Melo de Mendonça.

O objetivo da pesquisa é analisar trajetórias de vidas de pessoas transgêneras, estratégias na construção social e potencialidades nestas trajetórias. Assim, contribuir para novas reflexões, criar oportunidades críticas, reconhecer estes corpos políticos e na construção social de outras pessoas trans.

Você foi selecionada (o) por ser pessoa transgênera, ter trajetória de vida potente, ser brasileira (o), a participar de uma entrevista livre com alguns tópicos sobre aspectos que envolvem o tema da pesquisa. A entrevista será individual e realizada no local que preferir, entretanto, caso a participação gere estresse e desconforto como resultado da exposição de memórias, as (os) participantes terão garantidas pausas, liberdade de não expô-las e interromper a entrevista a qualquer momento.

Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação, com construção de novos conhecimentos e identificação de novas possibilidades no acolhimento da transexualidade.

Sua participação é **voluntária** e a qualquer momento poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja pessoal, em sua relação ao pesquisador ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa poderão ser confidenciais seguindo seu critério, sendo assegurado o **sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo se assim desejar**. Caso haja interesse em identificar-se, este deverá ser expresso neste termo. Ainda, solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas livres. As gravações realizadas durante a entrevista serão transcritas e utilizadas apenas para fins científicos.

Você receberá uma via deste termo, a ser assinado por você, pela pesquisadora e orientadora, onde constam os contatos das pesquisadoras. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se por qualquer um dos contatos abaixo a qualquer momento.

Daniele dos Santos Francisco – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Campus Sorocaba) / Telefone: (15) 996684198
E-mail: danielesannfrancisco@gmail.com

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça (Orientadora)
Departamento de Ciências Humanas e Educação /Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba) / Telefone: (15) 981290123 / E-mail: viviane@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Autorizo minha identificação na pesquisa.

Não autorizo minha identificação na pesquisa.

Sorocaba/SP _____, _____ de _____.

Nome do(a) Participante

Assinatura do(a) Participante